



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS

Chinese Nationalism: A Case Study on the “Civic-Ethnic and “Masses- Elites” Axes

Master’s Degree in Political Science and International Relations: Security and
Defense

Simão Santiago Madeira (Student ID: 100521007)

Master’s thesis written under the supervision of Professor Orlando Samões

Institute for Political Studies

January 2026

Lisbon, Portugal



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS

Nacionalismo Chinês: um Estudo de Caso sobre os Eixos “Cívico-Étnico” e “Massas-Elite”

Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa

Ramo: Relações Internacionais

Simão Santiago Madeira, aluno nº 100521007

Dissertação de Mestrado orientada pelo Professor Doutor Orlando Samões

Instituto de Estudos Políticos

Janeiro de 2026

Lisboa, Portugal

“A vida é cheia de obstáculos. O que importa é nunca perder o foco para onde queremos ir, e persistir para alcançar o que queremos.”

- Filipe Albuquerque

AGRADECIMENTOS

À minha Mãe, que foi, é e será para sempre o meu pilar, e a minha maior fonte de inspiração.

Aos meus Pais, que fizeram tudo o que puderam para me ajudar.

À minha Elisabete, minha parceira de vida, que me motiva todos os dias a ser mais e melhor.

Ao meu Avô, companheiro de conversas políticas e camarada nas horas vagas.

À minha Tia Pipa, Salvador e Gonçalo, que são casa mesmo que noutra freguesia.

Aos meus amigos atletas do Drena Rara FC, que já são todos mestres e atrás dos quais não poderia ficar; aos meus queridos amigos do IEP, Júlio e Maggie, por todo o apoio académico e pessoal; enfim, a todos os meus amigos – que felizmente são demasiados para citar – por uma vida plena de sorrisos.

Ao meu Orientador, Prof. Doutor Orlando Samões, pela irrepreensível ajuda ao longo destes anos e pela paciência e tentativas de compreensão, mesmo quando eu próprio não sabia bem o que estava a dizer.

Este trabalho é vosso também, embora não constem nem no repositório, nem nas referências bibliográficas. Espero que as minhas palavras e a minha gratidão vos sejam suficientes – a mim, fizeram o mundo.

O meu muito, muito obrigado.

SIGLAS E ABREVIATURAS

KMT – *Kuomintang*, Partido Nacionalista Chinês

PPC – Partido Comunista Chinês

RPC – República Popular da China

ÍNDICE

Agradecimentos.....	2
Siglas e Abreviaturas	3
Índice.....	4
Resumo.....	6
Abstract.....	7
Introdução	8
Capítulo I – Conceitos-base do Estudo de Caso.....	10
1. Nação.....	10
1.1. Definição de Nação.....	10
1.2. O que se encontra na Nação.....	12
1.3. A origem da Nação	17
1.4. Diferentes tipos de Nação	20
2. Nacionalismo.....	23
2.1. Definição de Nacionalismo.....	23
2.2. A origem do Nacionalismo	24
2.3. Diferentes tipos de Nacionalismo	27
3. Massas e Elites	29
Capítulo II – China: Estudo de Caso	31
1. A Nação Chinesa	31
1.1. Contexto Histórico.....	31
1.2. Contexto Atual.....	33
2. Nacionalismo Chinês.....	35
2.1. Contexto Histórico.....	35
2.1.1. Culturalismo vs. Nacionalismo.....	35
2.1.2. Da revolução de 1911 a Mao Zedong.....	40
2.2. Contexto Atual.....	48
2.2.1. Sobre as Massas e as Elites.....	48
2.2.2. Nacionalismo Chinês.....	52
2.2.2.1. Nacionalismo Étnico.....	54
2.2.2.2. Nacionalismo Cívico.....	58
2.2.2.3. Nacionalismo de Massas.....	63

2.2.2.4. Nacionalismo de Elites	67
Considerações Finais	71
Referências Bibliográficas	76
Anexos	86
Anexo I. A transformação do conceito de Nação”	88
Anexo II. Criação de Estados-Nação por ano, 1816–2000	88
Anexo III. Tese das Instituições Segmentais	89
Anexo IV. Tipos de Nacionalismo.....	89
Anexo V. <i>Modus operandi</i> do PCC durante a segunda Guerra Sino-Japonesa	90
Anexo VI. Ocorrência de valores de palavras-chave na coleção de cartazes "Visualising Our Values”	90
Anexo VII. Número médio mensal de artigos do Diário do Povo que utilizam a expressão “Grande Renascimento da Nação Chinesa”	91

RESUMO

Esta dissertação visa realizar um estudo de caso sobre o nacionalismo chinês, especificamente sobre dois eixos principais (étnico – cívico; massas – elites), tendo como base as noções de nação e nacionalismo presentes tanto na literatura ocidental como na literatura oriental. Explora o desenvolvimento e a evolução do nacionalismo na República Popular da China (RPC), destacando o papel do Partido Comunista Chinês (PCC) na sua propagação para consolidar a sua legitimidade. É feito, para esse efeito, um enquadramento teórico e histórico, no qual descreve os principais marcos históricos e políticos da construção do nacionalismo chinês, desde o Século da Humilhação até ao Sonho Chinês de Xi Jinping.

O trabalho evidencia que o nacionalismo étnico está presente na RPC, mas não de forma explícita e sim como parte da identidade nacional chinesa, tradicionalmente ligada à etnia Han, e nunca associada a movimentos nacionalistas por parte de minorias étnicas. Por outro lado, o nacionalismo cívico é amplamente difundido, implicitamente, por parte de fontes oficiais, com apelos à união da nação chinesa e da cooperação entre todas as etnias da RPC, mas a verdade é que a união da nação chinesa se baseia na noção da maioria Han.

Por outro lado, o nacionalismo chinês é um fenómeno maioritariamente *top-down*, não obstante o PCC ter começado por ser um movimento de massas (*grassroots*), com a opinião pública a não ter qualquer tipo de influência palpável no poder decisório e político, funcionando apenas (e ocasionalmente) como “instrumento” em disputas entre as elites ou em negociações externas. Não obstante este facto, as ferramentas digitais e o seu domínio por parte da RPC fortalece a ligação entre o povo e o Estado e o Partido, através do controlo da informação, vigilância digital e o recurso a campanhas *online* com vista a ampliar o alcance das narrativas nacionalistas.

Na RPC, o nacionalismo é, atualmente, um dos seus grandes pilares de legitimidade e de coesão social, em detrimento da ideologia revolucionária.

Palavras-chave: China; Nacionalismo; Partido Comunista Chinês; Nacionalismo Étnico; Nacionalismo Cívico; Nacionalismo de Massas; Nacionalismo de Elites.

ABSTRACT

This dissertation aims to carry out a case study on Chinese nationalism, specifically on two main axes (ethnic – civic; masses – elites), based on the notions of nation and nationalism present in both Western and Eastern literature. It explores the development and evolution of nationalism in the People's Republic of China (PRC), highlighting the role of the Chinese Communist Party (CCP) in its propagation to consolidate its legitimacy. To this end, a theoretical and historical framework is used to describe the main historical and political milestones in the construction of Chinese nationalism, from the Century of Humiliation to Xi Jinping's "Chinese Dream."

The work shows that ethnic nationalism is present in the PRC, not explicitly, but as part of the Chinese national identity – traditionally linked to the Han ethnic group, and never associated with nationalist movements by ethnic minorities. On the other hand, civic nationalism is widely spread, albeit implicitly, by official sources, with calls for the unity of the Chinese nation and cooperation between all ethnic groups in the PRC. The truth remains, however, that the unity of the Chinese nation is based primarily upon the Han majority.

On the other hand, Chinese nationalism is a mostly top-down phenomenon, despite the fact that the CCP started out as a mass (grassroots) movement, with public opinion having no tangible influence on decision-making and political power, only functioning (occasionally) as an "instrument" in disputes between elites, or in external negotiations. Despite this fact, digital tools and their dominance by the PRC strengthen the link between the people and the state and the Party, through the control of information, digital surveillance and the use of online campaigns to extend the reach of nationalist narratives.

In the PRC, nationalism is currently one of its main pillars of legitimacy and social cohesion, to the detriment of the revolutionary ideology.

Keywords: China; Nationalism; Chinese Communist Party; Ethnic Nationalism; Civic Nationalism; Mass Nationalism; Elite Nationalism.

INTRODUÇÃO

O nacionalismo chinês constitui, nas últimas décadas, uma das forças ideológicas mais determinantes na formulação das políticas internas e externas da RPC. A sua relevância é particularmente evidente num contexto global em que a China se procura afirmar enquanto superpotência, central aos eventos mundiais, reivindicando um papel histórico e civilizacional, algo que o PCC apresenta como inerente à identidade nacional. A literatura especializada demonstra que o nacionalismo na RPC não é um fenómeno recente, mas ao invés disso uma construção dinâmica que resulta tanto de heranças históricas como o “Século da Humilhação”, como de estratégia política contemporânea, como a crescente fusão e “interconectividade” entre Estado e Partido. Ao longo do tempo, o PCC procurou consolidar uma narrativa nacional unificada, simultaneamente cultural, histórica e política, numa sociedade simultaneamente caracterizada por diversidade étnica, mas com forte protagonismo da etnia Han.

É neste contexto que emerge a problemática central da presente pesquisa. Embora a RPC se apresente, oficialmente, como um Estado multinacional em que todas as etnias coexistem em igualdade, a prática política revela tensões entre o discurso cívico e a predominância estrutural da identidade Han. Paralelamente, apesar da retórica revolucionária atribuir ao povo o papel de titular do poder, o sistema político chinês apresenta características marcadamente elitistas, sobretudo sob o jugo de Xi Jinping. O estudo do nacionalismo chinês exige, portanto, a articulação entre dois eixos fundamentais: “étnico – cívico” e “massas – elites”. A análise destas dicotomias torna-se crucial para compreender a natureza do nacionalismo na China contemporânea e o modo como ele é instrumentalizado para fins de legitimação política.

Deste modo, proponho a seguinte Questão de Partida: Como se posiciona o nacionalismo chinês nos eixos “Étnico – Cívico” e “Massas – Elite”? Trata-se de uma questão qualitativa, cuja resposta depende da avaliação crítica da produção teórica existente e da interpretação das práticas políticas e discursivas do PCC. Esta lacuna conceptual, sobretudo no que diz respeito à interação entre as duas dicotomias, justifica a pertinência do seu estudo, já que grande parte da literatura ora aborda estas dimensões separadamente, ora o faz somente de uma forma insuficientemente integrada.

A presente pesquisa é pertinente académica e politicamente. Contribui para aprofundar o estudo numa área em que, como supramencionado, existem lacunas, especialmente no que diz respeito ao

cruzamento de fatores num fenómeno desta complexidade. Argumento também que a compreensão do nacionalismo chinês é indispensável para a interpretação do comportamento do PCC nas suas mais variadas valências. Além disso, num plano mais abrangente, a análise do regime comunista chinês permite compreender mecanismos através dos quais opera um Estado de partido único marxista-leninista em fase de redefinição ideológica.

Assim sendo, o objetivo geral da investigação consiste na caracterização da natureza do nacionalismo na RPC, analisando se este se aproxima maioritariamente de um modelo étnico ou cívico e se é mobilizado primordialmente pelas massas ou pelas elites. Para concretizar este propósito, definem-se três objetivos específicos: Primeiramente, a análise da evolução histórica e ideológica do nacionalismo na RPC; segundamente, a averiguação da forma como o PCC instrumentaliza o nacionalismo para efeitos de consolidação da sua própria legitimidade, tanto interna como externamente; por fim, a avaliação da interação entre os polos opostos da mobilização popular e práticas de governação elitista.

A investigação é qualitativa, pelo que se rege por quatro possibilidades analíticas que irão orientar a discussão e interpretação dos dados: **1.** O nacionalismo na RPC é maioritariamente étnico e de massas; **2.** O nacionalismo na RPC é maioritariamente étnico, mas de elite; **3.** O nacionalismo na RPC é maioritariamente cívico e de massas; **4.** O nacionalismo na RPC é maioritariamente cívico, mas de elite.

Por fim, a estrutura do trabalho encontra-se organizada em dois momentos principais: a primeira metade apresenta o enquadramento teórico do estudo de caso e a segunda metade apresenta o contexto histórico necessário e a aplicabilidade da teoria anteriormente apresentada. Segue-se, por fim, a conclusão, que sintetiza os principais achados e possíveis abordagens em investigações futuras.

CAPÍTULO I – Conceitos-base do Estudo de Caso

1. A Nação

Esta dissertação tratará de matérias relacionadas à temática do nacionalismo. Como tal, é imprescindível definir a sua base organizacional, a nação, contrapondo várias definições académicas de vários autores e autoras reconhecidos internacionalmente como referências nesta área de estudo.

Esta noção é de especial importância, já que não obstante a importância (em termos de contexto social) de filiações religiosas, sindicatos, organizações políticas, escolas, universidades ou empresas (MacCormick, 1999:193), a identidade nacional revela-se essencial para que muitos consigam dar significado às suas vidas, além de um sentimento de pertença e segurança (Kymlicka, 1995:85-89): o seu valor está ligado ao valor de pertença cultural que, segundo Yael Tamir (1993), é uma pré-requisito para escolhas morais autónomas. As ações realizadas em contexto cultural são, assim, “dotadas de um significado adicional” (*Ibidem*), porque podem ser percecionadas como atos de realização individual e como contributos para o desenvolvimento da cultura de cada um. De facto, de acordo com Ignatieff (1993), o sentimento de pertença a uma comunidade nacional é um dos alicerces dos direitos e liberdades dos indivíduos modernos – é um “apego racional”.

1.1. Definição de Nação

A famosa (porém igualmente incompreendida) definição de Ernest Renan (1882) de uma nação enquanto “plebiscito quotidiano” – explicada pelo teórico político John Dunn (1999:37) como o exercício contínuo da vontade popular consensual – afirma que ela é composta por duas coisas:

“Uma está no passado, a outra no presente. Uma é a posse em comum de um legado rico de memórias, a outra é o consentimento atual, o desejo de viver em conjunto, a vontade de perpetuar o valor da herança que se recebeu de forma inteira (...) A nação, tal como o indivíduo, é o culminar de um longo passado de esforços, sacrifícios e devoção.”

É precisamente este “legado rico de memórias” que promove a lealdade comunal (Yack, 1999:107), que não pode ser satisfeita pelo egoísmo individual; como Maquiavel famosamente afirmou (1527, citado por Dunn, 1999:35): “Amo o meu país [*la patria mia*] mais do que a minha alma”.

O debate académico relativo à linha cronológica do passado partilhado ainda está em curso, tal como o debate sobre o que veio primeiro: se as nações ou o nacionalismo. Kenneth Minogue (1967) cita a obra de Charles Péguy, *Notre Jeunesse*, de 1909, para afirmar que tudo começa no misticismo e acaba na política, descrevendo a nação como “uma natureza cultural e linguística inconsciente” a ser despertada e influenciada pela política. Roger Scruton (1999:288) oferece uma visão oposta, não apenas a Minogue, mas a sociólogos como Ernest Gellner, que Scruton considera que mistificam demasiado a nação, explicando que a nação inglesa não é o produto do universalismo do Iluminismo ou da Revolução Industrial, visto que já existia antes disso e, de facto, moldou ambos estes períodos históricos. Seria, portanto – pelo menos na sua opinião –, pouco provável que os ingleses pudessem ter território, lei e língua comuns sem se tornarem uma nação. Há quem recorra a outros fatores para determinar o nascimento de uma nação – Anderson (1983) considera que esta nasce quando “algumas pessoas decidem” que assim o deve ser.

Em termos gerais, no entanto, existem várias formas de definir a “nação” para além da conceção de Renan. Kymlicka (1995), cujos contributos para o estudo do nacionalismo são indispensáveis, utiliza o termo para descrever uma comunidade histórica que ocupa um determinado território – a que alguns chamariam de pátria – partilhando língua e cultura distintas. Nesta definição, o termo está intimamente relacionado com a ideia de “povo” ou de “cultura”, conceitos que podem ser definidos em função de um do outro. Há quem discorde desta definição devido à existência de nações não territoriais, ou nações em diáspora. No entanto, a caracterização de David Miller (1995), segundo a qual uma nação deverá – se ainda não o é – almejar ser uma comunidade política, para se autogovernar e controlar, de alguma forma, o seu território, inclui precisamente as diásporas, nas quais existe uma conceção (e aspiração) de uma pátria. A filósofa israelita Yael Tamir (1995) considera que as nações são culturas que oferecem aos seus membros condições favoráveis em várias vertentes da vida humana, incluindo os aspetos económicos, políticos, educativos, recreativos e religiosos.

John Dunn (1999:33), por outro lado, descreve a nação não como interpretações filosóficas sobre parentesco ou “comunidades de nascimento”, mas como estados satisfeitos com o *statu quo*, onde a maioria da população não sente um forte desejo de se dividir em múltiplas entidades em vez de permanecer numa só. Esta caracterização, no entanto, é incorreta para os efeitos da presente dissertação. Embora os Estados-nação sejam a norma, existem estados que não são nações (como

a Nigéria) e nações que não são estados (como os curdos, que habitam quatro estados adjacentes). Enquanto as nações são, como se estabeleceu, agrupamentos ou comunidades de pessoas – uma caracterização que não é necessariamente redundante no que diz respeito aos Estados –, um Estado é uma entidade política com uma definição jurídica, segundo o pensador escocês Neil MacCormick (1999:190), especialista em teoria jurídica. Kai Nielsen (1999:122) também argumenta contra esta caracterização, uma vez que uma nação pode nem sequer aspirar a tornar-se um Estado. De facto, o filósofo político dinamarquês acredita que o estatuto de estado é impossível de alcançar para todas as nações, uma vez que existem muito mais nações do que estados.

Assim sendo, tendo já estabelecido, de forma ampla, o que constitui a nação nas mais variadas opiniões, poderemos desconstruir a noção no que diz respeito ao que a constitui, isto é, quem a faz, quem a idealiza e quem por ela é representado.

1.2. O que se encontra na Nação

Em primeira instância, de acordo com Greenfeld (1992), cujo trabalho sobre a evolução da nação e do nacionalismo são essenciais para a compreensão total deste tópico, o ideal de nação surge, entre as elites, não entre a população geral compreendida entre as classes média e/ou mais baixa; não obstante isso, a nação é, todavia, constituída pela consciência popular e não somente pela organização jurídica, como seria o caso de um Estado (MacCormick, 1999:191). Isto porque, mesmo que as elites tentassem habitualmente desassociar-se do “povo”, continuava a ser o “povo” o “portador da soberania, o objeto central da lealdade e a base da solidariedade coletiva” (Greenfeld, 1992). Alguns, como Kymlicka (1996:136) poderão argumentar que a modernização é o principal catalisador do processo de construção da nação, e vice-versa, mas Neil MacCormick e Liah Greenfeld discordam.

Greenfeld (1992) argumenta que o conceito de Nação se desenvolveu pela primeira vez em Inglaterra, no início do século XVI, com Henrique VIII, que a instrumentalizou na sua contenda contra Roma e o Papa Clemente VII; e que, em França, na Rússia, na Alemanha e nos Estados Unidos, o nacionalismo é anterior à industrialização. Em todos os casos, esta noção de “nação” serviu os interesses de um determinado grupo de elite, seja a aristocracia ou os intelectuais; e em todos os casos, a ideia nacional é anterior à modernização.

Relativamente à necessidade de um passado comum partilhado, a definição de nação de MacCormick (1999:191-193) é bastante similar à de Renan¹. A nação, argumenta ele, também serve o seu propósito como fornecedora de um quadro conceptual como meio para a compreensão da nossa própria existência “como pertencendo a uma comunidade no tempo e a uma comunidade no espaço” (*Ibidem*). Como tal, a tradição e a memória popular são importantes apesar da clara dualidade entre, por um lado, a verdade e, por outro, o mito e a lenda. Não importa que algumas partes da história sejam fabricadas ou fictícias, importa apenas que essa história seja comum (*Ibidem*).

Embora, evidentemente, as nações tenham mudado tremendamente após a Revolução Francesa – onde que a França “se tornou o título de um país e não de um rei” (Taylor, 1979), isto é, quando a nação preencheu o espaço outrora ocupado pelo monarca – existiam nações previamente a 1789. Para além, é claro, do sentido de nacionalidade, estas estavam frequentemente associadas a ideias de patriotismo, chauvinismo e xenofobia. De facto, o conceito de nação era prevalecente o suficiente para que fosse considerado uma injustiça e uma violação dos direitos individuais de qualquer indivíduo se este não fosse autorizado a viver sob os seus próprios reis, leis e costumes (*Ibidem*). Era, também, considerado errado, por exemplo, que uma nação absorvesse ou subjugasse outra.

A exposição do pensamento de MacCormick é importante: não só pela sua competência académica, comprovada pela sua inclusão na importante obra “*Theorizing Nationalism*”, editada por Ronald Beiner, e cujos capítulos são frequentemente citados nesta Dissertação, mas também porque, enquanto escocês, oferece um complemento à visão fundamentalmente anglocêntrica do nascimento da nação descrito por Greenfeld. Tendo isto em conta, existem vários exemplos do sentido de nação anterior a 1789. O *Complaynt of Scotland*, escrito em 1549, terá representado, se não também a verdade, os sentimentos generalizados dos escoceses² (Pryde, 1950), uma vez que estas ideias eram suficientemente prevalecentes na sociedade para serem utilizadas num panfleto

¹ A esta definição, acrescenta a esperança de continuidade no futuro e a necessidade de consciência de uma comunidade cultural que deve ser protegida e ter expressão (*Ibidem*: 200)

² O panfleto consistia, entre outras coisas, em várias comparações entre escoceses e ingleses, de forma a denotar as suas diferenças e, conseqüentemente, o carácter único da nação escocesa, não obstante a partilha da mesma ilha com os seus vizinhos a sul: “*it is onpossibil that Scottismen and Inglismen can remane in concorde vndir ane monarche or ane prince, because there naturis and conditions are as indifferent as is the nature of scheip and woluis.*” – é impossível para escoceses e ingleses permanecer em concórdia sob o mesmo monarca ou príncipe, visto que as suas naturezas e condições são como as naturezas da ovelha e do lobo.

político (MacCormick, 1999:197). Focando a análise somente na Escócia, para os efeitos deste argumento, existem múltiplas obras e acontecimentos anteriores que podem ser considerados como a expressão daquilo a que Rousseau chamaria a “vontade geral” do povo (*Ibidem*: 196-199): *Historia Gentis Scotorum* (1527), de Hector Boece, que retrata a antiguidade e a independência da Escócia; *The Brus* (c. 1375), de John Barbour, sobre as guerras de independência do início do século XIV, vistas pela maioria dos escoceses como uma luta nacional, ou pela sua nacionalidade; e a Declaração de Arbroath (1320), de Bernard de Linton, assinada por um número de barões escoceses e enviada ao Papa João XXII para reconhecimento papal e apoio a Robert Bruce como Rei dos Escoceses. Todos reconhecem a antiguidade da nação escocesa e a sua independência ininterrupta sob os seus próprios governantes escolhidos antes de 1789 (*Ibidem*).

Este sentimento de inclusão pressupõe a noção de que os outros são, por sua vez, excluídos. Um português, por exemplo, é português em detrimento daqueles que não o são e que não partilham o nome comum, implicando assim o sentido consciente e prevalecente de parentesco em torno de membros da mesma nação. Como afirmou George Kateb, a identidade de grupo e o sentimento de pertença não devem necessariamente ser desconsiderados, embora o mesmo autor os considere valiosos apenas provisória e taticamente (1994).

Walzer (1992) afirma, corretamente, que qualquer comunidade política favorece algumas pessoas em particular (membros da comunidade), em detrimento de todos os outros, visto ser essa a essência da partilha de uma vida comum – existem, portanto, discriminações internas em todos os Estados-nação, relacionadas com a língua que é privilegiada, a educação pública que é fornecida ou os feriados a celebrar, por exemplo. Beiner (1999:10-11) não discorda totalmente de Walzer, mas não considera que todas as comunidades cívicas se consideram a expressão política da pertença a uma “tribo”. Alude, neste caso, para uma separação hipotética do Quebec do resto do Canadá sob o mote *Québec pour les québécois*, isto é, Quebec para os Quebecenses, que transformaria o resto do Canadá – uma nação anglicizada, não francófona. O estatuto dos anglófonos de Montreal e os aborígenes presentes no norte do território seriam cidadãos de segunda-classe, uma mera tribo política, à imagem do que se sucede com cidadãos não-judeus em Israel.

Assim, o Estado nunca pode ser linguística ou culturalmente neutro – uma afirmação a ser discutida adiante – e, portanto, o próprio conceito do quê e de quem compõe a nação que o Estado

privilegia é importante. Esta noção, aliás, como todas as noções discutidas na primeira fase deste estudo de caso, são essenciais para a fase de interpretação do caso chinês.

A palavra, falada e escrita, é de grande importância para os nacionalistas e tem-no sido desde o início do debate académico. A adoção generalizada das chamadas línguas “regionais”, por oposição ao latim, foi, historicamente, a manifestação mais notória da identidade nacional (Dawisha, 2002). Tanto em Inglaterra como em França, o uso quotidiano (institucionalmente induzido) das respetivas línguas fez com que, no final do século XVI, a sua utilização na literatura fosse inequivocamente evidente (*Ibidem*).

A Alemanha passou pelo mesmo processo no início do século XVI, quando a reforma e Martinho Lutero inspiraram a disseminação do uso da língua alemã (Anderson, 1983). De facto, devido à perceção alemã de nação, a língua desempenha, portanto, um papel importante na unificação da nação. Johan Gottfried Herder acreditava que uma nação não poderia existir sem uma língua³, uma vez que esta poderia transformar ideias e sensações em recordações e tradições palpáveis. Enquanto “expressão do espírito e da consciência de uma nação” (Dawisha, 2002:17), a língua é vital em dois outros meios que se complementam mutuamente: a perceção da história e a educação que é providenciada.

A construção propositada da história pode criar provas “inequívocas” da grandeza do passado da nação – deixa de ser uma questão académica para se tornar uma questão política, como afirma Keddouri (1961): o passado é usado para alterar o presente; os feitos são enunciados e os erros encobertos para criar o suficiente daquilo a que Renan (1882) apelida de capital social necessário para criar a ideologia nacional.

Ernest Geller (1983:34) é da opinião que o “monopólio da educação legítima” é mais importante para o Estado do que o monopólio da violência legítima teorizado por Max Weber. De certa forma, segundo Dawisha (2002), tem razão – a educação é o principal meio através do qual o Estado pode manipular a população e inspirar nela pertença e nacionalismo.

Jean-Jacques Rousseau concebeu um programa educativo para “aliciar”, de certo modo, as crianças com as tradições e a atualidade do seu país, com o objetivo de transformar a perceção

³ Ver o volume V dos 33 volumes de Bernhard Suphan sobre as obras de Herder, *Sämmtliche Werke*, publicados entre 1877 e 1913. Não consegui encontrar a data exata da publicação do Volume V.

individual de indivíduo como um membro da nação (Cohler, 1970). Os líderes da Revolução Francesa – alguns inspirados precisamente por Rousseau – reconheceram a importância de um sistema educativo abrangente para transformar os camponeses em cidadãos (Weber, 1979): cidadãos patriotas, unidos sob a pátria. A este respeito, Fichte acreditava que o Estado tinha de ser um *Kulturstaat* (Holborn, 1966) – isto é, representativo da cultura nacional – em que a educação devia estar sob controlo direto do Estado com o objetivo de transformar a identidade do indivíduo (ou seja, torná-lo mais nacionalista), e não necessariamente transmitir conhecimentos (Keddouri, 1961).

A ligação entre cultura e política – e, portanto, identidade política e cultural – é sucintamente explicada pela comparação de Bernard Yack (1999:112-114) entre as posições de Temístocles e Dreyfus sobre a lealdade às suas respetivas comunidades⁴: Temístocles traiu Atenas para se juntar aos persas, abandonando a sua identidade política no processo. Não obstante isso, esta troca de identidade política não foi, à época, entendida como uma traição a si mesmo, uma vez que a perceção que os gregos antigos tinham de comunidade política não estava de modo algum relacionada com o contexto cultural que molda a identidade em termos culturais como hoje a entendemos. Assim, quer isto dizer que a comunidade política e a comunidade cultural não eram necessariamente uma e a mesma coisa. Dreyfus, por outro lado, foi injustamente preso e torturado, mas manteve-se firmemente leal à nação francesa, demonstrando a sua lealdade mesmo quando estava encarcerado na Colónia Penal de Caiena. A França era, afinal, uma parte importante da sua identidade pessoal: qualquer traição à sua nação era, consequentemente, uma “auto-traição”. A comunidade política é também a comunidade cultural – este é o caso dos cidadãos modernos, tal como aconteceu com Dreyfus.

O conceito de nação não é, portanto, estanque. É uma definição viva, moldada por culturas com histórias, línguas, tradições, modelos sociais diferentes. Precisamente por isto, além de entender a sua noção generalizada e o que a constitui, há que entender a sua origem e consequente evolução.

⁴ A comparação entre Temístocles e Dreyfus poderá também ser encontrada no ensaio de 1993 da autoria de Judith Shklar, *Obligation, Loyalty, Exile*.

1.3. A origem da Nação

No que diz respeito à antiguidade, origem e objetivo da nação (assumindo que a nação é uma construção essencialmente europeia), existem duas filosofias principais: **1.** a concepção alemã e **2.** a concepção anglo-francesa de nação. Para os alemães, a nação é fundada em “paixões” incorporadas na natureza e na história, e não na lei (Hutchinson, 1989). Os escritores e filósofos alemães definiram frequentemente o nacionalismo cultural de um ponto de vista romântico, em que a emoção era o impulsor do Homem, em detrimento da razão (e, conseqüentemente, em detrimento das ideias do Iluminismo francês). Assim, Herder desenvolveu, no final do século XVIII, o conceito de *Volk* como uma entidade metafísica que produz uma determinada língua, cultura, costumes, religião, etc., da qual não derivam produtos de homens individuais, mas manifestações do *Volksgeist*, o espírito do povo (Minogue, 1967). Isto, claro, pouco ou nenhum sentido fazia para os filósofos racionalistas do Iluminismo, mas para Herder (e para os nacionalistas românticos alemães), cada indivíduo é o que é devido à cultura em que está inserido, desenvolvida por um determinado grupo de pessoas ao longo do tempo como expressão do seu próprio caráter nacional (*Ibidem*). Uma nação, portanto, não pode ser uma construção política e social, porque deriva de um passado imemorial no início do seu povo.

Na altura dos estudos de Herder sobre o nacionalismo cultural, a Alemanha estava dividida em quase dois mil territórios (a maior parte deles de reduzido tamanho e importância) e só em 1871 é que se tornou um Estado unificado. Sem um Estado, os pensadores e os atores políticos só podiam falar na sua singularidade étnica e linguística. Só podiam, portanto, definir a sua nação em termos da existência do seu povo (Dawisha, 2002). Para além de Herder, o conceito de nação de Johann Gotlieb Fichte – bastante influente no nacionalismo alemão e na ideia nacional alemã – afirma que esta surgiu sob influência e desenvolvimento divinos que determinaram o carácter nacional do respetivo povo (Dahbour & Ishay, 1999).

Este tipo de nacionalismo cultural, na ausência de um Estado, também se verificou em Itália, que foi, durante a maior parte da sua história, constituída por várias entidades políticas independentes e, admitidamente, pouco interessadas num Estado unido (Kohn, 1946). Foram as

obras de Giuseppe Mazzini, que defendiam uma nação italiana com uma (alegada) base etnográfica e histórica, que influenciaram (ou melhor, legitimaram) as ações de Giuseppe Garibaldi e Victor Emmanuelle II no sentido da unificação italiana, eventualmente alcançada em 1870 (Dawisha, 2002).

Os franceses e os ingleses, por outro lado, consideravam que a nação e o Estado (e o governo) estavam interligados. Isto deve-se ao facto de que, etnicamente e linguisticamente, ambas as nações são mistas, em resultado de várias invasões e colonizações nos respetivos territórios (Minogue, 1967).

A Inglaterra detinha poder político centralizado desde a Alta Idade Média (Dawisha, 2002), tendo alcançado o direito e a administração comuns – e até relativa consciência nacional – através da força do monarca, logo a partir de Guilherme, o Conquistador (Elton, 1974). A vitória inglesa na guerra, portanto, não era considerada apenas uma vitória de um rei, ou da aristocracia que o acompanhava, mas uma vitória da nação como um todo (McKisack, 1994), especialmente na Guerra dos Cem Anos, que foi absolutamente fulcral na formação das identidades nacionais inglesa e francesa (Bloom, 1990). Montesquieu (1748/2000: 331-340), aliás, indicou a Inglaterra como um caso especial em que a nação foi moldada pelo Governo e pelas suas ações.

A França passou por este mesmo processo, embora numa fase mais tardia, visto que no século XV não era mais do que uma mera confederação de principados, como a Alemanha (Bush, 1967), não sendo, portanto, Estado unificado. Foi Luís XI quem iniciou o processo de unificação, que acabou por ser consolidado por Henrique IV e terminado por Luís XIII e Luís XIV (Dawisha, 2002), que reforçaram a autoridade central através do triunfo do absolutismo monárquico sobre os interesses aristocráticos (*Ibidem*). A sobreposição do Estado e da nação e, de facto, a construção da nação pelo Estado, estavam muito presentes nos filósofos ingleses e franceses dos séculos XVIII e XIX (*Ibidem*):

Edmund Burke (1790, citado por Dawisha, 2002) considerava o Estado como uma parceria entre os vivos, os mortos e os que ainda vão nascer – semelhante à forma como alguns descrevem a nação –, estabelecendo uma ligação entre o Estado e a sociedade. Locke, Bentham e Stuart Mill consideravam que a nação e o Estado estavam ligados pela liberdade (Dawisha, 2002). Todos eles encaravam a nação em termos políticos e não necessariamente em termos culturais, como faziam os alemães. Do outro lado do Canal da Mancha, Rousseau era céptico no que diz respeito à

separação entre Estado e nação. Para o francês, aliás, só através de um governo e de um sistema de leis é que é possível alcançar o sentimento de unidade nacional e de cidadania num grupo de pessoas, mesmo que estas partilhem à partida línguas e costumes (Dawisha, 2002).

Daqui podemos tirar duas conclusões: a pertença a uma nação não pode ser imposta a ninguém; e nada é necessariamente permanente, uma vez que as nações são maleáveis (*Ibidem*). Um bom exemplo disto são os búlgaros que, nos quarenta anos entre 1830 e 1870, sofreram uma transformação drástica em termos da perceção que tinham de si próprios, passando de “meros” eslavos (semelhantes aos sérvios ou croatas) a “búlgaros”, merecedores da Bulgária enquanto pátria (Anderson, 1983).

O debate sobre o papel das várias componentes da nação, como a etnia, a cultura ou a língua, é representado por três grandes abordagens: primordialismo, construtivismo e instrumentalismo.

Os primordialistas são da opinião que as nações são entidades “reais”, não imaginárias, em que os seus habitantes se definem em termos culturais (Haas, 1997); em que existe aquilo que Geertz (1963) define como uma ligação primordial derivada não da interação social, mas de afinidade natural ou mesmo espiritual. A identidade nacional é, portanto, imutável e não pode ser criada ou alterada através de manipulação social ou política (Dawisha, 2002).

A etnia é o elemento mais intimamente associado a este ponto de vista. Max Weber (citado por Dawisha, 2002) concluiu que a nação inclui as noções de descendência comum e homogeneidade, noções estas que partilha com a comunidade étnica. De facto, várias nações europeias, especialmente com o enfraquecimento do universalismo cristão, começaram a reivindicar politicamente questões baseados principalmente na etnia (Seton-Watson, 1977), uma vez que a homogeneidade étnica se tornou um ponto focal da nacionalidade, em que havia uma originalidade inerente ao facto de se ser alemão, polaco ou italiano, por exemplo, que legitimava as suas reivindicações de nacionalidade.

Por outro lado, para os construtivistas, a nação não é fixa ou predeterminada. Hugh Seton-Watson (1977) declarou que a nação não tem uma definição científica, existindo simplesmente quando um número suficiente de pessoas se considera como tal. As nações não podem ser imutáveis, uma vez que este processo de reconhecimento é o resultado de interações sociais,

dependentes da psicologia e não da biologia e, como tal, as nações mudam em conjunto com as interações sociais (Lake & Rothchild, 1999).

O instrumentalismo é, essencialmente, uma variante do construtivismo: também enfatiza a subjetividade das nações e a sua criação e modelação através de laços sociais (Dawisha, 2002) que são, no entanto, manipulados para ganhos políticos. Leah Greenfeld (1992) afirma que a história pode ser fabricada e projetada no passado, tal como um território ancestral pode muito bem sê-lo apenas através da conquista, por exemplo. Outros, como Homi K. Bhabha e Edward Said, consideraram as nações como sendo narrativas criadas através de mitos, conquistas, obstáculos e pela conveniente omissão dos episódios menos favoráveis (citados por Dawisha, 2002). Paul Brass (1991) afirma que a mudança politicamente induzida da cultura é parte vital no estudo da nacionalidade, em que as elites escolhem e moldam aspetos culturais para mobilizar o seu grupo, defender os seus interesses e competir com terceiros.

A divisão entre a perceção germânica e anglo-francesa da criação da nação, assim como as consequentes abordagens do seu estudo são demonstrativas da complexidade do estudo de uma História que não pode ser analisada de forma neutra e uniformizada, pela riqueza política e cultural existente no mundo. Daí, claro, que seja razoável admitir que duas nações vizinhas se tenham desenvolvido de formas semelhantes em determinados aspetos e de formas distintas noutros. Daí também ser lógico que existam vários tipos de classificações e caracterizações de nação, sendo esse o tema do próximo subcapítulo.

1.4. Diferentes tipos de Nação

Assim como a nação muda e se transforma ao longo do tempo, várias tipologias são criadas para entender fenómenos paralelos da sua criação e evolução. A ideia tradicional de nação capta duas formas distintas de entender uma comunidade política. A primeira surge através do desenvolvimento de uma ligação forte entre identidades culturais e políticas herdadas – a nação étnica; a segunda desenvolveu-se em conjunto com a organização do poder político pelo Estado moderno, em que os seus participantes escolheram livremente a sua identidade política – a nação cívica (Yack, 1999:103). Esta distinção tem em si várias dicotomias: nacionalismo ocidental e oriental; *ethnos* e *demos*; estados políticos e estados culturais; conceções francesa e alemã de

nação. Há quem vá mais longe e diga que a dicotomia se estende a estados racionais e emotivos, voluntários e herdados; até bom e mau, *nós* e *eles* (*Ibidem*: 104-105).

A nação cívica é conceptualizada por Ignatieff (1993) como sendo uma comunidade criada pela escolha do indivíduo – cidadãos iguais, portadores de direitos – de “honrar” uma determinada ideologia ou corrente política. Alinha-se com o legado liberal do iluminismo, de racionalismo e individualismo, ao definir a comunidade política como uma associação voluntária (Yack, 1999). Esta definição, e o próprio conceito, não é isento de críticas por parte de académicos:

O contraste entre nações cuja herança cultural deriva principalmente de símbolos e histórias políticas, e as nações cuja herança cultural é baseada na língua ou na etnia não é, regra geral, suficiente para distinguir ligações emocionais ou racionais a uma identidade nacional (*Ibidem*). O conceito de patriotismo constitucional de Jürgen Habermas (1995), utilizado sobretudo no contexto alemão de modo a combater o chauvinismo após a reunificação do país, é uma reiteração recente da ideia nacional cívica. Procurando restaurar a “unidade pré-política de uma comunidade com um destino histórico partilhado” e restaurar “a democracia e um Estado constitucional num território onde os direitos civis tinham sido suspensos (...) desde 1933”, comete dois erros fundamentais que são comuns aos teóricos da nação cívica.

Em primeiro lugar, Habermas pressupõe a existência de uma comunidade pré-política, pelo menos no caso alemão. Isto é o oposto da noção cívica de nação acima descrita. Em segundo lugar, assume – erradamente, tal como Ignatieff o fez – que a nação cívica é inerentemente liberal e democrática, uma vez que a soberania pertence ao povo. Se considerarmos que as nações cívicas são o oposto das nações étnicas, uma sociedade poderá simultaneamente cívica e antidemocrática, como foi o caso do Brasil, da Argentina e do Chile – sociedades multiétnicas com um sentido de identidade nacional bastante prevacente – quando sob as suas respectivas ditaduras opressivas. Ademais, os espanhóis também não deixaram de ser espanhóis quando a Espanha se tornou fascista (Nielsen, 1999:125). Existem também casos de intolerância e paranoia em nações (supostamente) cívicas, como a perseguição de cidadãos americanos por princípios “não-americanos” (Yack, 1999:115). Kai Nielsen (1999) considera que o conceito em si é demasiado estreito para que uma nação desse tipo (ou o sentimento nacional a ela associado) exista. Assim, nenhuma conceção de nação, seja de que tipo for, é puramente política (*Ibidem*).

A nação étnica, por outro lado, deriva o seu sentido de identidade da ancestralidade comum e da herança cultural (Smith, 1986) enfatizando, segundo Hobsbawm (1990), a importância de manter e preservar as características étnicas da nação, o que leva frequentemente a uma abordagem discriminatória da identidade nacional. É comumente associada à Alemanha, daí que grande parte da concepção tipicamente alemã de nação se aplique a esta tipologia, na qual a língua, a cultura, os costumes e a religião⁵ influenciam a nação.

A nação étnica, convém vincar, não é o mesmo que um grupo étnico. Um grupo étnico não pretende ser uma comunidade política autónoma, nem pretende constituir um estado (Nielsen, 1999). O seu objetivo é integrar a sociedade, mantendo a sua identidade. Isto não significa, no entanto, que um grupo étnico não possa adotar uma agenda nacionalista étnica, especialmente se a sua integração for dificultada ou impedida, seja por meios consuetudinários ou legais (*Ibidem*). Para este efeito, Yael Tamir (1993) sublinha a importância da expressão da identidade cultural, reconhecendo, ao mesmo tempo, que nem todas as nações são obrigadas a ter o seu próprio Estado-nação soberano.

Historicamente, de acordo com Nielsen (1999), é possível que todas as nações tenham sido, na sua origem, nações étnicas; muitas delas, porém, já não podem ser classificadas como tal. À medida que mudam as circunstâncias, a nação étnica está destinada a evoluir. A migração e o intercâmbio cultural, por exemplo, influenciam a disposição de uma nação étnica, o que, por sua vez, transforma o próprio conceito de identidade (Conversi, 2007).

Ambos os tipos de nação, segundo Bernard Yack (1999), são um mito: a nação étnica sugere que, em última instância, não somos nada mais do que a nossa origem étnica e cultural e, portanto, não temos qualquer influência na determinação da nossa identidade nacional; a nação cívica, por outro lado, sugere que somos os princípios políticos que partilhamos com os nossos concidadãos e que, portanto, a nossa identidade nacional é determinada apenas pela nossa escolha. Na verdade, ambas têm um elemento cultural (Kymlicka, 1999).

Finda a definição do conceito de Nação, poderemos transitar para a definição do conceito de que esta dissertação trata, o Nacionalismo.

⁵ Visto também pela conexão entre as igrejas ortodoxas e católicas e as identidades étnicas russas e polacas, respetivamente (Hastings, 1997).

2. Nacionalismo

2.1. Definição de Nacionalismo

O nacionalismo é, segundo Dunn (1999:27) o posicionamento político mais imediato de todos. A sua definição tem sido amplamente debatida, não só em termos de matéria, mas também em termos da sua aplicação, isto é, se é um conceito prático ou meramente teórico.

Para Alexander Motyl (1992), as crenças não se traduzem automaticamente em comportamento. Assim, a definição de nacionalismo de Gellner (1983) enquanto princípio que considera que a unidade nacional e política deve ser correspondente tornou-se regra para muitos académicos, uma vez que Gellner é um dos filósofos mais influentes sobre o tema. O ponto de vista de Haas (1986) complementa a ideia de nação de Anderson (1983), uma vez que o nacionalismo é retratado como a crença de um determinado grupo de que deve formar uma nação, ou que já existe como tal. O conceito de nacionalismo de Ignatieff (1993) é uma doutrina que combina as ideias de autodeterminação territorial e de identificação com a própria nação, o que, por sua vez, requer a existência de um Estado.

Segundo Mellor (1989), no entanto, o nacionalismo combina tanto as ideias como as atividades dos nacionalistas, sendo então a manifestação política da vontade e das ambições da nação. Barrington (2007) combina duas características-chave: em primeiro lugar, as fronteiras territoriais sobre as quais a nação tem jurisdição; em segundo lugar, a definição dos termos do que pode ser classificado como pertença ao povo dessa mesma nação. O nacionalismo torna-se, então, na procura destas características.

Kymlicka (1999:133) acredita que enquanto alguns nacionalismos são xenófobos e autoritários, outros são pacíficos, liberais e democráticos. Yael Tamir (1993), em grande parte, concorda, visto que não considera o termo “nacionalismo liberal” um paradoxo, isto é, não acredita que ambos os conceitos sejam contraditórios. Eric Hobsbawm (1977) afirma que os nacionalistas não se importam com as escolhas ideológicas, desde que consigam um Estado soberano como nação, já que o seu objetivo é apenas a conquista da independência e do governo próprio.

Há, no entanto, quem não concorde com este sentimento. Brian Barry (1987), por exemplo, classifica todo o nacionalismo enquanto inerentemente xenófobo e autoritário: uma doutrina em que todos devem prestar a sua maior lealdade à nação, em que o interesse nacional se sobrepõe a

todos os outros interesses, sem ter em conta os valores comuns, ou mesmo o respeito pelo direito internacional. Ronald Beiner (1999:13) defende um ponto de vista semelhante. Judith Shklar (1989; 1990; 1993), por exemplo, argumenta repetidamente contra o nacionalismo, criticando-o como iliberal, xenófobo e exclusivo. O filósofo sino-francês Chen Yan (2007) descreve o nacionalismo como uma doutrina baseada num sentimento nacional (por vezes) xenófobo que reduz toda a política da nação ao objetivo único de ser - ou tornar-se - uma potência mundial. Roger Scruton (2006) oferece uma visão interessante: ao mesmo tempo que liga o conceito de nacionalidade à democracia, categoriza o nacionalismo como uma hostilidade partilhada em relação ao estrangeiro.

Ignatieff (1993), classifica o nacionalismo como sendo inerentemente democrático, uma vez que a soberania deriva de “todo o povo”. A. J. P. Taylor (1979) partilha esta perspetiva, conectando nacionalismo e democracia através das reivindicações da nação que, por sua vez, é expressa pelo povo soberano.

À imagem do que foi feito com a definição de nação, considero essencial que o estudo de nacionalismo implique um estudo afincado da sua História e evolução, para que possamos estudar o presente com a informação que temos do passado.

2.2. A origem do Nacionalismo

A primeira grande manifestação da ideia de nacionalismo – e, portanto, a sua primeira grande aplicação material – foi a Revolução Francesa. Eugene Kamenka (1976) considera o nacionalismo como um conceito moderno com origem na Europa, especificamente ligado aos acontecimentos que conduziram e foram exemplificados pela Revolução Francesa, um ponto de vista adotado também por Kenneth Minogue (1967)⁶.

A menção mais antiga da palavra “nacionalismo” é feita no livro de 1798 “*Memoires pour servir a l'histoire du Jacobinisme*” de Jacques Barruel. É referido na obra que “quando os homens se organizaram em nações (...) deixaram de se reconhecer por um nome comum. O nacionalismo,

⁶ Phillip Roeder (2007) afirma que a “era do nacionalismo” começou em 1776, com a Revolução Americana. De todo o modo, o ponto de partida continua a ser o final do século XVIII.

ou amor nacional, tomou o lugar do amor geral”⁷ – isto é, o nacionalismo passou a ser definido como o egoísmo praticado por uma nação (de Bertier de Sauvigny, 1970:155).

O nacionalismo, convém dizer, não foi criado num vácuo. Alguns podem considerar lógico que uma sociedade prefira a sua cultura e os seus costumes aos de outras, e que esteja disposta a lutar “pelas cinzas dos seus antepassados e pelos altares dos seus deuses” (Dunn, 1999:36), não obstante o facto de o nacionalismo, por definição, não ser um sentimento “natural” há muito tempo (*Ibidem*:35). Neste sentido, as suas origens estão nas origens da própria ideia nacional, e a auto-preservação e libertação da nação continuam a ser centrais para o sentimento de nacionalismo, quer através da independência, quer através da liberdade de expressão – daí que, por exemplo, a Holanda se tenha tornado uma nação sobretudo devido aos esforços das forças imperiais do Duque de Alba, ou que o nacionalismo alemão tenha surgido, em parte, devido ao impacto do imperialismo de Napoleão (*Ibidem*). Os pressupostos de Greenfeld (1992) sobre a ascensão da identidade nacional – na Europa, pelo menos – são congruentes com esta visão.

Se, no entanto, assumirmos, como Roeder (2007), que a nação moderna é uma população com direito a um Estado próprio, o nacionalismo torna-se assim numa questão do Estado-nação – criado para defender os interesses humanos no nacionalismo moderno (Dunn, 1999). Se seguirmos a tese de Greenfeld (1992) sobre a evolução da palavra “nação”⁸ – que, ao longo do tempo, sofreu grandes alterações em relação à sua palavra original latina *natio*, que significava “um grupo de estrangeiros” – chegamos a uma conclusão semelhante neste sentido: usada para descrever comunidades de opinião e de interesses, depois elites sociais e políticas, a palavra “nação” passou a simbolizar um povo soberano (primeiro em Inglaterra) e, eventualmente, um povo soberano único, com particularidades políticas, territoriais e/ou étnicas⁹.

Roeder (2007: 350) não nega a existência do sentido de comunidade antes do século XVIII – reconhece, aliás, a particularidade do caso inglês, tal como Greenfeld –, nem desvaloriza a importância da soberania popular neste processo. No entanto, oferece uma visão alternativa da

⁷ “*A l'instant où les hommes se réunirent en nations (...) ils cessèrent de se reconnaître sous un nom commun. Le Nationalisme, ou l'amour national prit la place de l'amour général*” no francês original. Citado por de Bertier de Sauvigny, G. (1970). Liberalism, Nationalism and Socialism: The Birth of Three Words. *The Review of Politics*, 32(2), 147–166. <https://doi.org/10.1017/S0034670500013607>

⁸ Baseado no trabalho de Guido Zernatto. Ver Zernatto, G. (1944). Nation: The History of a Word. *Review of Politics*, 6, 351-366.

⁹ Anexo I.

situação atual: a partir de 1815, existiram quatro fases diferentes de criação de Estados-nação, nomeadamente do Congresso de Viena ao Congresso de Berlim (1878); o primeiro quarto do século XX; as três décadas após a Segunda Guerra Mundial – o período comumente designado por Les Trentes Glorieuses; e as décadas que se seguiram ao fim da Guerra Fria (*Ibidem*)¹⁰. A descolonização tem sido a fonte mais comum de novos Estados-nação neste período; a divisão (ou secessão) pertencente a núcleos metropolitanos de Estados é a segunda fonte mais comum – dos quais os Impérios Otomano, Austro-Húngaro e Russo, juntamente com a URSS e a Jugoslávia são os principais culpados; os restantes Estados-nação resultam da unificação de Estados existentes, da incorporação de regiões periféricas ou do reconhecimento de soberania em áreas onde não existia qualquer autoridade soberana antes dessa altura (*Ibidem*)¹¹. Assim, o ideal do Estado-nação, ao contrário do que afirma Yael Tamir (1993:150), parece essencial aos nacionalistas modernos, na medida em que o controlo do Estado permite (e alimenta) a continuidade da expressão nacional (Yack, 1995:72) – é visto, pelo menos no contexto europeu/ocidental, como o sistema mais eficiente de organização política (Gilpin, 1981).

Para tal, a Tese das Instituições Segmentais (SIT)¹², tal como explicada por Roeder (2007), fornece o enquadramento teórico para a criação da maioria dos estados-nação modernos. A SIT baseia-se no conceito de Estado-Segmento, uma unidade política dentro de um Estado maior (o “Estado-comum”) em que existe uma identidade territorial e governamental distinta e uma elite política na vanguarda da ideia de autodeterminação nacional. Como, essencialmente, “proto-estados”, os Estados-segmento beneficiam de uma estrutura de governação previamente estabelecida que pode ser utilizada para mobilizar pessoas e recursos com vista à instituição de um novo Estado-nação: o Estado-comum pode optar por incorporar o Estado-segmento no seu núcleo se as suas diferenças representarem um desafio significativo. Por outro lado, o Estado-segmento pode desafiar a autoridade do Estado-comum, especialmente em períodos de instabilidade política.

¹⁰ Embora tenha escrito “décadas” – plural –, o *framework* temporal deste trabalho acaba, tecnicamente, no ano de 2000. No entanto, desde então surgiram quatro novos Estados-nação (cinco se incluirmos o Kosovo): Sérvia, Montenegro, Timor-Leste e Sudão do Sul.

¹¹ Anexo II.

¹² A não ser confundido com o conceito do mesmo nome da autoria de Arend Lijphart, presente em Lijphart, A. (1969). Consociational Democracy. *World Politics*, 21(2), 207-225. Um diagrama explicativo do conceito encontra-se presente no Anexo III.

MacCormick (1999) discorda, notando que o termo “nação” já contém, em si mesmo, algum peso político, e que os Estados-nação devem a sua existência ao nacionalismo, e não o contrário. Também em contraposição ideológica à SIT, Miroslav Hroch (2000) acredita que o sucesso do movimento nacional – justificado pela soberania e independência – está ligado à mobilização das massas e à consciência nacional, assim como Bremmer (1997) e Lapidus (1992), que atribuem a responsabilidade pela dissolução da URSS e consequente independência das várias repúblicas aos sentimentos nacionais populares e à transformação da consciência coletiva local. Antes disso, Kohn (1944) afirmava que, na Europa de Leste, o nacionalismo era anterior ao Estado. No entanto, Hroch, ao esforçar-se por apresentar o Estado como uma consequência da independência e da mobilização nacionalista – e não como a sua causa – acabou por concluir que os dois Estados bem-sucedidos do seu estudo de caso eram, precisamente, Estados segmentados (Noruega e Finlândia) e, assim sendo, também a tese de Kohn foi refutada.

É por isso que Roeder (2007) defende que, quando um forte sentimento de nacionalismo está presente antes da independência, é normalmente no seio de um Estado-segmento; é por isso que menos de doze grupos étnicos conquistaram a soberania e a independência no século XX sem Estados segmentados (Ibidem). Para além de raros casos, como o Japão, a autoridade do Estado é anterior à unidade nacional (Rustow, 1967): o Estado funcionava como “criador de nações”, e não o contrário.

Entre as teses da sua origem, complexa e compartimentada, além de (por vezes) particular, torna-se evidente, à imagem do que aconteceu com a nação, que o nacionalismo terá de ser estudado não enquanto conceito único, mas à luz de várias tipologias explicativas das diferentes manifestações do fenómeno. É precisamente disso que trata o próximo subcapítulo.

2.3. Diferentes tipos de Nacionalismo

Ao longo do estudo do nacionalismo, uma clivagem tem sido amplamente apresentada como estrutural: a clivagem cívica-étnica. Leah Greenfeld (1992), conceituada académica na área, reconhece esta divisão tradicional entre as variantes “cívica” (aberta, voluntarista) e “étnica” (fechada, inerente) do nacionalismo. Na sua opinião, embora as noções de democracia e nacionalismo estejam, teoricamente, conectadas por terem surgido em conjunto, a inerência desta

ligação foi vindo a ser quebrada à medida que o conceito de nação evoluiu para representar a “singularidade do povo”¹³.

Greenfeld reforça convicentemente a tese de Kymlicka (1999), Nielsen (1999) e Tamir (1993) de que os nacionalismos não estão ideologicamente ligados nem à democracia nem ao seu contrário; e além disso, é-nos dado um âmbito de interpretação muito mais complexo daquilo em que o nacionalismo se pode materializar, uma vez que as diferentes tipologias em ambos os espectros (individualista-libertário ou coletivista-autoritário; cívico ou étnico) se complementam. Neste sentido, o nacionalismo individualista tem de ser sempre cívico, mas o nacionalismo cívico poderá ser coletivista; por outro lado, o nacionalismo étnico será invariavelmente coletivista, mas o nacionalismo coletivista pode ser cívico, embora seja mais raro (Greenfeld, 1992)¹⁴.

Isto, no entanto, é apenas um “guia” para entender o nacionalismo. É altamente improvável que um determinado nacionalismo se materialize totalmente – a maioria dos nacionalismos é ideologicamente mista. Daí que Nielsen (1999) afirme que, por exemplo, não pode existir um nacionalismo puramente cívico, e que todos os nacionalismos (sejam eles étnicos ou cívicos) não podem ser puramente políticos e são, antes de mais, nacionalismos culturais – definindo a nação em termos de uma cultura comum. Seria errado analisar o nacionalismo em termos binários, sem ter em conta as nuances, por muito úteis que os rótulos possam ser para compreender o fenómeno: uma conceção puramente liberal do nacionalismo, por exemplo, não permite espaço suficiente para a identidade de grupo (Beiner, 1999:7); o erro de Ignatieff¹⁵ ao identificar os nacionalismos do Québec e da Flandres como “étnicos” deriva, precisamente, da falta de nuances na sua conceção de nacionalismo. Cada nação é única e vê-se a si própria de formas diferentes, sendo as suas culturas definidas nos mais variados termos (Kymlicka, 1999); e valores como a democracia, por exemplo, podem não ser exportáveis para todas as situações (Greenfeld, 1992).

¹³ Ver Anexo I.

¹⁴ Ver o Anexo IV para uma tabela que expõe os diferentes tipos de nacionalismo apresentados por Greenfeld (1992) e as suas possíveis combinações.

¹⁵ Pelo menos, de acordo com Kymlicka (1999:133), que oferece um ponto de vista com o qual concordo.

3. Massas e Elites

Para além do estudo do nacionalismo e da sua clivagem mais tradicional (cívico-étnico), a presente dissertação foca-se ainda na clivagem entre a elite – a minoria governante – e as massas – a maioria (Mosca, 1939; Mills, 1956). Nesse sentido, para que depois estes conceitos sejam aplicados dentro do enquadramento do nacionalismo, é necessário defini-los teoricamente.

Para os efeitos desta dissertação, as massas são caracterizadas como “as pessoas comuns que formam o maior grupo numa sociedade” (Cambridge Dictionary, n.d.), e as elites, por outro lado, como um grupo pequeno e seletivo de cidadãos e/ou organizações que controlam uma grande parte do poder (Vergara, 2013). Além disso, de acordo com Yack (1999: 109-110), os termos “sociedade civil” e “o povo” referem-se à mesma comunidade pré-política.

Das elites e das massas surgem, respetivamente, os partidos de quadros e de massas (Duverger, 1951). A distinção entre eles corresponde, em grande medida, a uma diferença de subestrutura social e política, com a distinção entre partidos de direita e de esquerda, de classe média e de trabalhadores (*Ibidem*) – uma das clivagens sociais especificadas por Stein Rokkan e Seymour Lipset (1967)¹⁶. Sobre o funcionamento dos partidos de massas, Robert Michel (1915) complementa o ponto de vista de Weber descrito à frente, argumentando que existe uma tendência inerente aos partidos de massas para reverterem para o controlo oligárquico, o que, por sua vez, leva à limitação da influência das massas. Duverger (1951) afirma, no entanto, que os partidos de quadros raramente são “puros” no seu próprio conceito.

Ortega y Gasset (1932) é da opinião que as massas não têm a capacidade de liderança da elite e, por isso, devem ser lideradas. Vilfredo Pareto (1901) também refere que as massas são governadas pelas elites “superiores”, mas acrescenta que as elites derivam das massas num fluxo interminável. Marx & Engels (1848/2020) caracterizam o “proletariado” (a classe trabalhadora) como as massas – vistas como agentes de mudança com o poder de derrubar o capitalismo - e a “burguesia” como as elites. Segundo Max Weber (1922/1978), as massas eram facilmente exploráveis por líderes carismáticos e, como tal, a ascensão da política de massas estaria associada à concentração de poder nas mãos daqueles que não o mereciam. Hannah Arendt (1951/2006)

¹⁶ Isto relativo, naturalmente, à classe. As restantes clivagens são as seguintes: Centro-Periferia; Urbano-Rural; Igreja-Estado.

atribui ainda o papel das massas no sucesso de alguns regimes totalitários, que simultaneamente dependiam do seu apoio e oprimiam qualquer possível dissidência derivada das mesmas.

Nacionalismo de massas é, então, um fenómeno *bottom-up*, isto é, de baixo para cima. A sua origem está na população comum e depende de movimentos de massas para construir uma identidade nacional coletiva através de símbolos, rituais e apelos emocionais (Hobsbawm, 1990), sendo uma forma de nacionalismo comumente vista como crucial para movimentos anticoloniais (*Ibidem*).

Nacionalismo de elites, por outro lado, é um fenómeno *top-down*, de cima para baixo. A sua principal característica é a crença de que o nacionalismo deveria ser materializado por aqueles que entendem as implicações e fenómenos dentro da esfera política (Zhao, 2004a). Ocorre quando as elites utilizam o seu poder para expandir a sua visão particular e autocentrada de identidade nacional (Gellner, 1983).

Não são, no entanto, mutuamente exclusivos. De acordo com Keller (2013), a opinião pública é várias vezes essencial na formulação das opiniões das elites, embora o contrário (a elite influenciar as massas) seja mais frequente. A Revolução Americana, por exemplo, teve o seu começo enquanto movimento de elites – composto por um pequeno grupo de intelectuais e líderes militares – cuja mensagem passou com sucesso para a restante população (Wood, 1992). Neste tipo de eventos políticos históricos, como afirma Greenfeld (1992) num argumento com o qual eu concordo, embora as elites se tendam a fechar sobre si e a desassociar-se do “povo” nas suas ações, continua a ser este “povo” o portador da soberania e, assim, da legitimidade dos seus comportamentos.

CAPÍTULO II – CHINA: ESTUDO DE CASO

1. A Nação Chinesa

1.1. Contexto Histórico

A China, além de uma longa e complexa história, tem uma outra especificidade: é, culturalmente, completamente distinta de todas as sociedades presentes no Ocidente. Por esses factos, é impensável escrever uma Tese sobre qualquer contexto político na China sem qualquer tipo de contextualização prévia. Os conceitos até aqui definidos são, na sua maioria, aplicados de forma diferente e com interpretações muito próprias. Alguns, na realidade, não são sequer nativos ao pensamento político tradicional existente na China e foram introduzidos posteriormente, o que leva naturalmente a aplicações únicas.

Um destes conceitos é, precisamente, um dos conceitos-base da dissertação, já que o pensamento tradicional chinês não tinha sequer o conceito de nação; utilizava-se, ao invés disso, *tianxia* – a terra debaixo do céu (Kissinger, 2011). Como tal, os conceitos de “nação” e “humanidade” eram, embora erradamente, usados em lugar um do outro, assim como o eram os conceitos de “estado” (*guo*, referente a políticas) e “universo” (*tianxia*, referente à cultura (Shenzhi, 1994, citado por Zhao, 2004a:42). Até ao final do século XIX, não existia uma palavra chinesa para a sua própria comunidade histórica e étnica. Os termos *minzu* (nação) ou *Zhonghua minzu* (nação chinesa) são, assim, relativamente recentes e não eram amplamente usados, embora o seu uso hoje seja frequente (Rong, 2010). O ancestral termo *Zhongguo* (Reino do Meio), de facto, nunca foi usado para se referir à nação chinesa ou à civilização, visto que o seu uso se cingia à capital e os seus outros usos conhecidos eram referentes a, entre outros, um país de tamanho médio ou o centro do país (Ermin, 1977:442, citado por Zhao, 2004a:45). Assim, como exposto por John Fitzgerald (1996a:67): não existia uma nação chinesa, até porque era costumário para os chineses se referirem à sua comunidade história pela sua dinastia (*chodai*) e não por país (*guojia*). Como poderiam falar de paixões patrióticas, perguntou o constitucionalista Liang Qichao (1935/2024) se não havia sequer o conceito de nação¹⁷? Os conceitos de “nação” e “nação Chinesa” foram, aliás, trazidos da Europa para a China pelo próprio.

¹⁷ A restante parte da citação de Liang Qichao ajuda a contextualizar o seu ponto de vista: “A China permaneceu em isolamento ininterrupta durante milhares de anos. Quando as nossas gentes se referem a esta terra, chamam-na de universo e não de país.”

Assim, a construção da identidade chinesa moderna foi baseada nestas mesmas noções, fomentadas através do pensamento dos intelectuais e de promoção governamental (Zhao, 2004a:46), embora uma parte considerável dos intelectuais chineses tenha definido a nação chinesa com um termo meramente étnico, *Hanren*. Foi somente a partir dessa altura que se começa a formar o nacionalismo chinês (tornando-se, então, na principal forma de conceptualizar a China no mundo), à medida que os termos *Zhonghua minzu*, *Zhongguoren* e *Hanren* se tornaram cada vez mais populares (*Ibidem*).

Nestes anos formativos do nacionalismo chinês, nem os intelectuais nem as elites políticas conseguiram alcançar um equilíbrio viável entre tradição e as ideias ocidentais (Pye, 1996). A percepção que a China tinha de si era, afinal, centrada na noção de cultura e não em termos nacionalistas, pelo que a sua identidade era baseada num sistema confucionista de veneração ancestral. Esta é a única razão pela qual os ciclos dinásticos conseguiram persistir mesmo em tempos de subjugação aos “*yidi*”, bárbaros – os chineses direccionavam a sua lealdade à cultura, e não à nação, daí que tanto mongóis como manchus tenham sido forçados a legitimar o seu reino através da adoção inequívoca da cultura chinesa (Jacques, 2009).

Foi apenas depois da derrota para os poderes ocidentais no século XIX que o universalismo chinês foi substituído pelo conceito ocidental de nacionalismo. Isto representou uma grande mudança na cultura chinesa moderna (Townsend, 1992): a derrota chinesa diante dos britânicos (em 1842) e perante os japoneses (em 1895) foi um verdadeiro ponto de viragem no pensamento chinês numa altura em que a China se encontrava em constante perigo à conta dos poderes estrangeiros (Zhao, 2004a:47-48). Esta dificuldade é evidente também pelo número de “tratados desiguais” (pelo menos 709¹⁸) assinados entre a China e os “imperialistas estrangeiros” que, embora sejam designados como “desiguais” evidenciavam, na verdade, a relutância chinesa em reconhecer igualdade legal entre estados-nação e aceitar o sistema vestefaliano que invalidava o sinocentrismo (Townsend, 1992).

¹⁸ Este número provém de uma publicação chinesa, “*Zhongguo zuotian yu jintian: 1840-1987 guoqing shouce*” (China’s yesterday and today: 1840-1987 national situation handbook), datada de 1991. Citado por Zhao, 2004a:47.

*“A Inglaterra é um Estado independente soberano, **que tenha estatuto igual** [à China]”*

- Imperador Xianfeng, 1860 (Shuhe, 1985:78, citado por Zhao, 2004a:48)¹⁹

Assim, e já que, como disse Kissinger (2011), só poderemos compreender a China atual através de lentes históricas, este contexto é preponderante para podermos estudar a atualidade, da qual trataremos com mais afinco no próximo subcapítulo.

1.2. Contexto Atual

Sabemos, no entanto, que à medida em que o tempo avança, o contexto muda. Num mundo cada vez mais global, torna-se incessantemente difícil para a China permanecer isolada conceptualmente, e puramente sinocêntrica em matérias internas e externas

Internamente, embora a língua chinesa não separe adequadamente os conceitos de “nação”, “país” e “estado”, o PCC considera que todos aqueles com herança Han como parte da nação chinesa, que inclui não só cidadãos da RPC como os “nacionais no estrangeiro” (Almén, 2020). Esta diáspora com mais de 60 milhões de pessoas poderá ser dividida em três categorias: cidadãos que vivem fora da RPC; cidadãos naturalizados no estrangeiro; e pessoas com herança chinesa nascidos fora da RPC (An, 2017).

A narrativa oficial do PCC é largamente semelhante à de Lucian Pye (1990), que apelida a China de “uma civilização que finge que é um estado”²⁰ com uma história de mais de cinco mil (5000) anos, incluindo nessa história cidadãos de outros países e a história de impérios ancestrais, com reivindicações territoriais extensas e fora das suas atuais fronteiras, incluindo (mas não exclusivamente) Taiwan (Decoding China, n.d.). Em Taiwan, alias, o termo *Zhongguo* é usado para se referir à China como um país separado. Quando o termo preferido é “o continente”, está implícito que a China e Taiwan são, na verdade, parte da mesma nação (*Ibidem*).

Em matérias de política externa, a China tem reconhecido a igualdade de estatuto com as demais nações e utilizado as ferramentas que lhe são disponibilizadas enquanto participante nos

¹⁹ Ênfase adicionado por mim.

²⁰ O PPC, naturalmente, não utiliza o termo “finge que é um estado”.

assuntos internacionais para conduzir os seus afazeres, nomeadamente no que diz respeito a Taiwan e à Política de Uma China (Rich, 2009; Maizland, 2021).

O estudo da nação chinesa, tanto na sua conceção atual como na sua vertente histórica, embora diferente em conteúdo dos paralelos conceitos ocidentais, funciona essencialmente da mesma forma: é fundamental para a compreensão da evolução e da definição do fenómeno do nacionalismo chinês, igualmente paralelo e igualmente complexo, sobre o qual nos debruçaremos de seguida.

2. Nacionalismo Chinês

2.1. Contexto Histórico

2.1.1. Culturalismo vs. Nacionalismo

Estes dois conceitos simbolizam um debate civilizacional aceso entre o pensamento sinocêntrico ancestral e a introdução de ideias provenientes de fora do universo imperial. Este conflito de ideias molda de forma irreversível o fenómeno do crescimento de tendências políticas e sociais de índole nacionalista na China.

Há quem argumente, como Duara (1995), que a China, devido à sua antiguidade, era dotada de tradição e uma identidade nacionalistas há milénios. No entanto, não é esse o caso. Embora tenha, de acordo com Yahuda (2000:22), “a mais longa tradição mundial de continuidade estatal”, a China Imperial não era um Estado-nação moderno. Foi a transição de um império desconectado para um Estado-nação centralmente administrado que deu início à história moderna da China no século XIX (Zhao, 2004a:37). Só então começa o nacionalismo chinês a surgir entre as elites chinesas, que pensavam a China em termos políticos e territoriais como um Estado-nação, separando-se da forma puramente cultural de perceber a sua pátria.

Embora possa estar presente em publicações oficiais e em certos trabalhos académicos, como o de Lu Simian, que afirmou que a emergência do nacionalismo chinês foi a consequência natural da opressão de outras nações estrangeiras - sugerindo assim uma suposta ascensão do nacionalismo após a dinastia Song (Houli, 1998, citado por Zhao, 2004a:39) –, este ponto de vista sobre o nacionalismo chinês não é apoiado pelos registos históricos e é uma utilização incorreta tanto do conceito de “nação” como de “nacionalismo” (Zhao, 2004a:40). Na China antiga não existia o conceito de nacionalismo – havia, sim, uma identificação com um império ou com a cultura chinesa como um todo (Townsend, 1992). Este “patriotismo” era, ao invés disso, sinocentrismo (*Ibidem*).

A autoimagem do povo chinês era, então, centrada somente na cultura, não nacionalista. James Harrison (1969) descreveu a ordem tradicional chinesa do século XIX com o termo “culturalismo”, uma busca eterna do ideal de um mundo universal baseado na cultura chinesa, distinguindo-se do nacionalismo pela sua firme crença na superioridade cultural e pela sua recusa em aceitar a igualdade entre Estados-nação.

Efetivamente, a China Imperial não só não era um Estado-nação, como também era totalmente desprovida de consciência nacional (Hsu, 1960; Iriye, 1992). A noção que tinha de si própria quando comparada com outros países era completamente diferente. A China não se considerava igual aos estrangeiros fora do seu universo sinocêntrico. De facto, embora a subjugação política por esses mesmos estrangeiros fosse um receio realista, era inconcebível para os chineses serem vítimas de uma conquista cultural (Harrison, 1969). Havia uma confiança total e suprema na sua superioridade cultural, mesmo quando militarmente ultrapassados pelos “bárbaros”, e o Estado chinês era, em todos os sentidos, a cultura chinesa, tal era a identificação do modo de vida com o Império: “O culturalismo foi, assim, uma atitude generalizada durante todo esse período”. (Fairbank, Reischauer & Craig, 1989: 179).

O fracasso do culturalismo deu lugar ao desenvolvimento do nacionalismo e, embora uma parte da elite chinesa nunca conseguisse ultrapassar os seus pontos de vista sinocêntricos, era evidente que a China estava muito atrasada em relação ao Ocidente. Foi assim que surgiu a estratégia de “paz através do compromisso” (*shou he ju*) que levou a China a perder a suserania sobre o seu Estado tributário, o Vietname, quando desafiado pela França (Zhao, 2004a:49). Foi mais uma prova de que os chineses precisavam de encontrar formas de defender os seus interesses nacionais contra a interferência estrangeira: A “soberania nacional” – descrita por Chen Duxiu (1993:57, citado por Zhao, 2004a:49) como “o poder de uma nação de ser o seu próprio senhor” –, naturalmente, tornou-se de especial importância, tal como a ideia subsequente de soberania territorial. Era evidente que, embora a China reconhecesse o princípio da igualdade entre os estados-nação, as potências imperialistas não estendiam a igualdade de tratamento às nações mais fracas.

Consequentemente, os seus nacionalismos eram intrinsecamente diferentes. Enquanto o nacionalismo europeu se desenvolveu a partir do mercantilismo e do liberalismo, o nacionalismo chinês foi desencadeado pelo estímulo externo das ameaças imperialistas. Foi fortalecido por um “profundo sentimento de humilhação nacional” (Zhao, 2004a:50) e era revanchista (Chen, 2007), “reativo tanto nos seus motivos como em conteúdo” (Nathan & Ross, 1997:32-33). O chamado “conflito de sistema para sistema” descrito por Dittmer e Kim (1993:249) entre o culturalismo e o nacionalismo (que a China perdeu) tornou-se o catalisador da busca da China pela regeneração

nacional no século XX para se elevar a um estatuto igual ou superior entre os estados-nação (Zhao, 2004a:50-51). O nacionalismo deveria, então, salvar a China da extinção.

No entanto, este objetivo não estava isento de desafios. Os nacionalistas chineses teriam, naturalmente, uma simpatia especial pelo passado chinês, mas também teriam de o criticar honestamente (Levenson, 1968). Este era, de facto, um grande dilema: Qual era a utilidade da cultura e dos valores indígenas quando se adotavam ideias modernas (ocidentais)? Teria a China de destruir tudo o que a diferenciava do Ocidente para se modernizar segundo os seus padrões? Estas questões deram lugar a três doutrinas: O tiyongismo pragmático, o nativismo anti-estrangeiro e o antitradicionalismo liberal/social.

A “fórmula tiyong” tem origem no Movimento de Autofortalecimento de 1864-1895, que procurava preservar os valores confucionistas utilizando os conhecimentos ocidentais. Enfatizava fundamentalmente a importância da lide correta dos assuntos externos – ou “assuntos bárbaros”, segundo Feng Guifeng (Li, 1994, citado por Zhao, 2004a:52) – e reconhecia a realidade da competição entre Estados-nação (Zhao, 2004a:52), o que constituía uma abordagem muito diferente da das elites tradicionais chinesas, que não abordavam a estes assuntos. Para ultrapassar aquilo a que Feng chamava “os quatro atrasos” (desenvolvimento político, económico, social e cultural), a tecnologia ocidental (e a sua lógica) teria de ser introduzida na China (Ibidem:53). O tiyongismo, no entanto, não durou muito tempo após a derrota chinesa para os japoneses em 1895, mais uma humilhação às mãos dos imperialistas estrangeiros. A derrota mostrou a fraqueza e a inferioridade tecnológica, militar, educacional e administrativa da China em relação aos “bárbaros”, provocando a eventual reação anti-estrangeira.

O nacionalismo nativista, como o nome sugere, rejeitava tudo o que era estrangeiro, uma vez que os desaires da China eram – alegadamente – causados por transgressões estrangeiras. A Rebelião dos Boxers, cujos membros defendiam a salvação nacional baseando-se apenas nos valores e na tecnologia chineses, foi o melhor exemplo deste tipo de nacionalismo (Ibidem:55). O ódio aos estrangeiros levou à destruição de infraestruturas críticas, como caminhos-de-ferro, linhas elétricas e barcos a vapor estrangeiros, e a tentativas de extermínio de todos os que tinham qualquer tipo de relação com os estrangeiros, o que significava, entre outros, os líderes do Movimento de Autofortalecimento (vistos como traidores) e os chineses cristãos convertidos (Ibidem). Esta atitude era uma tentativa de manter o estatuto político da China como um império agrário,

comprometendo-se a “apoiar os Qing e a exterminar os estrangeiros”. No entanto, também acabou por não durar (Ibidem:56).

Assim, à medida que o "antiestrangeirismo" foi perdendo popularidade, o antitradicionalismo tomou o seu lugar. Embora possa parecer paradoxal que o nacionalismo seja contra a sua própria tradição, neste caso, salvar a China poderia significar destruir partes importantes de si própria (Hunt, 1996:63). Os conceitos de “Estado-nação” (*minzu guojia guannian*) e “soberania” (*zhuquan yishi*) tornaram-se a nova fonte intelectual para resistir aos avanços ocidentais (Wang, 2000:21, citado por Zhao, 2004a:56). De facto, Hu Shi, um liberal convicto, identifica três camadas no nacionalismo: a primeira (e mais superficial) é o sentimento anti-estrangeiro; a segunda é a cultura nacional; a terceira é o Estado-nação – a maioria dos nacionalismos, segundo ele, nunca chega a esta fase (Houli, 1998:108, citado por Zhao, 2004a:57).

Os antitradicionalistas, no entanto, não eram todos liberais; eram, pelo contrário, um grupo diversificado de ideologias. Entre eles estava a primeira geração de marxistas-leninistas chineses que tentaram compreender o passado chinês para trazer a China para o mundo moderno (Scalpingo, 1999, citado por Zhao, 2004a:56). Chen Duxiu (1915, citado por Zhao, 2004a), um desses primeiros marxistas-leninistas, considerava mesmo que a exploração da China pelo Ocidente era culpa da própria China: não sabia se as instituições tradicionais chinesas sobreviveriam no mundo moderno e trocá-las-ia de bom grado pela sobrevivência da “raça” chinesa, se tal fosse necessário.

No entanto, em 1919, devido à injustiça sentida na Conferência de Paz de Versalhes, a esperança nas democracias liberais ocidentais e nas suas instituições perdeu-se. O êxito da Revolução Russa de 1917 demonstrou o valor do socialismo marxista-leninista e ofereceu aos intelectuais chineses um novo modelo no qual se inspirar (Zhao, 2004a:59). O marxismo tornou-se uma forma de um intelectual chinês rejeitar simultaneamente as tradições do passado chinês e o domínio ocidental sobre o seu presente (Meisner, 1986) já que, por um lado, era de tal modo disruptivo que contrastava fundamentalmente com a visão conservadora do mundo vigente no antigo regime Qing, e de tal modo anti-imperialista que era incompatível com a presença de influência estrangeira no seu território. De facto, de acordo com as publicações da RPC, a disseminação do marxismo e, em última análise, a própria fundação do PCC, não teriam sido possíveis sem o Movimento Quatro de Maio (Jingru, 1999, cit. por Zhao, 2004a:60).

Quando o nacionalismo foi introduzido na China, havia uma clara distinção entre a nação chinesa e o Estado – de facto, na altura, a maioria Han era governada pela minoria Manchu (apelidada de “não-chinesa”). No entanto, nos últimos anos da dinastia, a corrupção e a opressão levaram a uma exigência desenfreada de reformas estruturais por parte da maioria Han (Zhao, 2004a:63-64), tendo Sun Yat-Sen apelidado o governo manchu de um mal maior do que as potências estrangeiras (Jan, 1989, citado por Zhao, 2004a:64) – a revolução de 1911 que depôs o Império e instaurou a República da China foi, certamente, anti-Manchu, mas foi também uma representação da luta racial contra os imperialistas europeus brancos que podiam exercer pressão sobre a administração Qing.

Liang Qichao, tendo cunhado a distinção entre nação e Estado, favoreceu uma revolução política (*zhengzhi gemming*) para estabelecer os direitos civis (*xing minquan*), de modo a defender a autoridade do Estado (Zhao, 2004a:65). Também inventou os conceitos de grande nacionalismo (*da minzu zhuyi*), comparável ao nacionalismo estatal, relativo às diferentes subdivisões (ou nações) dentro do país, em oposição aos forasteiros e a outras nações estrangeiras; e de pequeno nacionalismo (*ziao minzu zhuyi*), comparável ao nacionalismo étnico, relativo aos Han, em oposição a todas as outras nações dentro do país.

Embora o nacionalismo étnico se tenha tornado a norma para muitos líderes revolucionários, como Sun Yat-Sen, a lealdade ao regime Qing não significava necessariamente lealdade à China (Rawski, 1996). Com a subsequente ascensão do nacionalismo mongol, uigure e tibetano, percebeu-se que a escolha de definir a nação chinesa como inerentemente ligada à identidade Han significaria a dissolução da China como um todo. Como tal, o conteúdo anti-Manchu foi eliminado do princípio de nacionalismo de Sun, que conceptualizava a China como um Estado multiétnico (com cinco nacionalidades – Manchus, Han, Mongóis, Hui e Tibetanos), tal como outros Estados-nação na arena internacional (Duara, 1995).

A autodeterminação era, assim, apenas admissível no contexto do grande nacionalismo, na libertação chinesa contra a interferência estrangeira e imperialista, e não no contexto do pequeno nacionalismo, em que as várias nacionalidades lutariam pela independência (Smith, 1996). Isto resultava de um profundo sentimento de superioridade cultural chinesa: o nacionalismo (*guozu zhuyi*) tornou-se na lealdade da raça chinesa ao Estado chinês; neste sentido, o objetivo do nacionalismo chinês era, pelo contrário, construir um “Estado sem nação” (Fitzgerald, 1996b). Sun

Yat-Sen atacou as identidades locais e a resistência das suas comunidades à criação de um Estado-nação centralizado e, para acabar com o “feudalismo” e o poder dos senhores da guerra, propôs a construção do Estado pelo partido, tendo afirmado, na altura, que “o Estado está em grande desordem e a sociedade regrediu, pelo que a responsabilidade do partido revolucionário deve ser, em primeiro lugar, estabelecer o Estado” (Zhao, 2004a:71-76).

A ênfase na potência do nacionalismo como influência unificadora e mobilizadora para consolidar a autoridade do Estado resultava mais da crescente riqueza e influência das nações ocidentais do que dos princípios da liberdade política e do envolvimento democrático individual. (Zhao, 2004a:77). Esta unidade entre a nação e o Estado fez com que o *wangguo* (extinção do Estado) fosse visto como uma ameaça à própria existência do povo chinês. Daí que Cai Er, um general durante a Revolução Republicana, tenha afirmado que a soberania nacional só devia pertencer ao Estado e nunca ao povo (Pye, 1968). A tese de Ernest Barker (1927) era verdadeira neste caso: historicamente, o Estado precede (e até cria) a nação. *Aiguo zhuyi* (patriotismo - ou, se traduzido à letra, “amar o Estado”) tornou-se o termo unificador no discurso nacionalista chinês para exprimir a lealdade para com o Estado e o desejo de o servir.

A evolução do conceito de nacionalismo e da sua aplicabilidade na China carecia das circunstâncias ideais, que surgiram somente no período pós-revolução de 1911, com o poder nas mãos de militantes nacionalistas, com o aparato do Estado à sua disposição. É desse período e do período do (surpreendente) nacionalista Mao Zedong que trata o próximo subcapítulo.

2.1.2. Da revolução de 1911 a Mao Zedong

Os protagonistas da revolução de 1911, ao contrário de vários dos pensadores nacionalistas em território chinês até então, lideravam um movimento nacionalista de elite que se assemelhava, em termos de pensamento e até aplicação, ao nacionalismo dos intelectuais europeus do século XIX ou ao nacionalismo inicial dos movimentos coloniais do século XX (Zhao, 2004a:80). Os líderes nacionalistas planeavam seguir o conceito ocidental, “universal”, de modernidade, enquanto tentavam restaurar os princípios éticos do confucionismo como parte essencial do nacionalismo chinês – tentando essencialmente emular o sistema criado pelas mesmas potências que invadiram

a China e com as quais o *Kuomintang* (KMT), o Partido Nacionalista Chinês, estava disposto a cooperar (e até a fazer concessões) para ganhar o seu apoio (Zhao, 2004:82).

Este acordo, aparentemente paradoxal, tinha as suas razões: Em primeiro lugar, o KMT considerava os seus inimigos internos uma ameaça maior para a República do que as potências estrangeiras; em segundo lugar, a República da China não podia enfrentar as potências imperialistas estrangeiras e necessitava de fundos para expandir as capacidades do seu exército; finalmente, Sun Yat-sen estava confiante de que a estratégia de estabelecer relações amigáveis com as potências estrangeiras seria frutífera (*Ibidem*) – de facto, chegou ao ponto de apelar aos estudantes chineses para que considerassem a Inglaterra como o modelo da China e para “aplicarem o exemplo inglês de bom governo a outras partes da China” (Lin & Zhou, 1989, cit. por Zhao, 2004a:83).

Isto foi uma surpresa, uma vez que o KMT era, numa fase inicial e como já foi referido, um movimento nacionalista étnico. Embora, no início, identificasse a dinastia Qing (Manchu) como sua inimiga e, como se viu acima, considerasse as potências estrangeiras como uma ameaça menor, após o sucesso da revolução de 1919, abandonou o nacionalismo étnico. De facto, a primeira constituição do KMT enumera cinco objectivos, sendo dois deles “forçar a fusão étnica” e “promover a paz internacional” (Ying & Feng, 1991, cit. por Zhao, 2004a:81). Foi só depois de pedir ajuda à URSS que o “anti-imperialismo” passou a ocupar um lugar de destaque na agenda do partido (Zhao, 2004a:83), quando Sun Yat-sen, através das suas palestras sobre os “Três Princípios do Povo”, manifestou o seu descontentamento com a cooperação das potências ocidentais, apelando a todo o povo chinês para que ajudasse a China na tarefa hercúlea de alcançar uma verdadeira independência e igualdade no mundo (*Ibidem*). O resultado foi a declaração do Primeiro Congresso Nacional do KMT – um programa revolucionário nacionalista planeado para derrubar tanto o imperialismo como os senhores da guerra, exigindo a abolição dos tratados desiguais e das concessões estrangeiras.

Após a morte de Sun Yat-sen e a instauração do regime de Nanjing em 1928, o seu sucessor enquanto líder dos nacionalistas, o General Chiang Kai-shek, pôs termo à cooperação com os soviéticos. O objetivo anti-imperialista permanecia, uma tarefa dificultada pela expressa falta de vontade das potências ocidentais em abdicar dos seus privilégios na China (Li-fu, 1994, citado por Zhao, 2004a:84). Infelizmente para o KMT, o seu programa nacionalista foi convincente para a

elite chinesa na década de 1920, mas tornou-se obsoleto e demorou a mobilizar a resistência nacional aquando da invasão do Japão na década de 1930. Isto deveu-se ao facto de a “nação chinesa” ter sido historicamente personalizada no imperador, que estava longe devido à dimensão, diversidade e circunstâncias sociais da China (Zhao, 2004a:79); e embora Sun Yat-sen chamasse ao povo chinês “*guomin*” (cidadão nacional) e tivesse dado ao seu partido o nome adequado de *Guomindang*²¹ (Partido do Cidadão Nacional), o povo chinês estava profundamente dividido por diferentes identidades regionais, o que, por sua vez, significou que o KMT nunca foi capaz de construir e defender uma nação chinesa coerente. A sua crença na China como “a nação do povo chinês”, na qual “a revolução nacionalista dará direitos iguais de participação a todos os cidadãos nacionais” e beneficiará todos por igual (Yat-sen, 1981, citado por Zhao, 2004a:84) era, na melhor das hipóteses, ingénua. Para que a revolução nacionalista mantivesse os seus valores enquanto estava a ser atacada por forças estrangeiras, tinha de chegar às massas. Como Zhao (2004a:79) afirma, a nação chinesa precisava de passar do nacionalismo de elite para o nacionalismo de massas, pois só assim poderia utilizar o poder da mobilização nacional.

Não foi esse o caso. A revolução do KMT apoiou-se sobretudo na classe alta e na (ainda que diminuta) classe média urbana. Foi uma coligação, ou talvez melhor, uma forma de cooperação antagónica entre os sucessores da nobreza e os interesses comerciais, financeiros e industriais urbanos (Moore, 1966). O seu principal erro foi construir um Estado-nação que apelasse apenas aos proprietários, quando os camponeses constituíam cerca de noventa por cento (90%) desta população maioritariamente agrária. Quando estes camponeses começaram a encontrar emprego nas fábricas e nas zonas urbanas, surgiu uma nova classe de pessoas dispostas a empenhar-se em movimentos de massas (*Ibidem*). Sun Yat-sen confiava fortemente no poder militar para dar continuidade às suas ambições revolucionárias, em vez de se concentrar no campesinato e na restante classe trabalhadora (Ying & Feng, 1991, citado por Zhao, 2004a:86). O próprio Chiang Kai-shek admitiu em 1928 que os membros do partido já não pelejavam nem pelos princípios, nem pelas massas (Eastman, 1974) – estavam apreensivos com a mobilização popular: Sun nunca confiou nas massas chinesas, mas sim numa egoísta elite nacionalista e egoísta (Zhao, 2004a:86-87).

²¹ Escrito aqui desta forma para se adequar mais à fonética chinesa, com ênfase especial na partícula “*guomin*”. Kuomintang é a forma correta de escrever se transliterado através do método Wades-Giles. Guomindang é a forma correta de escrever se transliterado através do método *pinyin*, atualmente mais utilizado. Ambos estão corretos.

Infelizmente para o KMT, como explica Lucian Pye (1971), apenas em poucos períodos da história da humanidade é que os assuntos de uma grande nação estiveram tão irremediavelmente emaranhados e sem objetivo aparente como no tempo dos senhores da guerra da China republicana. Estes chefes militares proclamavam a sua fidelidade ao governo nacional, mas raramente estavam alinhados com o Estado – como tal, uma grande parte do exército nacionalista estava sob o controlo dos senhores da guerra, que tinham pouco empenho (ou nenhum) nos objetivos ideológicos do movimento, esperando, em vez disso, preservar o seu próprio poder pessoal e regional (Zhao, 2004a:85) numa altura em que o regime nacionalista controlava somente um terço da China. (*Ibidem*).

O Movimento do Quatro de Maio já tinha alertado para as consequências que o KMT enfrentava por ceder aos imperialistas. O mesmo deu origem ao PCC (Zhao, 2004a:87) – que, assim como o KMT, foi fundado com base em desejos nacionalistas indígenas. O objetivo de alcançar a independência da China, realizar o poder político do povo comum, e estabelecer um governo de cidadãos de toda a nação poderia ser alcançado através de uma revolução comunista (Qu, 1926, citado por Zhao, 2004a:89). A justiça aparentemente inerente ao socialismo, demonstrada pelo facto de os soviéticos terem renunciado aos seus privilégios na China em 1920 (Zhao, 2004:89), também ajudou o marxismo-leninismo a tornar-se o meio de resistir ao imperialismo, prometendo justiça e alcançando a independência nacional (*Ibidem*).

Embora Marx e Engels (1848/2020) reconhecessem que a luta do proletariado contra a burguesia é, primeiramente, uma luta nacional, os comunistas chineses foram apanhados entre duas narrativas contraditórias: por um lado, precisavam de identificar a história da China dentro do padrão universal da história humana, tal como explicado pela teoria marxista, a fim de legitimar a revolução; por outro lado, era evidente que essa mesma história e a peculiaridade chinesa exigiam um ajustamento da ortodoxia para se adaptar às condições da revolução e do regime subsequente (Hoston, 1994). Como a libertação nacional e o anti-imperialismo eram temas centrais do movimento nacionalista, duas grandes questões se colocavam no seio das fileiras comunistas: 1. Como identificar os principais inimigos; 2. Como reconhecer as classes revolucionárias (Zhao, 2004a: 89-91).

Os soviéticos, numa fase inicial, guiaram o PCC no caminho da cooperação com “o único grupo revolucionário nacionalista importante que se apoia não apenas na burguesia, mas também

em intelectuais e trabalhadores”, o KMT (Instituto de História Moderna da Academia Chinesa de Ciências Sociais, 1981, citado por Zhao, 2004a:91). Como o movimento operário independente ainda não era forte o suficiente, o Comintern estabeleceu dois objetivos para esta cooperação: o primeiro era atrair os trabalhadores filiados no KMT para o lado comunista; o segundo era combinar tanto a pequena burguesia como o proletariado para lutar contra o imperialismo (Eudin & North, 1957, citado por Zhao, 2004a:91-92). Embora os inimigos da revolução fossem considerados pelo Comintern como sendo o imperialismo estrangeiro e os rivais domésticos não-comunistas, a luta contra o imperialismo estrangeiro exigia que o PCC se associasse à burguesia nacionalista – considerada inimiga da revolução (Zhao, 2004a:92).

Não demorou muito para surgirem atritos, visto que a radicalização dos movimentos de massa ameaçava a base social do KMT e o corpo de oficiais do exército nacionalista. Nem o Comintern nem a liderança central do PCC reconheceram a consequência perigosa dessa radicalização, pois ela comprometeu a habilidade dos comunistas de apelar para o sentimento nacionalista, enquanto ao mesmo tempo prejudicava a frente unida (Zhao, 2004a:93). Alguns membros do PCC, incluindo Mao Zedong, começaram a perceber a revolução comunista em termos chineses – nacionalismo comunista – o que levou a desentendimentos com o Comintern (Zhao, 2004a:95). De facto, Mao Zedong sentia-se mais atraído pela vertente nacionalista do comunismo do que pela vertente universalista, iniciando a sua carreira política com a grande preocupação de que a China fosse extinta pelo imperialismo (Zhao, 2004a:96). Numa entrevista com o conceituado jornalista Edgar Snow, em 1938, Mao Zedong afirmou: “Lembro-me ainda hoje de um panfleto que abria com a frase ‘*A China será subjugada!*’. Falava da ocupação japonesa da Coreia e de Taiwan, da perda de soberania na Indochina, Burma e outros lugares. Depois de ter lido isto, senti-me deprimido com o futuro do meu país e comecei a entender que era o dever de toda a gente ajudar a salvá-lo.” (Snow, 2007/1938).

Estava, portanto, determinado a instrumentalizar o marxismo para a emancipação da China. Como disse o seu secretário Li Rui (1994, cit. por Zhao, 2004a:96), ele estava determinado a alcançar “*Ma Kesi Zhuyi Zhonggohua*”, ou seja, a nacionalização do marxismo. O principal interesse de Mao não era a teoria marxista em si, mas sim a sua utilidade para a revolução. Isto foi visto inicialmente no Relatório da Investigação sobre o Movimento Camponês em Hunan, de Mao (2016/1966), no qual ele considerou os camponeses como “a vanguarda da revolução”, tendo em

conta que eles “realizaram uma tarefa revolucionária por muitos anos deixada inacabada” e fizeram “o trabalho mais importante na revolução nacional”. Esta confiança na ajuda do campesinato deveu-se ao facto de o proletariado chinês ainda não ser forte - o mau estado económico da China significava que os aliados do proletariado eram aquilo a que Mao Zedong apelidava de “semiproletariado”, constituído principalmente por estes camponeses pobres. Assim, ao identificar os aliados do proletariado, Mao (2016/1966) identificou simultaneamente os inimigos da revolução - “Todos aqueles que estão aliados ao imperialismo”.

Entretanto, mobilizar os camponeses não foi tarefa fácil, mesmo com a adoção da “distribuição igualitária de todas as terras” (Zhao, 2004a:98). Foi somente depois da invasão japonesa de 1930 que o PCC começou a ganhar apoio. Na realidade, naqueles anos, não importava muito se os membros do partido eram marxistas ou não (Ladany, 1988). Ao mesmo tempo, a nacionalização do comunismo - isto é, “aplicando os princípios universais do marxismo de uma forma autónoma e independente para resolver os problemas práticos da revolução chinesa” (Ding et al., 1985, citado por Zhao, 2004a:99) - fez com que, para um chinês patriótico, o comunismo se tornasse o caminho para avançar os interesses da China, uma vez que agora era baseado na história e cultura chinesas, e não em idéias estrangeiras, imperialistas e europeias (Zhao, 2004a:99).

A política de Chiang Kai-shek era lidar primeiro com o PCC, e depois com o Japão (Zhao, 2004a:100). Para muitos, especialmente jovens urbanos e estudantes, isso era absolutamente inaceitável. Na verdade, em reação à política de “não-resistência” de Chiang, vários milhares de pessoas reuniram-se para subscrever uma declaração pedindo ao governo do KMT que se opusesse à invasão japonesa e protegesse a China. Foi ainda fundada a Associação Popular de Xangai para Oposição aos Japoneses e Salvar a China, que reivindicava pelo armamento nacional e resistência aos japoneses (Zhao, 2004a:101). Estas manifestações populares, embora não diretamente organizadas pelos comunistas, tiveram o apoio os mesmos. À época, a propaganda do PCC não tinha um carácter comunista, enfatizando em vez disso a “salvação nacional” para apelar uma audiência crescente e descontente com os japoneses (Zhao, 2004a:102-103).

Foi somente em 1935 (e depois da quinta campanha de extermínio de Chiang Kai-shek) que o PCC apelou por uma frente unida anti-japonesa. Eventualmente criada em 1937, esta conceptualizou a nação chinesa em termos amplos para incluir aqueles que sofreram com o imperialismo japonês, tais como vários grupos democráticos, trabalhadores urbanos, jovens

estudantes, intelectuais e até mesmo a burguesia nacional (Zhao, 2004a:102), o que finalmente permitiu a mobilização do apoio popular do PCC²².

Depois de sucessivas retiradas das forças do KMT, o PCC preencheu o vácuo com a guerra de guerrilha e áreas de resistência anti-japonesa, onde o PCC atraiu milhares de chineses educados para aprenderem a “autossuficiência” (*zili gengsheng*) para construir um estado-nação moderno e independente que dependesse do povo chinês (Zhao, 2004a:104-105). A essência deste nacionalismo baseado na “autossuficiência” era o seu apelo a uma transformação completa do espírito nacional da China (Goldstein, 1994), sem o qual a verdadeira independência não poderia ser alcançada. Como tal, para cultivar a consciência nacional que os japoneses estavam a trabalhar para destruir (Mao, 1966/2016), foram realizadas campanhas para a educação do partido para “armar o partido com a teoria marxista combinada com a prática revolucionária chinesa” (Feng, 1993, cit. por Zhao, 2004a:105), acabando com a influência do Comintern sobre o PCC.

O PCC foi capaz de expandir sua base de apoio de massa além de Yan'an para o nordeste e centro da China, além das áreas que nenhuma outra força política tinha alcançado, para aldeias que nem mesmo sabiam da queda da dinastia Qing (Nie, 1984, citado por Zhao, 2004a:106-107). O nacionalismo de massas foi o *modus operandi* para o PCC, fornecendo ao povo chinês uma identidade que se espalhou para além das elites, mas só poderia ter feito isso depois que o povo enfrentou as brutalidades da guerra - foi a guerra que separou o povo chinês de sua indiferença à política nacional, rompendo a velha ordem local, e criando um sentido de identidade para a nação chinesa, diferente tanto dos agentes estrangeiros quanto das identidades locais (Zhao, 2004a:106). É por isso que o PCC escolheu manter um apoio amplo, patriótico e inclusivo durante os oito anos de conflito, evitando medidas mais radicais como a redistribuição da propriedade (*Ibidem*:107).

Com a ascensão do nacionalismo de massas, o PCC aproveitou a oportunidade para diminuir o KMT, retratando-o como um traidor da nação chinesa, mais do que apenas como um rival político (Zhao, 2004a:107). Contrastavam a corajosa resposta da guerrilha liderada pelos comunistas aos japoneses e o governo semi-exilado do KMT em Chongqing, que não estava a conseguir defender-se adequadamente. Mao Zedong (1969, citado por Zhao, 2004a:107) criticou o KMT e chamou às suas medidas “reacionárias até ao tutano, úteis ao imperialismo japonês e prejudiciais à resistência,

²² Ver Anexo V.

à unidade e ao progresso”. Ele não conseguia entender porque o PCC (junto com outros partidos políticos anti-japoneses) era chamado de “forasteiros” quando os reacionários eram os que criavam atritos entre os movimentos anti-japoneses e enfraqueciam a aliança já frágil para combater o mal maior.

A resposta do KMT a essa caracterização não foi bem-sucedida. Enquanto o Exército Nacionalista enfrentou um forte inimigo no Japão (Ladany, 1988) e foi o PCC que não obedeceu às ordens e nunca desistiu de seu objetivo final do comunismo – mesmo tendo concordado em juntar-se ao governo nacional do KMT (Shu, 1994, citado por Zhao, 2004a:108) - a descrição do PCC sobre o KMT como traidor saiu vitoriosa: “o que fez a diferença não foi que o KMT deixou de proclamar o seu patriotismo, mas que o PCC foi muito mais eficiente em dar corpo às suas reivindicações com o tipo de ação que fez as pessoas acreditar que o partido se importava com elas, tornando-as dispostas a aceitar sua liderança” (van Slyke, 1967).

O PCC acabou por beneficiar da falta de resposta apropriada do KMT à guerra e de um programa sério de reconstrução nacional, o que levou ao sucesso das campanhas políticas e militares do PCC e, subsequentemente, ao impulso de sua mobilização de massa trabalhando com seus aliados potenciais (Zhao, 2004a:109-111). O PCC continuou a mobilizar seus simpatizantes tradicionais, principalmente estudantes e trabalhadores, mas teve que conquistar a burguesia nacional por causa da sua importância econômica, já que Mao declarou que a tarefa do partido não era revolucionária nesse aspeto, mas unir-se à burguesia e reformá-la (Pepper, 1999). A promoção da cooperação entre a classe trabalhadora e a burguesia nacional era a forma de garantir a proteção dos interesses da nação chinesa - ao contrário das terras agrícolas, que estavam a ser redistribuídas pelos pobres, nada foi feito à propriedade privada urbana (Zhao, 2004a:112).

Assim, a resposta da frente unida – contra o KMT para uma “nova China” – foi esmagadoramente positiva. A estratégia do PCC de preservar a sua base tradicional enquanto apelava para possíveis aliados se tornou dezenas de milhões de “camponeses, trabalhadores urbanos, jovens estudantes, intelectuais e a burguesia nacional”, combatendo no exército comunista (van Slyke, 1967).

Mao Zedong, que ao longo dos anos fundiu habilmente comunismo e nacionalismo (1967, citado por Zhao, 2004a:115), descreveu a rica tradição revolucionária e o desejo inato de liberdade da China, e como internamente “os chineses nunca se submetem a um regime tirânico, mas

invariavelmente usam meios revolucionários para o derrubar ou mudar”, ou como tinham lutado desde a década de 1840 devido à agressão estrangeira iniciada pela Grã-Bretanha através das Guerras do Ópio – a história moderna chinesa, segundo Mao, era simplesmente a luta chinesa contra o imperialismo. Nesse cenário, como o Japão se tornou no inimigo da nação chinesa, o PCC (junto com o seu movimento de resistência) tornou-se a continuação da resistência histórica ao imperialismo estrangeiro. Chiang Kai-shek e o KMT foram, naturalmente, retratados como vilões que haviam traído a nação chinesa – o que, por sua vez, os tornou representantes do “imperialismo estrangeiro” (Zhao, 2004a:115-116).

A fundação da RPC, em 1949, representou um novo capítulo no processo nacionalista de Sun Yat-sen e na busca da verdadeira independência. Enquanto o povo chinês se “levantava” (Mao, 1996, cit. por Zhao, 2004a:116), o comunismo continuava a ser o objetivo final desta revolução que, no entanto, não poderia ser alcançada sem a independência e prosperidade nacional da China. Esta mistura e manipulação do marxismo e do nacionalismo chinês ficou conhecida como "Pensamento de Mao Zedong" (Zhao, 2004a:116) – a adaptação (e revisão) do marxismo às necessidades particulares da China, tanto comunista (científica e universal) como chinesa (prática e nacionalista), que considerava a teoria inválida e inútil para o povo chinês, a não ser que tivesse sido experimentada no seu contexto particular.

O futuro Estado comunista devia apoiar-se na Nova Democracia, uma frente unida pragmática destinada a reunir o mais amplo apoio possível ao novo Estado, apoiada num conceito alargado de “nação chinesa”. Este apoio alargado era cada vez mais necessário, uma vez que a recém-criada RPC era fortemente influenciada pelo nacionalismo chinês, mais ainda do que pelos princípios universais do comunismo (Zhao, 2004a:119).

“Poderá um comunista, que é um internacionalista, ser ao mesmo tempo um patriota? Nós defendemos que ele não só pode como deverá sê-lo. (...) E só alcançando a libertação nacional será possível ao proletariado e a outros povos trabalhadores alcançarem a sua própria emancipação. A vitória da China e a derrota dos imperialistas invasores ajudarão os povos de outros países. Assim, nas guerras de libertação nacional, o patriotismo é internacionalismo aplicado”.

- Mao, 1966/2016

2.2. Contexto Atual

2.2.1. Sobre as Massas e as Elites

A dicotomia descrita no capítulo anterior, entre a aplicação do nacionalismo ou do comunismo na ação política chinesa é, na realidade, um estudo sobre o comportamento (e consequentes efeitos) das massas e das elites. Neste sentido, segundo Yan Xuetong (2011), o comportamento das massas e das elites na China, é caracterizado por aquilo que apelida de “Realismo Moral”, isto é, a combinação entre Confucionismo – a ideologia a ser seguida pelas massas (Cheng, 1951) – e Legalismo – a ideologia a ser seguida pelas elites (Hsiao, 1976; Zhou, 2017).

O confucionismo, por um lado, é visto como a “Bíblia e a Constituição” da China (Wood, 2021). O seu núcleo, idealista, reformista e espiritual, continha em si um ideal familiar transponível para o conceito de Estado: o soberano deveria ser como que um pai para as suas gentes e tender às suas necessidades (Berling, 2022). Os Legalistas, por outro lado, são realistas políticos. Procuram alcançar um Estado rico e um exército poderoso de modos a atingir estabilidade doméstica. Na sua visão de sociedade, os interesses inerentemente egoístas das pessoas poderiam ser passíveis de realização apenas se tal beneficiasse o Estado. Acreditavam ainda na meritocracia de modo a minimizar o risco de subversão ao soberano, baseando o seu sistema em leis e regulamentos, com regras claras de promoção e, inversamente, despromoção (Pines, 2023).

Dingxin Zhao (2015:14) explica sucintamente a sua mistura no seu livro *The Confucian-Legalist State: A New Theory of Chinese History*. Este sistema de governo misturava o poder político e ideológico (moral) e garantia o poder militar. Num Estado confucionista-legalista, os imperadores aceitavam o confucionismo como ideologia e submetiam-se ao controlo de uma burocracia confucionista, enquanto os eruditos confucionistas, tanto dentro como fora dessa burocracia, apoiavam o regime e forneciam funcionários selecionados por meritocracia. Estes administravam o país utilizando uma amálgama de ética confucionista e técnicas e regulamentos legalistas. Portanto havia, de facto, uma relação simbiótica entre a casa governante e os académicos confucionistas.

Assim, inspirado por um dos mais tradicionais teóricos do Legalismo, Xunzi, Yan Xuetong (2011) crê que a mera autoridade moral obtida através do Confucianismo é insuficiente para

garantir a liderança das elites. Se a autoridade estivesse dividida em dois lugares distintos, criar-se-ia um ambiente destrutivo, com desequilíbrio e parca falta de hierarquia (Lyon, 2008:10). Embora o Legalismo tenha perdido gradualmente popularidade desde a morte de Mao Zedong em 1976²³, tem vindo a ser redescoberto tanto pela população como pela comunidade académica que tem estudado a aplicabilidade destas ideias, especialmente desde que Xi Jinping subiu ao poder (Pines, 2023).

Atualmente – desde o XV Congresso do PCC, em 1997 (Ríos, 2021) – é através do Legalismo que o controlo populacional é possibilitado, com ferramentas como a Grande Firewall Chinesa – que censura grande parte da internet –, o Sistema de Crédito Social e o sistema de vigilância a nível nacional.

O Sistema de Crédito Social pretende “estabelecer a ideia de uma cultura de sinceridade e promover a honestidade e as virtudes tradicionais”, ao utilizar “o incentivo à confiabilidade e restrições contra a falta de confiabilidade como mecanismos de incentivo”, com o objetivo de “aumentar a consciência de sinceridade e os níveis de crédito de toda a sociedade” (Conselho de Estado da RPC, 2014). Trata-se de um conjunto de mecanismos, por vezes apelidado de *Orwelliano*, que proporciona recompensas e/ou punições como forma de *feedback* aos cidadãos e empresas, com base na legalidade e moralidade das suas ações, nas vertentes económica, social e política (Creemers, 2018).

A Grande Firewall tem como propósito o conceito altamente Legalista de soberania interna (Qiang:53), com o crescimento da atuação do Estado relativamente às massas que são vítimas de falta de liberdade e dos seus direitos constitucionalmente garantidos. O Sistema de Crédito Social é, igualmente, um instrumento de repressão Legalista, embora alguns académicos, como Shen (2019) o rotulem de Confucionista por considerarem que essa repressão é moral e não legal, ponto de vista com o qual eu não concordo. O objetivo da segurança, construído através do slogan “Fortalecer a construção de uma rede de integridade, cultivando o conceito de operar legalmente na Internet e usar a rede com integridade”, funciona como uma justificação para o controlo populacional altamente legalista do governo (Qiang, 2019:58-59). Sabendo que uma sociedade legalista deve permitir que os indivíduos persigam os seus interesses egoístas exclusivamente de

²³ “Gradualmente” quer dizer que o complexo de vencedor – um conceito explicado mais à frente – associado a esta correlação não viu um corte repentino após a morte de Mao (Gries, 2004:73)

uma forma que beneficie o Estado, o sistema de Crédito Social funciona da mesma forma, já que a virtude individual é também a virtude do Estado central. O sistema de vigilância nacional da China, apelidado de “Sharp Eyes”, pretende também criar uma “rede onnipresente, totalmente interligada e completamente controlável” com tecnologia de reconhecimento facial, com o objetivo de proporcionar uma total cobertura em áreas públicas e residenciais (*Ibidem*:57); com isto, os funcionários governamentais garantem a possibilidade de examinar os dados da população a nível nacional e, assim, esta base de dados tem o potencial de se tornar num instrumento de vigilância e repressão (*Ibidem*:58). Ao retratar a população através destes dados, o sistema retira aos indivíduos toda a humanidade e consequente moralidade.

Estas ferramentas contêm em si as críticas feitas ao Legalismo e a sua ligação a regimes ditatoriais, cujo objetivo é garantir submissão ao governo (Garfield & Edelglass, 2014). Como refere Qiang (2019:60), na ditadura unipartidária da China, não existe nem um Estado de Direito independente nem um sistema de freios e contrapesos ao poder do governo, o que significa que se o controlo sobre a população for teoricamente ilimitado – e se as regras forem incessantemente seguidas e simultaneamente criadas pelo poder instituído – o controlo será, também, praticamente infinito.

A organização social que se espera de uma sociedade confucionista ajuda a contextualizar a visão chinesa da região em que se encontra. Se, internamente, o soberano está acima de tudo e de todos (esperando-se o respeito da figura patriarcal), a situação externa é semelhante, com a China a assumir o papel de “soberana” da região asiática e com os outros países a prestar vassalagem ou, no mínimo, a virarem-se culturalmente para a China. Esta visão tem sido verificada ao longo da história, sendo que, de acordo com Fairbank, Reischauer & Craig (1989:178) historicamente, a China não reagia como uma “sub-unidade cultural”, mas sim como um grande universo etnocêntrico, certo da sua superioridade; e esta superioridade, como explica Martin Jacques (2009: 241) fez da China um universo próprio, acima e distinto do resto do mundo, entendido como superior em todos os aspetos em virtude dos seus valores, da sua moral e dos seus ensinamentos confucionistas – até porque, ao contrário da Europa, o princípio organizacional da Ásia Oriental foi, historicamente, a hierarquia, e não a igualdade de soberania (Kang, 2019:1).

Atualmente, a liderança da RPC já se procura aproximar do confucionismo que se perdeu nos anos de Mao Zedong em detrimento do fervor ideológico²⁴, com Xi Jinping a reintroduzir conceitos perdidos da diplomacia chinesa, como a base de princípio, abraçando a moralidade, bem como a delinear uma proposta de conceito de comunidade com um destino comum para o desenvolvimento independente entre a China e os outros países (Zhang, 2015). A propaganda de Xi difere, em grande medida, da propaganda de Mao, uma vez que se baseia maioritariamente em valores moralistas e confucionistas, como a hierarquia e a piedade filial (Hart, 2016), através do culto da personalidade, com o objetivo de fomentar o nacionalismo.

Para Zhao (2018:8), o PCC utiliza com sucesso o confucionismo para reforçar não só o seu direito de governar internamente, mas também a sua política externa, pelo que “o confucionismo continuará a servir como uma importante fonte de ideias para a China no seu esforço para alcançar a modernização”. Assim, o confucionismo já está a regressar à sua posição de grande influenciador do discurso sobre assuntos externos, apesar de várias escolas de pensamento chinês também poderem ter influência (Zhang, 2015). A ligação entre o confucionismo e o legalismo tem-se revelado a mais importante e consequente – na verdade, a norma – ao longo da história chinesa, o que inclui naturalmente o atual modelo de governação do PCC (*Ibidem*). Em anos recentes, como explica Rios (2021:184-185), no seguimento da rutura do modo de governo baseado na exaltação da ideologia, resta somente a opção de governar através da lei; e muito embora não fosse esse o pressuposto durante a época maoísta (em que nem todos eram juridicamente iguais – basta notar a distinção entre o povo e os inimigos do povo), a verdade é que, principalmente no pós-Tiananmen (isto é, pós-1989), a espada reina sobre a caneta.

2.2.2. Nacionalismo Chinês

Como supramencionado na contextualização histórica do conceito, sempre existiu, em território chinês, um sentimento generalizado de superioridade cultural, mesmo que este conceito não simbolizasse necessariamente o sentimento nacional propriamente dito. De facto, o conceituado cientista político Lucian Pye (1968) refere uma identificação profunda e

²⁴ Assiste-se, deste Deng Xiaoping, a um “apagamento tímido e gradual dos discursos marxistas e leninistas, e a um encorajamento controlado ao retorno da tradição e do confucionismo” (Chen, 2002:198)

inquestionável do povo chinês com a grandeza histórica, em que a ascensão da China é amplamente vista, pelo menos internamente, como historicamente inevitável (Xuetong, 2001). Foi, no entanto, necessário que a liderança chinesa desse um passo atrás após a morte de Mao Zedong, em 1976, com Deng Xiaoping a admitir, em 1979, que a China era um país pobre e “insignificante” (citado por Kissinger, 2011:389).

Assim, após Mao, existem três razões principais para o crescimento do nacionalismo na China (Chen, 2007:192-193): em primeiro lugar, num contexto de vazio ideológico e de crise dos valores imputáveis ao sistema de censura e à repressão do regime, a população, privada de informações, quase que não tem alternativas: nas suas palavras, “ou adere a um comunismo moribundo, ou a um nacionalismo renascente”. O esmagamento do movimento pré-democrático e o fim do idealismo, por um lado, e a procura de uma ideologia de substituição do poder para reforçar a sua legitimidade política, por outro, contribuíram para o reaparecimento de um discurso nacionalista. Em segundo lugar, o avanço do nacionalismo também pode explicar-se por vários anos de crescimento contínuo seguidos de um pico de crescimento no começo da década de ‘90, o que aumentou a autoconfiança dos chineses e motivou um sentimento de força. Em terceiro lugar, no plano geoestratégico, o fim da Guerra Fria, o desfazer das ideologias e finalmente a aceleração do processo de mundialização da economia favoreceram a ressurreição do sentimento nacional longamente reprimido pelo internacionalismo comunista. Os discursos no Ocidente, sobretudo nos Estados Unidos, sobre a ameaça chinesa ou sobre o isolamento da China contribuíram fortemente para a erupção súbita do nacionalismo antiocidental.

O nacionalismo chinês, portanto, tem sido incessantemente reconstruído de acordo com as mudanças nas prioridades internas e circunstâncias externas e está, portanto, num estado de constante mudança (Zheng, 1999:113, citado por Friend & Thayer, 2017). A própria imagem da RPC tem oscilado entre aquilo que Peter Hays Gries (2004) menciona como o complexo de vítima e o complexo de vencedor – o primeiro presente nas primeiras décadas do regime até aos anos ‘90 do século passado, e de Xi Jinping em diante; o segundo presente entre estas duas épocas.

Tendo isto em conta, passaremos a definir o nacionalismo chinês através de quatro vértices, assentes em dois eixos: Nacionalismo Étnico e Nacionalismo Cívico, Nacionalismo de Massas e Nacionalismo de Elites.

2.2.2.1. Nacionalismo Étnico

Começar pelo estudo do Nacionalismo Étnico na China é a abordagem mais natural, não só por ser, consoante visto anteriormente, a expressão primordial na emergência de fenómenos nacionalistas, mas também porque mais de 90% da população da RPC etnicamente homogéneo enquanto parte da etnia Han. Maioritariamente devido a este facto, Eric Hobsbawm (1990) afirmou que a China era, historicamente, um raro exemplo de uma população praticamente (ou totalmente) homogénea do ponto de vista étnico. O seu ponto de vista, no entanto, não está totalmente correto: a RPC é composta por várias minorias étnicas, com cinquenta e cinco (55) destas “nacionalidades” reconhecidas oficialmente, que constituem menos de 9% da sua população; no entanto, não só este aparentemente diminuto número é equivalente a mais de 110 milhões de cidadãos (em perspetiva, mais do que dez vezes a população portuguesa), como também constitui cerca de 64% do seu território (e 90% das regiões fronteiriças da China), dividido em cinco (5) regiões autónomas, trinta (30) prefeituras autónomas e cento e vinte (120) condados autónomos (Rong, 2020). Tal é o caso visto que a RPC, ao contrário do que fez a União Soviética, não criou o seu Estado baseado numa união multinacional com o direito (mesmo que somente teórico) à autodeterminação de cada nação, mas sim um sistema de autonomias regionais (Clarke, 2013). A importância destas minorias revela-se superior à análise rasa dos dados demográficos – de facto, as questões do separatismo étnico e das relações entre a etnia maioritária e as etnias minoritárias constituem um perigo para a estabilidade interna da RPC ou, até, num caso extremo, colocar em causa a sua integridade territorial²⁵ (*Ibidem*).

No entanto, o próprio conceito de Han é, por natureza, culturalmente diverso e por vezes até algo difícil de definir (Clarke, 2013). Com a assimilação étnica e o povoamento noutras regiões, a definição continua a expandir-se, assimilando elementos de outras etnias (Fei, 2017). Por esta razão, é também um conceito extremamente politizado: alguns chamam-lhe os povos Han (Fei, 2017) devido às suas diferenças internas, e como o conceito chinês de etnia tende a ser centrado

²⁵ Xi Jinping (2013, citado por Carlson, 2020:5) afirmou, inclusive, que “para governar a nação, deveremos governar as nossas fronteiras; para governar as nossas fronteiras, deveremos estabilizar o Tibete”. Segundo o autor, o que o Presidente da PRC quis demarcar politicamente é que a região autónoma deveria ser administrada sob um controlo mais eficaz – caso contrário, estaria em risco não só o Tibete, mas sim toda a China. Este é um argumento amplamente utilizado com as restantes regiões autónomas fronteiriças.

na cultura (Rong, 2020), a definição do povo Han é propositadamente vaga e abrangente²⁶ – algo que a análise de Hobsbawm também não teve em conta. Gladney (2004) oferece um ponto de vista mais detalhado sobre o tema, afirmando que a China atual é equivalente ao que seria a Europa se o Império Romano se tivesse mantido e não existissem os atuais países europeus, com um cidadão de Cantão (Guangdong) e Fujian, por exemplo a ter tanto em comum como um italiano e um francês.

As populações das “regiões autónomas” acima descritas estão sujeitas a uma integração e assimilação forçadas à “nação chinesa”. A caracterização de uma região como “autónoma” significa que existe, em tese, maior controlo local sobre a administração de recursos, impostos, políticas de natalidade, educação, jurisdição, e expressão religiosa. Não significa isto, no entanto, que o poder político esteja efetivamente nas mãos das minorias: a maior parte das regiões minoritárias chinesas têm, sim, líderes das respetivas minorias, mas a verdadeira fonte de poder continua a ser o PCC – que em todas estas áreas é predominantemente Han. Este facto reflete o cuidado e vigilância que a RPC mantém sobre estas regiões ditas “autónomas”. Assim, estas regiões “autónomas”, na verdade, são exponencialmente mais escrutinadas do que outras províncias, mesmo aquelas com populações minoritárias substantivas, como é o caso de Sichuan, por exemplo (Gladney, 2004:19). Existem, por isso, relatos de um nacionalismo etnicamente chinês centrado em Pequim (Kwan, 2016:944)

No Tibete, os nativos foram coagidos a apoiar os líderes do PCC e a fortalecer a “unidade étnica através da melhoria do reconhecimento da pátria por todos os grupos étnicos”, abandonando as reivindicações de independência ou apoio ao Dalai Lama para promover a unidade (Carlson, 2020:5). O PCC promove ainda a “sinicização”, restringindo o uso da língua tibetana e controlando as atividades religiosas para garantir a sua conformidade com os princípios chineses (*Ibidem*). Este é também o caso de outras regiões autónomas, como Xinjiang e Mongólia Interior (Qin, 2020; Ríos, 2020:292), apesar de o Presidente Jiang Zeming ter afirmado, em 1991, que os “Han não podiam viver sem os grupos minoritários e vice-versa, e que nenhum grupo minoritário podia viver sem os outros grupos minoritários” (citado por Caprioni, 2011:267-268). A verdade, no entanto, é que, desde a instauração da RPC, em 1949, existem várias razões que têm sido constante fonte de

²⁶ A politização deste conceito acontece com a maioria dos grupos étnicos na China. Ver Wu, J., & Ingram, C. (2019). Six decades of ethnic minority population change in China. *Asian Population Studies*, 15(2), 228–238. doi:10.1080/17441730.2019.1594657

insatisfação das minorias étnicas, a saber: os termos da prática da “autonomia regional”, explicados anteriormente; as disparidades económicas notáveis e consideráveis entre as minorias e os Han; o controlo estatal das práticas culturais e religiosas das populações; a colonização Han; e a discriminação étnica (Clarke, 2013).

Muito embora o PCC tenha assumido oficialmente uma posição contrária ao chamado “chauvinismo Han” (Clarke, 2013), permaneceu, não só nos tempos de Mao Zedong mas atualmente também (embora de formas diferentes), um certo sentimento de superioridade associado à etnia dominante na RPC, com o Grande Timoneiro a considerar que a “nacionalidade” Han era aquela que melhor definia a civilização chinesa (Mao, 1939, citado por Howland, 2011.), embora considerasse simultaneamente que as restantes nacionalidades eram iguais vítimas do imperialismo.

Assim, no rescaldo da instauração da RPC, instaurado por Mao Zedong aquilo a que Friend & Thayer (2017) apelidam de sinocentrismo revolucionário – isto é, o apelo à solidariedade do povo chinês em oposição ao imperialismo ocidental de modo a reposicionar a superioridade moral “inerente” à China e o seu lugar histórico (seu por direito) – verifica-se um nacionalismo equiparável aos seus primórdios enquanto conceito na China: revanchista, reativo tanto nos seus motivos como em conteúdo e em busca da regeneração nacional para elevar a China a um estatuto igual ou superior entre os Estados-nação²⁷.

A estratégia chinesa em matérias de relações internacionais nesta altura confirma estes pressupostos, já que a procura da reposição, mesmo que parcial, do sinocentrismo através da aproximação da RPC às restantes “nações oprimidas”, transformaria a China no centro do então-chamado Terceiro Mundo, líder na luta anti-imperialista (Friend & Thayer, 2017). Tratavam-se, portanto, dos velhos vícios de etnocentrismo e universalismo chineses (mais uma vez, maioritária, se não totalmente, Han), como se verificou na evolução das relações sino-vietnamitas, por exemplo (Chen, 2001), o que levou Luís Tomé (2021:15) a caracterizar a ordem regional chinesa como marcada por uma “doutrina Monroe com características chinesas”.

Para os líderes subsequentes da RPC, as minorias étnicas (*ergo*, todos os não-Han) somente conseguiriam concretizar as suas revoluções sociais sob o jugo de um Estado Chinês unificado sob

²⁷ Refiro-me (e cito diretamente) à informação presente na página 36 da presente dissertação.

a liderança do PCC, largamente Han (Clarke, 2013) – o conceito de Unidade Han tornou-se assim absolutamente fulcral, posicionado ao centro da ideologia marxista, com os Han na linha da frente (ou “vanguarda”) do desenvolvimento, do progresso e da civilização (*Ibidem*). Li Weihan (1987:366-368, citado por Friend & Thayer, 2017), oficial do PCC, resumiu este ponto na perfeição, concluindo que a separação das minorias étnicas dos Han seria privar as minorias de uma liderança competente na luta contra o imperialismo, feudalismo e capitalismo burocrático. Fei Xiaotong, um dos cientistas sociais mais respeitados da China, afirmou em 1989 (citado por Gladney, 2004:61) que as “minorias nacionais são geralmente inferiores aos Han a nível da cultura e da tecnologia indispensável para o seu desenvolvimento” e que, portanto, “o princípio dos Han seria de que os grupos desenvolvidos pudessem auxiliar os grupos em desenvolvimento” – assim, os Han, representativos de formas maiores de Civilização, eram “claramente mais evoluídos” e tinham a função de liderar, para serem seguidos pelas minorias (Gladney, 2004:60).

Esta hierarquização dos Han e dos não-Han é uma das razões pelas quais o etnocentrismo Han é contextualmente inseparável, segundo Friend & Thayer (2017) do socialismo chinês (ou socialismo com características chinesas) e da conceção da nação chinesa; outra razão é a dependência, contínua e demarcada, da RPC do apoio da maioria Han, tanto em disputas domésticas com as minorias, como as disputas fronteiriças com os países que a rodeiam.

Após a crise de legitimidade pós-1989, e com a queda do sinocentrismo revolucionário de Mao Zedong, manteve-se todavia a vertente sinocêntrica do nacionalismo chinês, chauvinista e revanchista (Bernstein & Munro, 1997). O nacionalismo Han, em que os interesses da etnia Han são equivalentes aos interesses da China como um todo e ao bem-estar do povo, persiste numa larga parte da nação chinesa (Leibold, 2010); persiste, também, um certo ressentimento da maioria em relação aos “bárbaros”, ou “coletivos tribais”, com uma clara distinção entre a dita “raça central” da China e as restantes etnias (*Ibidem*).

De acordo com Zhao (2005:133), as únicas instâncias reais de nacionalismo étnico na China atual são, precisamente, manifestações comparáveis ao “pequeno nacionalismo” entre as minorias étnicas nas fronteiras da RPC – precisamente os tibetanos, uigures (naturais de Xinjiang) e mongóis – pelo que a estratégia da RPC continua a ser a promoção do que Liang Qichao apelidou de “grande nacionalismo”, em que a nação chinesa se opõe a outras nações, e não ao direito à

autodeterminação no seu seio. Por este motivo, alguns académicos, como Modongal (2016), defendem que a etnia não tem um papel importante no nacionalismo chinês.

Não obstante isso, se considerarmos o chauvinismo Han e a monopolização da RPC – e da sua vertente nacionalista – numa etnia só como uma forma de nacionalismo étnico, embora a tese do “grande nacionalismo” permaneça verdadeira, tal só o é porque os Han tomaram as rédeas do aparelho estatal, social e cultural da RPC, procurando impedir subversões alheias (mesmo que estas, como apontado anteriormente, sejam internas) e promover-se a si mesmos, interna e externamente. Se a nação chinesa for vista como uma matéria predominantemente Han, como alguns académicos defendem, então o nacionalismo chinês existe e será sempre, inerentemente, étnico (ou, no mínimo, percecionado através dessa lente), seja ele pequeno ou grande nacionalismo, das minorias ou da maioria.

Não obstante esta argumentação, o reverso da moeda persiste: para entender a aplicabilidade do conceito de nacionalismo étnico no contexto chinês atual, é necessário entender primeiro a aplicabilidade (ou falta dela) do conceito contrário, o nacionalismo cívico, nos mesmos moldes. É precisamente disso que trata o próximo subcapítulo.

2.2.2.2. Nacionalismo Cívico

Como movimento político de forte índole intelectual, é tentador estudar o nacionalismo chinês através de uma lente idealista, ainda para o mais desde a instauração da RPC, na qual o PCC toma controlo do aparato estatal através do qual se torna mais fácil a difusão de propaganda política e material ideológico com vista a uniformizar o pensamento nacional.

No entanto, alguns académicos, como Simon Shen (2007, citado por Xiaolin, 2017), afastam-se desta tendência. Separam o nacionalismo cívico do nacionalismo estatal, alegando que o nacionalismo cívico se compara melhor ao nacionalismo liberal de Shuisheng Zhao (2005:133), em que os membros da nação devem almejar atingir as suas liberdades individuais. Assim, para estes académicos, este tipo de nacionalismo está, por definição, inerentemente ligado ao surgimento de movimentos democráticos. No entanto, este ponto de vista é amplamente refutado:

como explicam Kymlicka (1999), Nielsen (1999) e Tamir (1993)²⁸, nenhum nacionalismo está ora ligado à democracia ora ligado ao seu contrário e, portanto, qualquer associação intrínseca de nacionalismos a determinados credos políticos é errada. Hobsbawm (1977), aliás, reitera que as escolhas ideológicas da nação não têm importância para os nacionalistas, uma vez que o seu objetivo é apenas e só a independência e o governo próprio. É com base nestes critérios que defino o nacionalismo cívico na China; defino-o também através da análise do sistema político chinês, dominado pelo Partido e pelo Estado, cuja interferência mútua de parte a parte tem o seu início com o fracasso da Revolução Cultural (Hui, 2017:209). Esta tendência prossegue até aos dias de hoje, tendo sido reforçada no XIX Congresso do PCC, em 2017, onde Xi Jinping promoveu uma maior fusão do Partido com o Estado, de modo a transformar o PCC num “Partido estatal”, sem reservas. O objetivo é, portanto, que o Partido não só dirija tudo, mas que promova (de forma bastante literal) avanços na unificação entre órgãos do Partido e do Estado (Ríos, 2021:289).

A RPC sob Xi Jinping é um Estado unitário, em todos os sentidos da palavra, contra aqueles que são os valores tradicionais da organização territorial chinesa, como é o exemplo da noção confucionista de “O Céu está no Alto e o Imperador está longe” (Xia, 2014), que prevê, para os territórios sob domínio da China, níveis aceitáveis de auto-governação. Muito embora a RPC reconheça, nominalmente, a autonomia e (em certos casos) a auto-governação dos seus povos, atribuindo a origem da identidade cultural chinesa à diferença e coexistência pacífica entre os mesmos, unidos pela língua e culturas diferentes, sabemos que, na prática, tal não se verifica.

De facto, em teoria, a RPC apresenta-se como um Estado multiétnico, opondo-se ferozmente ao nacionalismo étnico das minorias que o promovem. Assim sendo, qualquer tipo de “pequeno nacionalismo” étnico é altamente desencorajado. As regiões fronteiriças de Xinjiang e Tibete, ou até mesmo a questão de Taiwan, são assuntos a não discutir (Jacques, 2012:233). Há quem considere até, como Lee Kwan Yew, ex-Primeiro Ministro da Singapura (um Estado com uma diáspora chinesa bastante considerável) (citado por Sautman, 2005), a independência de qualquer uma destas regiões não é uma opção viável do ponto de vista das relações internacionais, salvo uma desintegração total da China como aconteceu em 1911.

²⁸ Ponto exposto anteriormente, nas páginas 23 e 28 da presente dissertação.

Seguindo o pressuposto descrito anteriormente por Nielsen (1999:125) de que as nações cívicas são o oposto das nações étnicas, e assumindo portanto que o nacionalismo cívico se apresenta como o oposto do nacionalismo étnico, a herança cultural e política partilhada assumida pelo nacionalismo cívico – derivada maioritariamente de símbolos e histórias políticas (Yack, 1999) – manifesta-se num nacionalismo baseado numa linha de pensamento, como o caso do PCC a promover a ideologia da sua própria legitimidade (Vala, 2013). Shuisheng Zhao (2021) identificou, neste tipo de nacionalismo de orientação estatal (derivado do sistema político chinês), uma identificação mútua e inseparável da China com o Partido, em que o sentimento nacionalista é expresso indiscriminadamente através das expressões “amar o Estado (*aiguo*) ou “patriotismo pela China” (*aiguo zhuyi*) (Zhao, 2005)²⁹. Importa, no entanto, referir que o PCC instrumentaliza o conceito mas raramente apoia, oficialmente, o conceito em si de nacionalismo: *aiguo*, segundo Jiang Zemin (1990, citado por Zhao, 1998), não é, de forma alguma, um “nacionalismo paroquial”, mas sim patriotismo.

No entanto, como afirmou Joseph Nye, o nacionalismo provou ser mais forte do que o socialismo a unir as classes trabalhadoras, e mais forte do que o capitalismo a unir os banqueiros (2007:72) – quer isto dizer que, politicamente, é proveitoso para o PCC, insistir que todos, independentemente das suas diferenças étnicas, são membros de uma grande nação, unida pelo Estado comunista, pelo que o nacionalismo por este promovido deverá exigir lealdade política ao Estado e repudiar a associação total de assuntos chineses à etnia dominante, os Han (Zhao, 1998). Xi Jinping, aliás, nas suas declarações domésticas, tem por hábito enaltecer as diferenças étnicas na RPC como uma força em andamento por um bem comum – o rejuvenescimento da nação chinesa.³⁰

Esta vontade estratégica do PCC em visar, pelo menos nominalmente, a integração de todos os grupos étnicos sob uma identidade nacional unificada³¹, subordinada somente ao Partido e à sua ideologia, é representativa da ameaça por este identificada, constituída por outros tipos de nacionalistas, sua maioria de cariz popular – cujo foco não se cinge no Estado – como nacionalistas

²⁹ Quando Zhao escreveu este artigo, em 2005, reinava o que o mesmo apelidava de “nacionalismo pragmático”. Em 2021, o autor admitiu que este tipo de nacionalismo morrera em 2008, com a crise financeira.

³⁰ Ver, por exemplo, os discursos de Xi Jinping na primeira sessão dos 12º e 14º Congressos Nacionais do Povo, em 2013 e 2023, respetivamente (disponível em: <https://www.neac.gov.cn/seac/c103372/202201/1156515.shtml>; https://english.www.gov.cn/news/topnews/202303/14/content_WS641078bac6d0f528699db457.html).

³¹ Mesmo que esta seja (ou seja percebida como) manufaturada ou instrumentalizada.

nativistas, antitradicionalistas e liberais (Zhao, 2005). Esta ameaça, no entanto, serviu também como uma oportunidade para o PCC, que balançou com mestria o fomento de sentimentos nacionalistas (como uma espécie de trunfo político) e a limitação das suas demonstrações. A nível de política externa, por exemplo, os líderes comunistas eram recetivos de certas reações nacionalistas contra países estrangeiros mas sabiam, ao mesmo tempo, que a RPC dependia dos mesmos para sobreviver comercialmente (*Ibidem*). Deste modo, ao controlar e canalizar estes outros sentimentos nacionalistas – por vezes fortes – é propagado em simultâneo e com bastante afinco o nacionalismo cívico estatal chinês.

Este tipo de nacionalismo encontra-se ainda mais fortalecido com a evolução das chamadas “quatro identificações” para “cinco identificações” sob o jugo de Xi Jinping. O líder da RPC apelou, em várias circunstâncias entre 2014 e 2015, que a RPC resolvesse os seus “problemas” étnicos através da identificação dos cidadãos: **1.** com a Pátria; **2.** com a Nação chinesa (*Zhonghua minzu*); **3.** com a Cultura chinesa; **4.** com o socialismo com características chinesas; e, por último, **5.** com o Partido Comunista Chinês (Jiang & Zhang, 2019). Esta última identificação, a mais recente adição de Xi Jinping à teoria, é de importância fulcral para a promoção deste tipo de nacionalismo cívico estatal – e o artigo citado anteriormente, assinado por Jiang & Zhang, editado no *Guangming Daily*, histórico jornal estatal chinês, expõe isso: fala da inevitabilidade histórica da liderança do PCC no caminho pelo socialismo e governança a longo-prazo, e da missão original do PCC de fazer rejuvenescer a nação chinesa, para que o povo se possa sentir grato pelo Partido, ouvir o Partido e seguir o Partido (*Ibidem*).

O controlo supramencionado de sentimentos nacionalistas, no entanto, tem mais do que uma face: por um lado, pode referir-se ao estímulo estatal de nacionalismo de massas, como é o caso do fomento de apoio ao “rejuvenescimento” da China com Xi Jinping, através de intolerância a qualquer crítica ao PCC e hostilidade ao Ocidente e aos seus valores; por outro, pode referir-se também ao controlo apertado da informação que se verifica atualmente na RPC e na doutrinação vigente no sistema de ensino chinês (Zhao, 2021).

O controlo da informação é uma prática-chave para a promoção do nacionalismo. Enquanto Jiang Zemin enfatizou a “orientação da opinião pública” e Hu Jintao menciona a “canalização da opinião pública” – termos maioritariamente afirmativos e que procuravam ajudar o povo chinês a seguir a linha do partido –, Xi Jinping apela ao invés disso à “luta da opinião pública” (*public*

opinion struggle) – termo assertivo que apela ativamente ao povo chinês que ataque as ameaças externas (*Ibidem*).

Para este fim, o controlo do currículo escolar é essencial – daí que os líderes políticos da RPC se tenham apercebido, depois dos protestos na Praça Celestial, que a doutrinação política das gerações mais jovens era absolutamente necessária (Zhao, 1998), nomeadamente através do nacionalismo em substituição do marxismo-leninismo. Este processo iniciou-se, oficialmente, em 1991, ano em que foi emitido o primeiro documento sobre educação patriótica, por parte do Departamento Central de Propaganda do PCC, com o nome “Circular sobre o uso completo de relíquias culturais para conduzir a educação em patriotismo e tradições revolucionárias” (*Ibidem*). A metade da década de '90, mais do que 95% da força estudantil do ensino primário e básico em Pequim tinha assistido a filmes patrióticos recomendados pelo Estado; por essa altura, foi abolido também o exame de conhecimento do dogma político para o ingresso nas universidades, e lançado ao invés disso o programa “Eu Sou Chinês”, cujo intuito era ensinar os estudantes a ter orgulho de ser chinês através dos grandes feitos da nação chinesa e, especialmente, do PCC (*Ibidem*). Em 1994, o Comité Central do PCC publica no *Renmin Ribao* “As Linhas Gerais para a Realização da Educação Patriótica”, com o objetivo de “impulsionar o espírito da nação, aumentar a sua coesão, fomentar a sua autoestima e sentido de orgulho, consolidar e desenvolver uma frente unida patriótica em toda a extensão, e dirigir e reunir as paixões patrióticas das massas para a grande causa da construção do socialismo com características chinesas” (*Ibidem*: 293). Jiang Zemin, aliás, reiterou que o patriotismo e o socialismo estão unidos na sua essência (Ming, 1990:15, citado por Zhao, 1998: 296).

Em tempos mais recentes, a luta pela legitimidade do Partido – e, indiretamente, o seu fervor nacionalista – manifestou-se especialmente num documento partilhado entre membros proeminentes do PCC, o apelidado “Documento nº 9, no qual são mencionadas sete temáticas proibidas pelo seu perigo de atacar diretamente o estatuto do Partido. De acordo com este documento, é proibida a promoção da democracia constitucional ocidental; de valores universais transponíveis para todos os regimes; das noções ocidentais de independência intelectual da sociedade civil (relativa ao Partido); do neoliberalismo mercantil e desenfreado; da noção ocidental de jornalismo; do nihilismo histórico que prejudique a imagem do Partido na construção

da RPC; e, por fim, da contestação do progresso ideológico da RPC e do quão “socialista” é o socialismo com características chinesas (Partido Comunista Chinês, 2013).

Estudados os conceitos da dicotomia Cívico-Étnico, a Tese prossegue no estudo dos conceitos da dicotomia Massas-Elite, de extrema importância para um estado cuja ideologia oficial se debruça amplamente nesta temática.

2.2.2.3.Nacionalismo de Massas

Sendo o PCC, na sua génese, um movimento de massas, e sendo Mao Zedong um determinado nacionalista, o estudo do nacionalismo de massas na China é a primeira abordagem mais natural. No entanto, curiosamente, este tipo de nacionalismo, que define a nação como uma entidade composta por cidadãos com o dever de apoiar o Estado na garantia dos direitos nacionais, mas que também detêm direitos individuais para participar politicamente na formulação de políticas (Zhao, 2021), tem as suas raízes no chamado “Século de Humilhação”. Este período, marcado pela interferência estrangeira e perda generalizada do território, fomentou o sentimento de resistência e, conseqüentemente, o desejo de revitalização nacional através do qual o PCC conseguiu conquistar capital político, apresentando-se às massas como o restaurador da dignidade nacional (Gries, 2004).

Ainda em 1929, o Comité Central do Partido Comunista Chinês adiantava uma máxima de “tudo pelas massas; tudo depende das massas; das massas e para as massas” (Hui, 2017:228). Mais tarde, durante a Revolução Cultural (1966-1976), Mao Zedong instrumentalizou o nacionalismo para mobilizar a população contra os inimigos, ora internos ora externos, criando assim uma cultura de lealdade extrema ao estado (Zhao, 2021). Com as reformas económicas levadas a cabo por Deng Xiaoping na década de 1980, emergiu então uma nova forma de nacionalismo, focada na modernização e no crescimento económico como meios de restauração do “prestígio” chinês (Zhao, 1998b); e a partir da década de 1990, a “Educação Patriótica” tornou-se num instrumento fulcral para o reforço da identidade nacional e da lealdade ao governo comunista (Wang, 2008).

Assim sendo, o sistema educativo chinês promove ativamente o nacionalismo patriótico, sublinhando principalmente a necessidade de lealdade ao Estado e a narrativa de renovação nacional (Zhao, 1998b). O currículo enfatiza as humilhações sofridas no passado, a glória da

civilização chinesa e o papel do PCC na restauração da mesma – neste caso, a reinterpretação da história nas escolas tem como objetivo o reforço do sentimento coletivo de resiliência e coesão nacional (Wang, 2008). Para além do ensino básico e secundário, também as universidades têm um papel ativo na formação ideológica dos jovens chineses: cursos de “Pensamento de Xi Jinping”, por exemplo, foram introduzidos nas instituições de ensino superior com o objetivo último de fortalecer a lealdade ideológica ao PCC (Fang & Repnikova, 2018). Complementando isto, o Estado regula fortemente os materiais didáticos, de modo a garantir que o conteúdo dos mesmos está alinhado com os objetivos e narrativas do governo – quer isto também dizer que quem ousa publicar materiais críticos ao regime é suscetível a enfrentar punições severas, sendo os professores fortemente incentivados a promover uma visão positiva da história chinesa³².

A “Educação Patriótica” tem sido reforçada nos museus, memoriais e datas comemorativas na República Popular da China, como é o exemplo do dia 3 de setembro, o Dia da Vitória contra o Japão (Chang, 2021), instrumentalizada tanto para manter viva a memória das humilhações históricas sofridas pelo povo chinês como para reforçar a narrativa de resiliência nacional sob o comando do PCC. Os efeitos da “Educação Patriótica” são academicamente evidentes, com Zhao (1998) a apontar que, na sua generalidade, as gerações mais jovens – por estarem expostas a narrativas oficiais desde cedo – tendem a demonstrar maior apoio ao governo e desconfiança relativa ao Ocidente.

Em anos recentes, o uso das redes sociais e de conteúdos audiovisuais para a transmissão e difusão de mensagens nacionalistas tem sido um fenómeno emergente, principalmente nas duas últimas décadas. Este nacionalismo digital, como é chamado, permite a mobilização espontânea de sentimentos nacionalistas (Yang, 2009), principalmente em plataformas como o Weibo, o WeChat, Baidu e, mais recentemente, o Douyin (a versão chinesa do TikTok) (Zhang, 2020). Campanhas virais nestes meios apelam frequentemente ao orgulho nacional, especialmente em resposta a incidentes internacionais, como críticas ao governo chinês ou questões relativas a Taiwan, ao Tibete ou ao Mar do Sul da China (Chang, 2021). É frequente ver jovens chineses patriotas a usar o espaço digital para defender a sua pátria, como foi o caso do movimento dos “Pequenos Rosas” (Little Pinks) (Fang & Repnikova, 2018) – do lado institucional, estima-se que

³² Ver, por exemplo, a publicação do Comité Central e do Conselho de Estado da RPC, em inglês titulado *Opinions on Strengthening and Improving Ideological and Political Work in Universities*, presente em: https://www.gov.cn/xinwen/2017-02/27/content_5182502.htm

o PCC fabrica, anualmente, aproximadamente 500 milhões de comentários nas redes sociais através do *wǔmáo dǎng* (o exército dos 50 cêntimos, ou “50 cent army”³³) para manipular a opinião pública (King, Pan, & Roberts, 2017).

A vigilância digital e os algoritmos controlados pelo Estado também amplificam conteúdos nacionalistas e patrióticos enquanto suprimem, simultaneamente, qualquer tipo de dissidência, criando assim uma bolha de informação que reforça o nacionalismo digital (Creemers, 2017). Tal cria uma capacidade de mobilização enorme inerente ao nacionalismo digital chinês, demonstrado, por exemplo, nos protestos organizados *online* contra empresas estrangeiras, como foi o caso contra a NBA, devido a um *tweet* de apoio ao movimento democrático de Hong Kong por parte do diretor-geral dos Houston Rockets, Daryl Morey (Bremmer, 2019), ou contra a H&M, devido ao seu boicote, alegando violações de direitos humanos, de utilização de algodão proveniente da província de Xinjiang (Datt, 2021).

O PCC utiliza o nacionalismo como um dos pilares para sustentar a sua legitimidade – não só instrumentalizando os seus cidadãos, mas participando no processo ativamente. Assim, desde o fim do apregoamento do maoísmo, o orgulho nacional transformou-se no substituto ideal para a mobilização tradicional, de cariz ideológica (Zhao, 2004b). De facto, a narrativa da revitalização nacional sob a liderança do PCC é absolutamente central para a construção da imagem do Partido como defensor dos interesses do povo, ao associar diretamente os sucessos económicos e políticos à atuação do PCC, alegando que este é o único ator político capaz de garantir os mesmos (Chang, 2021; Lian & Wang, 2023).

A liderança de Mao Zedong canalizava a sua legitimidade política através do estatuto do PCC enquanto partido revolucionário, tendo sido a sua inaptidão de evoluir desse rótulo para um partido de poder que levou à crise de legitimidade de 1989 (Brady, 2012, citado por Miao, 2020). Em tempos mais recentes (e principalmente a partir de 2002, ano em que o estatuto do PCC enquanto partido de poder foi incluído na Constituição da RPC), o partido tem, não obstante as reformas

³³ O papel destes ativistas estatais é, entre outros, desviar a atenção de temas sensíveis ao governo ou de críticas ao PCC, promover temáticas positivas relacionadas com o PCC e com a RPC, descridibilizar opositores e movimentos pró-democracia e espalhar desinformação em temáticas internacionais de forma congruente com a política externa chinesa. O seu nome é uma referência à quantia de dinheiro recebida por postagem nas redes sociais, aproximadamente 0,50 yuan.

económicas, conseguido propagandar a sua mensagem política pretendida para as massas (Miao, 2020).

O conceito de “Sonho Chinês”, promovido por Xi Jinping, tem sido particularmente prevalente desde 2013. Segundo Callahan (2017), trata-se não só de uma nação perfeita imaginada pela liderança do PCC – imaginada pela elite política, com uma sociedade perfeita e cidadãos cumpridores segundo o modelo do partido, mas também de vivência de uma boa vida; por “boa vida”, diga-se uma combinação entre aspirações maiores de um ressurgimento nacional, e preenchimento pessoal dos cidadãos. O “Sonho Chinês” reforça também o papel do papel do confucionismo enquanto módulo de construção da educação moral dos cidadãos chineses (Brady, 2012, citado por Miao, 2020), *ergo*, das massas e, num contexto mais alargado, confirma o retorno do papel tanto do confucionismo como do legalismo, este último enquanto modelo governativo (Bakken, 2000, citado por Miao, 2020). Esta tendência tem sido crescente desde os tempos de Deng Xiaoping, reconfirmada sob Jiang Zemin e reforçada sob Xi Jinping (Dynon, 2014), com uma prevalência cada vez maior de feriados tradicionais e de eventos de cariz confucionista na agenda política nacional (Cheung, 2012).

De facto, pelo menos o início dos anos ‘90 que esta prevalência se tem notado: em outubro de 1994, Pequim organizou um colóquio internacional de considerável importância para celebrar o 2545º aniversário do nascimento de Confúcio em que o vice-primeiro-ministro Li Langing sublinhou que Confúcio e a sua escola, o confucionismo, são importantes para a sociedade chinesa, afirmando a sua confiança na superioridade da nação chinesa (Chen, 2007:199). Ainda antes disso, na primavera desse mesmo ano, Li Ruihuan, membro permanente do Politburo chinês, vai em pessoa à província de Shanxi para participar na cerimónia solene de sacrifício diante do túmulo do Imperador Amarelo – aí, dirige-se ao povo chinês (que inclui Taiwan, Hong Kong e chineses da diáspora), pedindo-lhes que estes encontrem “uma linguagem comum, que se reúnam na mais larga escala possível junto dos antepassados, para darem um novo impulso ao espírito nacional e realizarem o grande renascimento da Nação Chinesa” (*Ibidem*).

A propaganda ligada ao Sonho Chinês, direcionada às massas, é também diretamente relacionada com os Valores Socialistas Base (*Core Socialist Values* – CSV)³⁴, idealizados em 2006

³⁴ Os CSV estão divididos em três níveis: **nacional** (Prosperidade; Democracia; Civismo; Harmonia), **social** (Liberdade; Igualdade; Justiça; Estado de Direito) e **pessoal** (Patriotismo; Dedicção; Integridade; Amizade).

no 16º Congresso do PCC, mas reafirmados no 18º Congresso do Partido, em 2012. Foi lá que Hu Jintao (2012, citado por Miao, 2020) afirmou que “deveríamos [o Estado / Partido] levar a cabo um estudo minucioso de uma educação com estes valores, e usá-los para guiar as tendências sociais de pensamento e moldar a opinião pública”. Estes valores, conjugados com valores tradicionais confucionistas (como a virtude e a piedade filial) e com valores-base do PCC (como a diligência e a frugalidade) são amplamente difundidos em materiais de propaganda.³⁵

O regime apresenta-se, portanto, como o herdeiro, político e espiritual, da civilização chinesa, ao estabelecer uma linha direta e causal entre a sua história e a atualidade, fortalecendo assim a sua autoridade (Miao, 2020). Assim, o enaltecer das conquistas tecnológicas da RPC – tais como o programa espacial chinês, a sua rede ferroviária de alta velocidade e a *Belt and Road Initiative* (BRI) – reforça o conceito de uma China em ascensão única e exclusivamente devido à liderança do PCC³⁶. Deste modo, mobiliza-se o orgulho patriótico e sai reforçada a ligação entre os cidadãos e o Estado. Gries (2005) reitera, portanto, que o nacionalismo é um dos fatores que mais contribui para o apoio ao regime por parte das massas, especialmente (talvez surpreendentemente) entre os jovens cidadãos instruídos – e deste modo a legitimidade do Partido sai reforçada sem que este tenha, necessária ou exclusivamente, de recorrer à opressão.

A sociedade chinesa, no entanto, não é somente composta pelas massas, nem tampouco o sistema político assim o é. Pode inclusive argumentar-se que o poder decisório do sistema político da RPC depende única e exclusivamente de elites partidárias. Por essa razão, e porque não há massas sem elites, é imperativo estudar o nacionalismo chinês pela lente das elites.

2.2.2.4. Nacionalismo de Elites

Como anteriormente exposto, o pensamento tradicional sinocêntrico prevê, inerentemente, a subjugação das classes “baixas” (o campesinato) a um poder central rodeado por um círculo fechado do poder. Em termos nacionalistas, a manifestação mais próxima desta tendência é, precisamente, o nacionalismo de elites. Esta abordagem de nacionalismo, *top-down*, é tipicamente defendida por académicos ocidentais, que definem o nacionalismo chinês como, essencialmente,

³⁵ Ver Anexo VI.

³⁶ Ver Anexo VII.

a expressão dos interesses da elite – de um modo mais simplista, o interesse do Estado (Modongal, 2016:7).

Em regimes autoritários, como é o caso da RPC, a ideologia torna-se na solução para as questões que o pluralismo coloca; e em regimes liderados por partidos comunistas especificamente, reitera David Beetham (2001, citado por Holbig & Gilley, 2009), a ideologia fornece a base para a legitimidade da autoridade política – define os critérios de desempenho do governo e, em particular, o dito “interesse comum” da sociedade e os modos de o atingir. Um dos seus propósitos é, portanto, providenciar consentimento popular (ou, no mínimo, o assentimento) das elites de modo a legitimar o poder do Estado.

Não obstante isto, desde a crise de legitimidade pós-1989 que certas vozes apontam para o reconhecimento de que a “ideologia do passado” já não influencia uma larga faixa das massas e que o reforço dessa ideologia poderá inclusive provocar um sentimento de rejeição (Zhongguo Qingnian Bao, s.d., citado por Chen, 2007:197-198)³⁷, com a solução de transformar o PCC num partido “gestor do poder”, ao invés de um partido revolucionário (*Ibidem*). Neste caso, a ideologia a seguir seria um nacionalismo estatal para preencher o vazio deixado pela perda de confiança na ideologia oficial (Chen, 2007). Daí que atualmente, atualmente, na RPC, todos os esforços de mobilização ideológica (por ideológica, diga-se, teórica) estão inerentemente centrados nas elites políticas, isto é, nos quadros do PCC, nos quais está inserida a base do corpo administrativo em todas as esferas do Partido, do Estado e até das Forças Armadas. O compromisso ideológico destas mesmas elites é apresentado como representando o consentimento de toda a população, baseando-se nas doutrinas do PCC enquanto “vanguarda” das massas (Holbig & Gilley, 2009:408). Independentemente da forma como esse consentimento popular é enquadrado, a ideologia oficial – claramente multifacetada e com várias tarefas – é confrontada com uma necessidade contínua de adaptação e reforma ideológica de modo a sustentar a sua hegemonia (Sun, 1995, citado por Holbig & Gilley, 2009:408) que contribui para estabilidade política e social.

Na China, como é o caso dos restantes países da Ásia Oriental, a base cultural confucionista dá prioridade ao patriarcado, autoritarismo, estabilidade social e coletivismo (Nisbett et al., 2001;

³⁷ Esta posição poderá ser verificada num documento, de seu nome *Dulian jubian zhihou Zhongguode xianshi yingdui yu zhanlu xuanze*, que tem a assinatura da secção ideológica e teórica do tal Zhongguo Qingnian Bao, o Jornal da Juventude na China.

Zhang, 2012) – assim, nesta região, a arte de governar tende a vista como um trabalho puramente *top-down* em que o papel das elites é decidir o que é melhor para o povo diretamente em vez de consultar as suas necessidades, desejos ou ambições (Ling & Shih, 1998). A interação entre o nacionalismo de elites e o nacionalismo de massas, isto é, entre fenómenos de mobilização *top-down* e *bottom-up*, tem sido incessantemente complexo. A presença de movimentos como a Nova Esquerda – um aglomerado não homogêneo de pensadores e cientistas sociais de vários tipos de diferentes crenças de esquerda (sociais-democratas, marxistas conservadores ou até maoístas, por exemplo) unido pela causa comum contra toda e qualquer forma de liberalismo e neoliberalismo – é responsável (pelo menos ideologicamente) por alguns fenómenos de nacionalismo de elite provenientes de intelectuais (Holbig & Gilley, 2009:403-40;), muito embora a sua influência tenha decrescido em anos recentes (Anshu, Lachapelle, & Galway, 2018)³⁸. Johnston (2017:41) afirma que ainda não existe qualquer mecanismo lógico pensado pela academia no qual líderes autoritários – especialmente no caso chinês – quereriam sequer considerar a opinião pública nacionalista, especialmente no que diz respeito a decisões de política externa.

A hipótese mais radical descarta totalmente o papel das massas e assume que a principal fonte de pressão é o nacionalismo de elites, ao invés do popular; uma outra possível hipótese seria um mecanismo indireto, isto é, a instrumentalização de sentimento nacionalista das massas, por parte das elites, como ferramenta política na luta entre elites (*elite struggle*); algures entre as duas, encontra-se a hipótese do mecanismo de natureza normativa, na medida em que os principais líderes da RPC, como descrito anteriormente, acreditam que o papel do PCC – podendo-se considerar paternalista – reflete os sentimentos e desejos da população. Por outro lado, estes mecanismos poderão ser inteiramente instrumentais de modo a, por exemplo, utilizar estratégias de negociação apelidadas de “mãos atadas”, alegando que a opinião pública limita as opções dos agentes políticos (*Ibidem*).

Neste sentido, segundo um oficial chinês anónimo entrevistado por Johnston (2017), é pouco provável que o nacionalismo de massas seja responsável por quaisquer mudança, repentina e notável, em termos de política externa chinesa. Segundo o mesmo, aliás, quanto mais extrema for

³⁸ Ver também, por exemplo, a ação incisiva do regime no que diz respeito a ações de protesto anticapitalista ou de reivindicação política por trabalhadores como no Incidente de Jasic, em 2018, descrito em Haas, B. (2018, 12 de novembro). Student activists detained in China for supporting workers' rights. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/world/2018/nov/12/ten-student-activists-detained-in-china-for-supporting-workers-rights>

a opinião, menos provável é que o regime a coloque em cima da mesa com seriedade, estando ao invés disso mais empenhado em guiá-la e moldá-la. Ao longo de várias entrevistas realizadas a académicos e oficiais chineses, Johnston (*Ibidem*) procurou entender os mecanismos pensados por estes sobre como a opinião pública poderá influenciar os líderes políticos na RPC. A grande maioria – embora, claro, não a totalidade – concorda que um dos mecanismos se trata essencialmente de uma luta política entre elites, na qual potenciais concorrentes a cargos instrumentalizam a opinião pública de modo a evidenciar possíveis fraquezas ou fracços do líder em funções. Em contrapartida, a resposta (ou antecipação), os líderes poderão adotar posições populares entre as massas, ou mais próximas de setores nacionalistas mais *hard-line* da sociedade chinesa.

Curiosamente, no entanto, esta especial atenção dada à opinião pública não deriva de um medo de manifestações populares, mas sim do custo político que se adivinharia em caso de derrota numa competição entre elites, o que nos levará igualmente a concluir que a sensibilidade à opinião pública é cíclica, atingindo o seu pico em períodos de instabilidade ou sucessão política (*Ibidem*). Erin Baggot (2016, citado por Johnston, 2017) sugere que a China recorre frequentemente a conflitos cuidadosamente controlados de forma a desviar a atenção da insatisfação das elites – e não da população em geral – com o estado da economia. De facto, as elites chinesas sofrem com aquilo a que chamam de “dilema de performance económica” (*zhengji kunju*) para efeitos da sua própria legitimização (Holbig & Gilley, 2009). Por todas estas razões, Johnston (2017) aponta que é, portanto, mais provável que Xi Jinping seja mais sensível à opinião das elites do que necessariamente ao pensamento popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O maior entrave à presente pesquisa – e algo que poderá ser considerado uma limitação neste estudo – é o facto de grande parte da informação-base ser em mandarim, pelo que dependi excessivamente de fontes secundárias, de interpretações de académicos que, mesmo sendo nacionais chineses, podem não conseguir expor, na plenitude, o conteúdo em inglês, ou até mesmo de livros em português da minha coleção pessoal com o mesmo problema descrito acima. Esta limitação metodológica reforça, aliás, a necessidade de futuras investigações com acesso direto a fontes primárias em mandarim, de modo a aprofundar nuances discursivas e conceptuais que podem vir a perder-se na tradução ou mediação académica.

Não obstante isso, considero que este estudo poderá servir como base para a interpretação de acontecimentos-chave na RPC – especialmente sob o jugo de Xi Jinping –, tendo o nacionalismo como lente, ou até para o estudo da evolução ideológica da RPC e, num espectro mais amplo, da evolução ideológica (mesmo que prospetiva) de países de partido único marxista-leninista após a descredibilização interna da ideologia. A articulação entre o nacionalismo e a sobrevivência política de regimes deste tipo revela-se, por isso, uma área frutífera para investigação comparativa no futuro.

Qualquer nacionalismo é de estudo complexo, tanto mais quando se trata de um país não-ocidental e com uma base social e cultural particularmente própria. Este estudo, no entanto, afirmou, no seio de quatro definições divididas em dois espectros diferentes, que – como exposto anteriormente – o nacionalismo chinês está em constante mudança e é reconstruído incessantemente. Esta flexibilidade ideológica permite ao PCC adaptar a narrativa nacionalista às circunstâncias políticas vigentes, reforçando a utilidade deste fenómeno enquanto instrumento de governação.

O conceito da etnia Han (maioritária na RPC), embora comumente apresentado como homogéneo entre si, é diverso e até politicamente manipulado de modo a integrar grupos assimilados e reforçar a centralidade desta etnia “maioritária” no discurso nacionalista chinês. Não obstante o facto de líderes como Jiang Zemin terem defendido a interdependência entre os Han e as minorias, tal não é coerente com a prática política e ideológica do PCC, que perpetua uma hierarquização. De facto, desde Mao Zedong que os Han são considerados como a vanguarda da civilização e do progresso e, até, responsáveis por liderar e “elevar” as minorias. Trata-se, portanto, de um chauvinismo Han implícito no qual a identidade da nação chinesa é intrinsecamente

inseparável da etnia majoritária e, neste caso, dominante. Esta faceta do PCC manifesta-se não só na política interna, mas também no seu posicionamento internacional – o nacionalismo chinês, sinocêntrico (focado nos Han) e revanchista, procura acima de tudo restabelecer o papel histórico da China e reafirmar a sua superioridade face aos estrangeiros. Isto traduz-se, igualmente, numa leitura histórica seletiva que privilegia narrativas de grandeza civilizacional e de resiliência perante ameaças externas.

Esta faceta étnica do nacionalismo chinês verifica-se, portanto, no “grande nacionalismo” descrito por Liang Qichao (a nação contra as demais nações), mas também no “pequeno nacionalismo”, com o PCC a procurar impedir separatismos regionais (nomeadamente por parte dos uigures, tibetanos e mongóis) em prol da sobrevivência da RPC, o que, inevitavelmente, cria uma identidade nacional homogeneizada em torno da etnia dominante. Mesmo que a linha oficial do PCC e da RPC recusem o nacionalismo étnico, a verdade é que a supremacia cultural e, mais importantemente, política, bem como a marginalização institucional de expressões culturais divergentes, significa que o nacionalismo chinês toma, estruturalmente, a forma de um nacionalismo étnico.

No que diz respeito ao nacionalismo cívico, por outro lado, este tem inerentemente de ser entendido como um fenómeno moldado pela natureza do sistema político chinês e, por conseguinte, pela hegemonia do PCC. O nacionalismo cívico, por norma, baseia-se numa identidade coletiva e numa herança cultural e política partilhada; no caso da China, essa identidade foi apropriada, construída e instrumentalizada pelo PCC, que a moldou através do seu papel de liderança do desenvolvimento da RPC e, consequentemente, através da sua própria legitimidade. O que poderia constituir um nacionalismo cívico plural torna-se, na prática, num mecanismo de legitimação do Estado-partido.

Esta fusão entre partido e Estado, particularmente crescente nos últimos anos, traduz-se numa RPC em que a autonomia regional é residual, apesar de, nominalmente, ser garantida – a ideia de diversidade cultural e coexistência entre os povos torna-se cada vez mais num simbolismo, já que na prática existe, ao invés disso, controlo político e ideológico de modo a conter expressões de “pequeno nacionalismo” étnico. O nacionalismo cívico, no caso particular da RPC, serve o seu propósito de unificar os grupos sociais e culturais nela presentes sob uma única identidade nacional, sempre subordinada ao Estado e ao Partido. Este processo reforça a centralidade do PCC

como a principal referência da identidade nacional, passando para segundo plano qualquer outra manifestação da mesma.

O nacionalismo é instrumentalizado pelo PCC como ferramenta para mobilizar, doutrinar e reforçar a coesão social em torno do si. Através de reformas no sistema de ensino e do controlo da informação, o papel central da liderança comunista na narrativa histórica e cultural da nação é promovido junto da população. Tanto o é, aliás, que o orgulho em ser chinês é sistematicamente associado à liderança do PCC e aos seus feitos. No contexto da RPC, o nacionalismo cívico transforma-se num projeto político que pretende legitimar o poder do PCC e impedir o aparecimento e/ou disseminação de alternativas. A lealdade à nação chinesa é já inseparável da lealdade ao PCC; paradoxalmente, tal também significa que o marxismo-leninismo, logicamente associado a um Partido Comunista, está a ser substituído por uma outra ideologia, o nacionalismo, enquanto elemento agregador das massas. Este fenómeno evidencia a crescente doutrinação da identidade nacional enquanto substituto eficaz da mobilização revolucionária tradicional.

Este papel do nacionalismo perante as massas é já conhecido pelos líderes comunistas chineses desde o início. O “Século da Humilhação” foi outrora instrumentalizado para reforçar a necessidade de unidade nacional e, atualmente, o “Sonho Chinês”, de Xi Jinping, mobiliza o orgulho patriótico em substituição do fervor ideológico. A continuidade histórica entre estas duas narrativas confirma a centralidade da memória colectiva como instrumento de mobilização política.

A nível educativo, instaurou-se a Educação Patriótica, sobretudo a partir da década de 1990, de modo a propagar sistematicamente, às massas, a conexão entre a prosperidade da China com o PCC. Naturalmente, e como exposto anteriormente, o nacionalismo não é aplicável de igual maneira à totalidade das massas, já que certos grupos étnicos são sujeitos a homogeneização cultural. A educação torna-se, assim, simultaneamente um meio de integração e de exclusão simbólica.

No que diz respeito ao espaço digital, o crescimento das redes sociais nas últimas décadas serviu para ampliar a propagação do discurso nacionalista, mesmo que sempre gerido pelo Estado, que estimula a mobilização quando tal o beneficia, e restringe-a quando ocorre o contrário. O espaço digital tornou-se num dos braços da propaganda do PCC, com a vantagem do seu conteúdo ser

percecionado como genuíno. Além disso, as dinâmicas do espaço online permitem ao PCC testar limites discursivos e ajustar estratégias de mobilização e censura de forma extremamente rápida.

Por vários motivos, o nacionalismo na RPC é apresentado, sobretudo, como um fenómeno top-down, instrumentalizado pelas elites políticas em prol da legitimidade do regime comunista, algo que é coerente com a maioria da literatura ocidental sobre regimes autoritários: neste caso, a mensagem do PCC é apresentada como “garante” do consentimento popular, mesmo que este seja somente presumido. Este modelo de mobilização controlada confirma o carácter performativo da participação popular em regimes autoritários contemporâneos.

Após a crise de legitimidade de 1989, o PCC refugiou-se num nacionalismo estatal, com a sua estabilidade política e social a depender da contínua adaptação da sua ideologia, combinando o passado revolucionário com novas formas de mobilização patriótica. Não obstante isto, devido ao carácter hierárquico e paternalista do mundo político chinês, herdado do confucionismo, a governação tende, academicamente falando, a ser focada nas elites, em detrimento das massas; e muito embora existam teses sobre o papel das massas (ou dos sentimentos populares) no processo político chinês, seja como parte de disputas internas entre elites ou em negociações internacionais, a verdade é que tudo aponta para o facto de o nacionalismo popular raramente influenciar de forma direta a política chinesa, tanto mais quando se trata de política externa. Isto demonstra a primazia das elites decisoras na definição dos rumos estratégicos da RPC, independentemente do clima nacionalista momentâneo.

A opinião pública assume relevância somente em momentos de instabilidade ou sucessão política, mas somente indiretamente, enquanto recurso meramente retórico, precisamente em disputas internas entre as elites, pelo que certos líderes poderão adotar, mesmo que temporariamente, posições mais alinhadas com determinado setor das massas. Ainda assim, estes momentos representam oportunidades importantes para compreender as tensões latentes entre mobilização popular espontânea e controlo estatal.

Assim sendo, este estudo concluiu que o nacionalismo étnico na RPC, embora não seja explicitamente difundido, existe enquanto manifestação da maioria Han e da sua visão para a China e é desencorajado e impedido quando se trata de manifestações das minorias étnicas. O nacionalismo cívico, encorajado em prol da “união” e “cooperação” entre as etnias, é-o apenas em teoria, já que a visão cívica do cidadão chinês é, naturalmente, baseado na etnia Han, que

representa mais de 90% da população da RPC. Esta ilusão, no entanto, terá de se manter em prol da estabilidade política. O equilíbrio entre estes dois planos nacionalistas — um étnico e outro supostamente cívico — constitui, portanto, um dos paradoxos centrais da ideologia oficial do PCC.

Concluo também que, na China contemporânea, o nacionalismo não provém de manifestações populares, mas sim de uma construção ideológica cuidada de modo a garantir a coesão interna, neutralizar qualquer tipo de alternativas políticas e fortalecer a legitimidade do PCC enquanto ator inseparável do progresso da nação e enquanto núcleo do Estado, enquanto partido único. O nacionalismo é, portanto, um fenómeno de elites, em que as massas desempenham somente um papel instrumental e/ou secundário, pelo que Xi Jinping, em particular, dá muito mais enfoque à opinião das elites do que a pressões populares, num modelo de governação no qual o nacionalismo se manifesta enquanto ferramenta de gestão política. Deste modo, o nacionalismo na RPC deverá continuar a ser analisado como um instrumento político dinâmico, sujeito à evolução das prioridades estratégicas do PCC e à forma como este procura perpetuar a sua autoridade num século marcado por rápidas transformações internas e externas.

Referências Bibliográficas

- Almén, O. (2020). *The Chinese Communist Party and the Diaspora: Beijing's extraterritorial authoritarian rule*. Swedish Defence Research Agency.
- An, B. (2017, June 13). Overseas Chinese can help build Belt, Road. *China Daily*. https://web.archive.org/web/20220802092431/http://www.chinadaily.com.cn/china/2017-06/13/content_29719481.htm
- Anderson, B. (1983). *Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*. Verso.
- Anshu, S., Lachapelle, F., & Galway, M. (2018). The recasting of Chinese socialism: The Chinese New Left since 2000. *China Information*, 32(1), 139–159. <https://doi.org/10.1177/0920203x18760416>
- Arendt, H. (1951/2006). *As origens do totalitarismo*. Dom Quixote.
- Barker, E. (1927). *National character and the factors in its formation*. Methuen.
- Barry, B. (1987). Nationalism. In R. Goodin (Ed.), *The Oxford handbook of political theory* (pp. 302-323). Oxford University Press.
- Beiner, R. (1999). Introduction: Nationalism's challenge to political philosophy. In R. Beiner (Ed.), *Theorizing nationalism* (pp. 1-20). State University of New York Press.
- Berling, J. (2022). *Confucianism*. Asia Society. Acedido a 10 de maio de 2025, em <https://asiasociety.org/education/confucianism>
- Bernstein, R., & Munro, R. H. (1997). The Coming Conflict with America. *Foreign Affairs*, 76(2), 18–32. <https://doi.org/10.2307/20047934>
- Bertier de Sauvigny, G. (1970). Liberalism, Nationalism and Socialism: The Birth of Three Words. *The Review of Politics*, 32(2), 147–166
- Bloom, W. (1990). *Personal identity, national identity and international relations*. Cambridge University Press.
- Brass, P. (1991). *Ethnicity and nationalism: Theory and comparison*. Sage Publications.
- Bremmer, I. (1997). Post-Soviet Nationalities Theory: Past, Present, and Future. In Bremmer, I. & Taras, R. (Ed.), *New States, New Politics: Building the Post-Soviet Nations* (pp 3-26). Cambridge University Press.
- Bremmer, I. (10 de outubro de 2019). Why China has the NBA in a Full-Court press on free speech. *TIME*. <https://time.com/5696945/china-nba-free-speech>
- Bush, M. L. (1967). *Renaissance, reformation and the outer world*. Humanities Press.

- Callahan, W. A. (2017). Dreaming as a critical discourse of national belonging: China Dream, American Dream and world dream. *Nations and Nationalism*, 23(2), 248–270. doi:10.1111/nana.12296
- Cambridge Dictionary. (n.d.). Masses. In *Cambridge Dictionary*. Acedido a 18 de setembro de 2024, em <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/masses>
- Caprioni, E. (2011). Daily encounters between Hans and Uyghurs in Xinjiang: sinicization, integration or segregation? *Pacific Affairs*, 84(2), 267–287. <https://doi.org/10.5509/2011842267>
- Carlson, Allen. (2020). Beijing's Intensifying Campaign to Ensure That Tibet Remains Part of China. *Georgetown Journal of International Affairs*, 21, 54-61.
- Chang, V. K. L. (2021). Recalling Victory, Recounting Greatness: Second World War Remembrance in Xi Jinping's China. *The China Quarterly*, 248(1), 1152–1173. doi:10.1017/S0305741021000497
- Chen, J. (2001). *Mao's China and the Cold War*. The University of North Carolina Press.
- Chen, Y. (2007). *O Despertar da China: As Mudanças Intelectuais do Pós-Mao 1976/2002*. Instituto Piaget.
- Cheng, F.-T. (1951). Confucianism and Chinese Civilization / LE CONFUCIANISME ET LA CIVILISATION CHINOISE. *Civilisations*, 1(3), 13–23. <http://www.jstor.org/stable/41377404>
- Clarke, M. (2013). Ethnic Separatism in the People's Republic of China History, Causes and Contemporary Challenges. *European Journal of East Asian Studies*, 12(1), 109-133.
- Cohler, A. (1970) *Rousseau and Nationalism*. Basic Books.
- Comité Central e Conselho de Estado da RPC. (2017). *Opinions on Strengthening and Improving Ideological and Political Work in Universities*. (Xinhua/Gov.cn release). Acedido a 18 de agosto de 2025, em: https://www.gov.cn/xinwen/2017-02/27/content_5182502.htm
- Conselho de Estado da RPC (junho de 2014). *Shehui xinyong tixi jianshe guihua gangyao (2014–2020 nian)* [Planning outline for the construction of a social credit system (2014–2020)]. <https://chinacopyrightandmedia.wordpress.com/2014/06/14/planning-outline-for-the-construction-of-a-social-credit-system-2014-2020/>
- Conversi, D. (2007). Homogenisation, nationalism and war: Should we still read Ernest Gellner? *Nations and Nationalism*, 13(3), 371-394.
- Creemers, R. (2017). Cyber China: Upgrading propaganda, public opinion work and social management for the twenty-first century. *Journal of Contemporary China*, 26(103), 85–100.
- Creemers, R. (2018). China's social credit system: An evolving practice of control. SSRN. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3175792>

- Dahbour, O., & Ishay, M. R. (Eds.). (1995). *The Nationalism Reader*. Humanity Books.
- Datt, A. (3 de maio de 2021). *The CCP Hand Behind China's Xinjiang Cotton Backlash*. Freedom House. Acedido a 27 de abril de 2025, em <https://freedomhouse.org/article/ccp-hand-behind-chinas-xinjiang-cotton-backlash>
- Decoding China. (n.d.) *The Decoding China Dictionary*. <https://decodingchina.eu/>
- Dittmer, L., & Kim, S. S. (Eds.). (1993). *China's quest for national identity*. Cornell University Press.
- Duara, P. (1995). *Rescuing history from the nation*. Chicago University Press.
- Dunn, J. (1999). The significance of nationalism. In R. Beiner (Ed.), *Theorizing nationalism* (pp. 51-66). State University of New York Press.
- Dynon, N. (2014). Civilisation-state: Modernising the past to civilise the future in Jiang Zemin's China. *China: An International Journal*, 12(1), 22–42. <https://doi.org/10.1353/chn.2014.0006>
- Eastman, L. E. (1974). *The abortive revolution: China under nationalist rule, 1927-1937*. Harvard University Press.
- Elton, G. R. (1974). *England under the Tudors* (2nd ed.). Methuen.
- Fairbank, J. K., Reischauer, E.O., Craig, A. M. (1989). *East Asia: Tradition and Transformation*. Houghton Mifflin Company.
- Fang, K., & Repnikova, M. (2018). Demystifying 'Little Pink': The Creation and Evolution of a Gendered Label for Nationalistic Young Chinese Internet Users. *New Media & Society*, 20(6), 2162–2185.
- Fei, X. (2017). The formation and development of the Chinese nation with multi-ethnic groups. *International Journal of Anthropology and Ethnology*, 1(1). doi:10.1186/s41257-017-0001-z
- Fitzgerald, J. (1996a) *The Nationless State: The Search for a Nation in Modern Chinese Nationalism*. In Jonathan Unger (Ed.), *Chinese Nationalism*. Armonk. M. E. Sharpe.
- Fitzgerald, J. (1996b). *Awakening China: Politics, culture, and class in the nationalist revolution*. Stanford University Press.
- Friend, J. M., & Thayer, B. A. (2017). The rise of Han-centrism and what it means for international politics. *Studies in Ethnicity and Nationalism*, 17(1), 91-114.
- Garfield, J. L., & Edelglass, W. (2014). *The Oxford Handbook of World Philosophy* (Oxford Handbooks) (Reprint ed.). Oxford University Press.
- Geertz, C. (1994). Primordial and civic ties. In A. Hutchinson & J. Smith (Eds.), *Nationalism* (p. 31). Oxford University Press.

- Gellner, E. (1983) *Nations and Nationalism*. Cornell University Press.
- Gilpin, R. (1981). *War and Change in World Politics*. Cambridge University Press.
- Gladney, D. C. (2004) *Dislocating China: reflections on Muslims, minorities, and other subaltern subjects*. C. Hurst
- Goldman, M. (1994). *Sowing the seeds of democracy in China: Political reform in the Deng Xiaoping era*. Harvard University Press.
- Greenfeld, L. (1992). *Nationalism: Five roads to modernity*. Harvard University Press.
- Gries, P. H. (2004). *China's New Nationalism: Pride, Politics, and Diplomacy* (1st ed.). University of California Press.
- Gries, P. H. (2005). Nationalism, Indignation, and China's Japan Policy. *SAIS Review of International Affairs*, 25(2), 105–114.
- Haas, E. B. (1997). *Nationalism, liberalism, and progress* (Vol. 1). The rise and decline of nationalism. Cornell University Press.
- Habermas, J. (1995). Citizenship and national identity. In R. Beiner (Ed.), *Theorizing citizenship* (pp. 255-281). State University of New York Press.
- Harrison, J. P. (1969). *Modern Chinese Nationalism*. Hunter College of the City University of New York.
- Hart, B. (2016). Creating the Cult of Xi Jinping: The Chinese Dream as a Leader Symbol. *Cornell International Affairs Review*, 9.
- Hastings, A. (1997). *The Construction of Nationhood: Ethnicity, Religion and Nationalism*. Cambridge University Press.
- Hobsbawm, E. J. (1977). *The age of revolution: Europe 1789-1848*. Vintage Books.
- Hobsbawm, E. J. (1990). *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*. Cambridge University Press.
- Holbig, H., & Gilley, B. (2009). Reclaiming Legitimacy in China. *Politics & Policy*, 38(3), 395–422.
- Holborn, H. (1966). *A History of Modern Germany, 1648-1840*. Alfred A. Knopf.
- Hoston, G. A. (1994). *The state, identity, and the national question in China and Japan*. Princeton University Press.
- Howland, D. (2011). The Dialectics of Chauvinism: Minority Nationalities and Territorial Sovereignty in Mao Zedong's New Democracy. *Modern China*, 37(2), 170–201. <http://www.jstor.org/stable/23053322>

- Hroch, M. (2000). *The Social Preconditions of National Revival in Europe: A Comparative Analysis of the Social Composition of Patriotic Groups among the Smaller European Nations*. New York: Columbia University Press.
- Hsiao, K. (1976). Legalism and Autocracy in Traditional China. *Chinese Studies in History*, 10(1-2), 125–143. doi:10.2753/csh0009-4633100102125
- Hui, W. (2017). *China: Século XX*. Bertrand Editora
- Hunt, M. (1996). *The genesis of Chinese communist foreign policy*. Cambridge University Press.
- Hutchinson, J. (1989) *Dynamics of Cultural Nationalism: The Gaelic Revival and the Creation of the Irish Nation-State*. Allen and Unwin.
- Hutchinson, J., & Smith, A. D. (Eds.). (1994). *Nationalism* (p. 4). Oxford University Press.
- Ignatieff, M. (1993). *Blood and belonging: Journeys into the new nationalism*. Farrar, Straus and Giroux.
- Jacques, M. (2009). *When China rules the world: The end of the Western world and the birth of a new global order*. Penguin Press.
- Jiang, H., & Zhang, H. (10 de julho de 2019). National history research should focus on guiding and promoting the "five identifications" (國史研究應注重引導和增進“五個認同”). *Guangming Daily* (光明日報). Acedido a 19 de maio de 2025 em <http://theory.people.com.cn/BIG5/n1/2019/0710/c40531-31224292.html>
- Johnston, A. I. (2017). Is Chinese Nationalism Rising? Evidence from Beijing. *International Security*, 41(3), 7–43. https://doi.org/10.1162/isec_a_00265
- Kamenka, E. (Ed.). (1976). *Nationalism: The nature and evolution of an idea*. St. Martin's Press.
- Kateb, G. (1994). *The inner ocean: Individualism and democratic culture*. Cornell University Press.
- Keddouri, E. (1961) *Nationalism*. Hutchinson University Library.
- Keller, C. (2013). Elite Attitudes, Mass Nationalism and European Integration: A Multi-Level Approach. *Studia Ubb Sociologia*, 1(23), pp. 56-68
- King, G., Pan, J., & Roberts, M.E. (2017). How the Chinese Government Fabricates Social Media Posts for Strategic Distraction, Not Engaged Argument. *American Political Science Review*, 111(3), 484-501. <https://doi.org/10.1017/S0003055417000144>
- Kissinger, H. (2011). *Da China*. Quetzal, Lisboa

- Kohn, H. (1944). *The Idea of Nationalism: A Study in Its Origins and Background*. New York: Macmillan.
- Kohn, H. (1946). *Prophets and peoples*. Collier Books.
- Kwan, J. P. (2016). The rise of civic nationalism: Shifting identities in Hong Kong and Taiwan. *Contemporary Chinese Political Economy and Strategic Relations: An International Journal*, 2(2), 941-973.
- Kymlicka, W. (1995). *Multicultural citizenship: A liberal theory of minority rights*. Oxford University Press.
- Kymlicka, W. (1999). Misunderstanding nationalism. In R. Beiner (Ed.), *Theorizing nationalism* (pp. 131-140). State University of New York Press.
- Ladany, L. (1988). *The Communist Party of China and Marxism, 1921-1985: A self-portrait*. Hoover Institution Press.
- Lake, D. A., & Rothchild, D. (Eds.). (1998). *The international spread of ethnic conflict: Fear, diffusion, and escalation*. Princeton University Press.
- Lapidus, G. W. (1992). From Democratization to Disintegration: The Impact of Perestroika on the National Question. In *From Union to Commonwealth: Nationalism and Separatism in the Soviet Republics* In Lapidus, G. W., Zaslavsky V. & Goldman, P. (Ed.) (pp 45-70). Cambridge: Cambridge University Press.
- Leibold, J. (2010). More than a category: Han supremacism on the Chinese internet. *The China Quarterly*, 203, 539-559. <https://doi.org/10.1017/S0305741010000585>
- Levenson, J. R. (1968). *Confucian China and its modern fate: A trilogy*. University of California Press.
- Levenson, J. R. (1990). The province, the nation, and the world: The problem of Chinese identity. In A. Feuerwerker et al. (Eds.), *Approaches to modern Chinese history* (pp. 268-288). University of California Press.
- Lian, C., & Wang, J. (2023). Embrace or repress? Explaining China's responses to nationalism in international incidents. *The Pacific Review*, 37(4), 661–691. <https://doi.org/10.1080/09512748.2023.2226352>
- Ling, L., & Shih, C. (1998). Confucianism with a Liberal Face: The Meaning of Democratic Politics in Postcolonial Taiwan. *The Review of Politics*, 60(1), 55-82. <http://www.jstor.org/stable/1408330>
- Lipset, S. M., & Rokkan, S. (1967). *Party systems and voter alignments: Cross-national perspectives*. New York: Free Press.

- Lyon, A. (2008). Rhetorical Authority in Athenian Democracy and the Chinese Legalism of Han Fei. *Philosophy & Rhetoric*. 41(1), 51-71
- Maizland, L. (10 de maio de 2021). Why China-Taiwan Relations Are So Tense. *Council on Foreign Relations*. <https://www.cfr.org/backgrounder/china-taiwan-relations-tension-us-policy>
- Mao, Z. (2016/1966). *O pequeno livro vermelho*. Editora Guerra & Paz.
- Marx, K., & Engels, F. (1848/2020). *The Communist Manifesto* [eBook version]. Penguin Classics. <https://www.penguinrandomhouse.com/books/610695/the-communist-manifesto-by-karl-marx-and-friedrich-engels/>
- McKisack, M. (1994). *The fourteenth century, 1307-1399*. Clarendon Press.
- Meisner, M. (1967). *Li Ta-chao and the origins of Chinese Marxism*. Harvard University Press.
- Miao, Y. (2020). Romanticising the Past: Core Socialist Values and the China Dream as Legitimation Strategy. *Journal of Current Chinese Affairs*, 49(2), 162–184. doi:10.1177/1868102620981963
- Miller, D. (1995). *On nationality*. Clarendon Press.
- Miller, D. (1999). In defence of nationality. In R. Beiner (Ed.), *Theorizing nationalism* (pp. 167-186). State University of New York Press.
- Mills, C. W. (1956). *The Power Elite*. Oxford University Press.
- Minogue, K. (1967). *Nationalism*. Routledge.
- Modongal, S. (2016). Development of nationalism in China. *Cogent Social Sciences*, 2(1). doi:10.1080/23311886.2016.1235749
- Montesquieu, C. L. (1748/2000). *O Espírito das Leis* (2.^a tiragem da 2.^a edição, 2000). São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda. Disponível em <https://dagobah.com.br/wp-content/uploads/2024/11/Montesquieu-O-espírito-das-leis-completo.pdf>
- Moore, B., Jr (1966). *Social Origins of Dictatorship and Democracy*. Beacon.
- Mosca, G. (1939). *The Ruling Class*. McGraw-Hill.
- Nathan, A. J., & Ross, R. S. (1997). *The Great Wall and the empty fortress: China's search for security*. W.W. Norton & Company.
- Nielsen, K. (1999). Cultural nationalism, neither ethnic nor civic. In R. Beiner (Ed.), *Theorizing nationalism* (pp. 119-130). State University of New York Press.
- Nisbett, R. E. et. al (2001). Culture and systems of thought: Holistic versus analytic cognition. *Psychological Review*, 108(2), 291–310. <https://doi.org/10.1037/0033-295x.108.2.291>

Nye. (2007). *Understanding international conflicts: an introduction to theory and history*. Pearson Longman.

<https://hostnezt.com/cssfiles/internationalrelations/Understanding%20International%20Conflicts%20-%20An%20Introduction%20to%20Theory%20and%20History%20By%20Joseph%20S%20Nye.pdf>

Ortega y Gasset, J. (1932). *The Revolt of the Masses*. W.W. Norton & Company.

Pareto, V. (1901). *The Rise and Fall of the Elites*. Routledge.

Partido Comunista Chinês. (2013). Communiqué on the current state of the ideological sphere [Document No. 9; leaked internal document, ChinaFile translation]. ChinaFile. Acedido a 17 de agosto de 2025, em <https://www.chinafile.com/document-9-chinafile-translation>

Pepper, S. (1999). *Civil war in China: The political struggle, 1945-1949*. Rowman & Littlefield.

Pines, Y. (verão de 2023). Legalism in Chinese Philosophy. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Edward N. Zalta & Uri Nodelman (eds.), <https://plato.stanford.edu/archives/sum2023/entries/chinese-legalism/>.

Pryde, G. S. (1950). *The treaty of union of Scotland and England, 1707*. Oliver & Boyd.

Pye, L. (1968). *The Spirit of Chinese Politics: A Psychocultural Study of the Authority Crisis in the People's Republic of China*. Cambridge University Press.

Pye, L. (1971). *Warlord politics: Conflict and coalition in the modernization of Republican China*. Praeger.

Pye, L. (1996) How China's Nationalism was Shanghaied. In Jonathan Unger (Ed.), *Chinese Nationalism*. M. E. Sharpe.

Pye, L. (1990) China: Erratic State, Frustrated Society. *Foreign Affairs*. <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/1990-09-01/china-erratic-state-frustrated-society>.

Qiang, X. (2019). The Road to Digital Unfreedom: President Xi's Surveillance State. *Journal of Democracy*, 30(1), 53-67.

Qichao, L. (1935/2024). *Thoughts from the Ice-Drinker's Studio: Essays on China and the World*. Penguin.

Qin, A. (2020, August 31). *Curbs on Mongolian Language Teaching Prompt Large Protests in China*. The New York Times. Acedido a 9 de outubro de 2024, em <https://www.nytimes.com/2020/08/31/world/asia/china-protest-mongolian-language-schools.html>

- Rawski, E. S. (1996). Reenvisioning the Qing: The significance of the Qing period in Chinese history. *Journal of Asian Studies*, 55(4), 829-850
- Rich, T. (2009). Status for Sale: Taiwan and the Competition for Diplomatic Recognition. *Issues & Studies*, 45(4), 159-188
- Ríos, X. (2021). *A Metamorfose do Comunismo na China*. Ágora K.
- Rong, M. (2010). *A New Perspective in Guiding Ethnic Relations in the 21st Century: "Depoliticization" of Ethnicity in China*. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 2(5), 6831–6845. doi:10.1016/j.sbspro.2010.05.034
- Rustow, D. A. (1967). *A World of Nations: Problems of Political Modernization*. Brookings Institution.
- Scruton, R. (1999). The First Person Plural. In R. Beiner (Ed.), *Theorizing nationalism* (pp. 279-294). State University of New York Press.
- Scruton, R. (2019/2006). *A political philosophy: Arguments for Conservatism*. Bloomsbury Continuum.
- Seton-Watson, H. (1977). *Nations and states: An inquiry into the origins of nations and the politics of nationalism*. Westview Press.
- Shklar, J. N. (1989). The liberalism of Fear. In Rosenblum, N. L. (Ed.). *Liberalism and Moral Life*. (pp. 21–38). Harvard University Press.
- Shklar, J. N. (1993). Obligation, Loyalty, Exile. *Political Theory*, 21(2), 181–197. <http://www.jstor.org/stable/191813>
- Shklar, J.N. (1990). *The Faces of Injustice*. Yale University Press.
- Smith, A. (1986) *The ethnic origins of nations*. Blackwell Publishing.
- Smith, W. W. Jr. (1996). *Tibetan nation: A history of Tibetan nationalism and Sino-Tibetan relations*. Westview Press.
- Snow, E. (2007/1938). *Red star over China*. Grove Press.
- Tamir, Y. (1993). *Liberal nationalism*. Princeton University Press.
- Tamir, Y. (1995). The enigma of nationalism. *World Politics*, 47(3), 418-440.
- Taylor, A. J. P. (1979). *The course of German history: A survey of the development of Germany since 1815*. Hamish Hamilton.
- Taylor, C. (1999). Nationalism and modernity. In R. Beiner (Ed.), *Theorizing nationalism* (pp. 219-245). State University of New York Press.

- Taylor, C. C. W. (1939). The concept of a person. *Philosophical Review*, 48(3), 479-492.
- Tomé, L. (2021). A grande estratégia da China de Xi Jinping: objetivos, poder nacional abrangente e políticas. *Relações Internacionais*, 71, 105–134. <https://doi.org/10.23906/ri2021.71a07>
- Townsend, J. (1992). Chinese nationalism. *The Australian Journal of Chinese Affairs*, (27), 97–130. <https://doi.org/10.2307/2950028>
- Vala, C. T. (2013). Protestant reactions to the nationalism agenda in contemporary China. In *Christianity in Contemporary China* (pp. 59-77). Routledge.
- van Slyke, L. (1967). *Enemies and friends: The United Front in Chinese Communist history*. Stanford University Press.
- Vergara, L. G. (2013). Elites, political elites and social change in modern societies. *Revista de sociologia*, (28), 31-49.
- Walzer, M. (1992). The civil society argument. In C. Mouffe (Ed.), *Dimensions of radical democracy: Pluralism, citizenship, community* (pp. 89-107). Verso
- Wang, Z. (2008). National Humiliation, History Education, and the Politics of Historical Memory: Patriotic Education Campaign in China. *International Studies Quarterly*, 52(4), 783–806.
- Weber, E. (1979) *Peasants into Frenchmen: The Modernization of Rural France, 1870-1914*. Chatto and Windus.
- Weber, M. (1978). *Economy and society: An outline of interpretive sociology* (G. Roth & C. Wittich, Eds.). Berkeley: University of California Press.
- Wu, J., & Ingram, C. (2019). Six decades of ethnic minority population change in China. *Asian Population Studies*, 15(2), 228–238. doi:10.1080/17441730.2019.1594657
- Xi, J. (2013, 17 de março). *Discurso na primeira sessão do 12.º Congresso Nacional do Povo* [Transcrição oficial]. *QSTheory (Xi Jinping Thought on Socialism with Chinese Characteristics for a New Era)*. Acedido a 19 de agosto de 2025, em https://en.qstheory.cn/2024-07/08/c_1001779.htm
- Xi, J. (2023, 14 de março). *Discurso na primeira sessão do 14.º Congresso Nacional do Povo* [Transcrição oficial]. *Gov.cn – Governo da República Popular da China*. Acedido a 19 de agosto de 2025, em https://english.www.gov.cn/news/topnews/202303/14/content_WS641078bac6d0f528699db457.html
- Xiaolin, D. (2017). Unanswered Questions: Why We may be Wrong about Chinese Nationalism and its Foreign Policy Implications. *Journal of Contemporary China*, 26(108), 886–900. <https://doi.org/10.1080/10670564.2017.1337312>

- Xuetong, Y. (2001). The Rise of China in Chinese Eyes. *Journal of Contemporary China*. 10(26), 33–39.
- Xuetong, Y., (2011). *Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power* (D. A. Bell & S. Zhe, Eds.). Princeton University Press. <http://www.jstor.org/stable/j.ctt7skkq>
- Yack, B. (1999). The myth of the civic nation. In R. Beiner (Ed.), *Theorizing nationalism* (pp. 103–118). State University of New York Press.
- Yahuda, M. (2000). The changing faces of Chinese nationalism: The dimensions of statehood. In M. Leifer (Ed.), *Asian nationalism* (pp. 21–37). Routledge.
- Yang, G. (2009). *The Power of the Internet in China: Citizen Activism Online*. Columbia University Press.
- Zhang, D. (2020). China’s digital nationalism: search engines and online encyclopedias. *The Journal Of Communication And Media Studies*, 5(2), 1-19. doi:10.18848/2470-9247/CGP/v05i02/1-19
- Zhang, F. (2015). Confucian Foreign Policy Traditions in Chinese History. *The Chinese Journal of International Politics*, 8(2), 197–218. <https://www.jstor.org/stable/48615927>
- Zhang, W. (2012). The effects of political news use, political discussion and authoritarian orientation on political participation: evidences from Singapore and Taiwan. *Asian Journal of Communication*, 22(5), 474–492. <https://doi.org/10.1080/01292986.2012.701313>
- Zhao, D. (2015). *The Confucian-legalist State: A New Theory of Chinese History*. Oxford University Press.
- Zhao, Q. (2018). The influence of Confucianism on Chinese politics and foreign policy. *Asian Education and Development Studies*. doi:10.1108/aeds-03-2018-0057
- Zhao, S. (1998). A state-led nationalism: The patriotic education campaign in post-Tiananmen China. *Communist and Post-Communist Studies*, 31(3), 287–302.
- Zhao, S. (2004a). *A Nation-State by construction: Dynamics of Modern Chinese Nationalism*. Stanford University Press.
- Zhao, S. (2004b). Chinese nationalism and its international orientations. *Political Science Quarterly*, 119(1), 1–33.
- Zhao, S. (2005). China’s pragmatic nationalism: Is it manageable? *The Washington Quarterly*, 29(1), 131–144. <https://doi.org/10.1162/016366005774859670>
- Zhao, S. (2021). From affirmative to assertive patriots: Nationalism in Xi Jinping’s China. *The Washington Quarterly*, 44(4), 141-161.

Zhou, H. (2017). Confucianism and the Legalism: A Model of the National Strategy of Governance in Ancient China. *Frontiers of Economics in China*. 6(4), 616-637.

Anexos

Anexo I

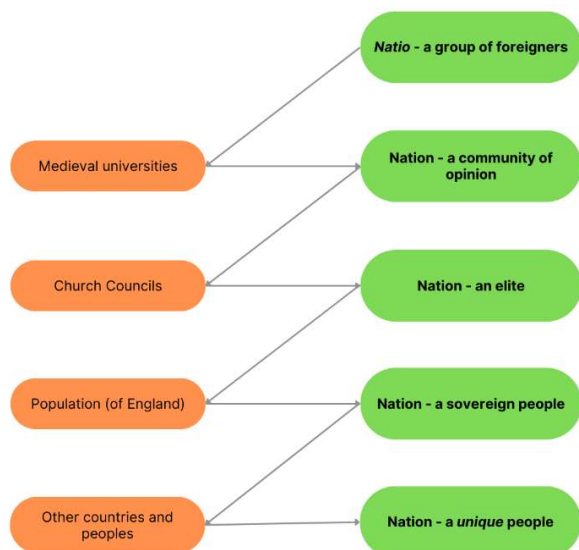


Figura 1. A transformação do conceito de “Nação”. In Greenfeld, L. (1992).

Anexo II

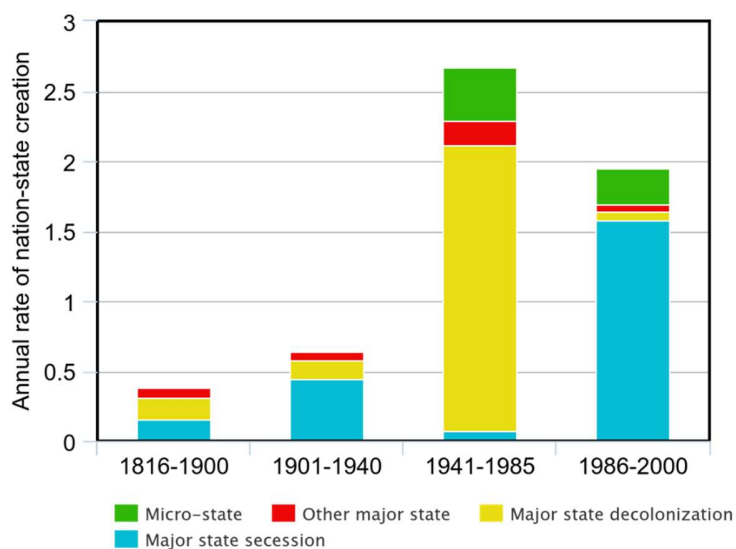


Figura 2. Criação de Estados-Nação por ano, 1816–2000. In Roeder, P. G. (2007), baseado em informação presente em Gleditsch, K. S., & Ward, M. D. (1999). A revised list of independent states since the Congress of Vienna. *Internacional Interactions*, 25(4), 393-413.

Anexo III

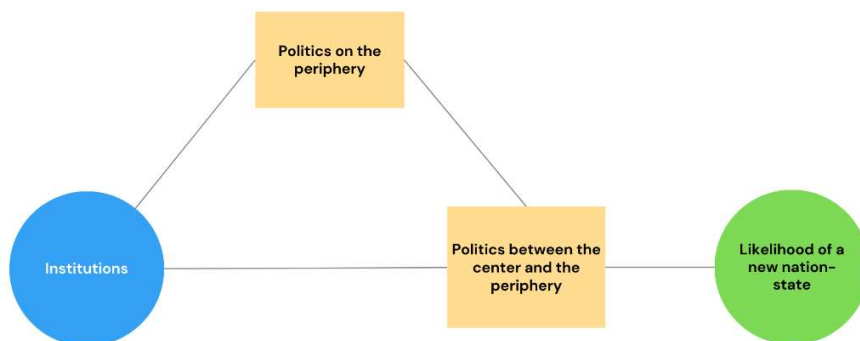


Figura 3. Tese das Instituições Segmentais. In Roeder, P. G. (2007)

Anexo IV

	<i>Civic</i>	<i>Ethnic</i>
<i>Individualistic-libertarian</i>	<i>Type I</i>	<u><i>Void</i></u>
<i>Collectivist-authoritarian</i>	<i>Type II</i>	<i>Type III</i>

Figura 4. Tipos de nacionalismo. In Greenfeld, L. (1992).

Anexo V

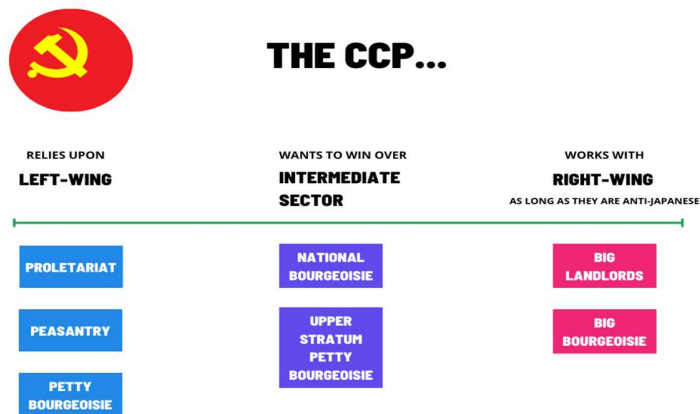


Figura 5. *modus operandi* do PCC durante a Segunda Guerra Sino-Japonesa. Adaptado de Zhao, 2004:103

Anexo VI

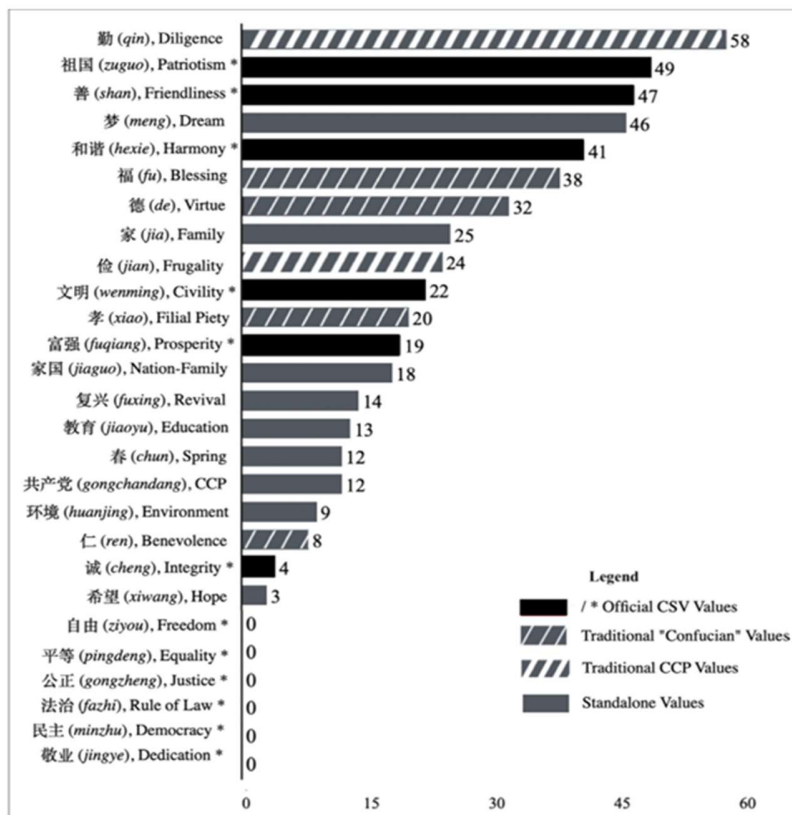


Figura 6. Ocorrência de valores de palavras-chave na coleção de cartazes "Visualising Our Values" In Miao, 2020:170.
Nota: CCP é a tradução inglesa para o PCC.

Anexo VII

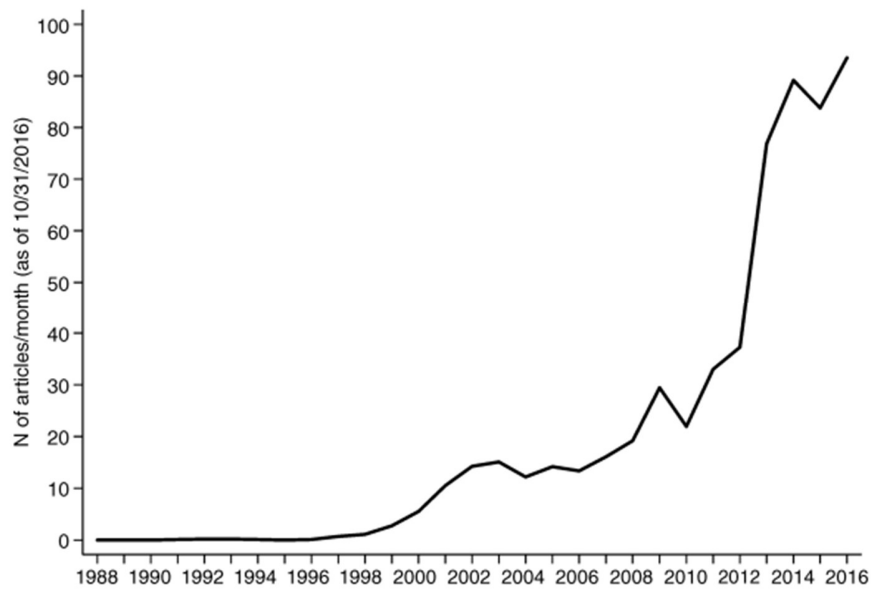


Figura 7. Número médio mensal de artigos do Diário do Povo que utilizam a expressão “Grande Renascimento da Nação Chinesa”. *In Johnston, 2017:39.*